

CLASS.: 379
5586e
TOMBO: 721

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

SVE

Campus de Marília
Faculdade de Filosofia e Ciências
Júlio de Mesquita Filho

A EDUCAÇÃO NO MERCOSUL:

A política educacional brasileira voltada para o processo de integração latino-americano (MERCOSUL).

DIRCEU DA SILVA

Orientador: *Professor Dr. Antenor Antônio Gonçalves Filho.*

Marília - São Paulo
1996



379
S586e
721TESE

1410000721



DIRCEU DA SILVA

A EDUCAÇÃO NO MERCOSUL:

A política educacional brasileira voltada para o processo de integração latino-americano (MERCOSUL).

Orientador: *Professor Dr. Antenor Antônio Gonçalves Filho.*

DIRCEU DA SILVA

A EDUCAÇÃO NO MERCOSUL:

A política educacional brasileira voltada para o processo de integração latino-americano (MERCOSUL).

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, à Comissão Julgadora do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho - UNESP.

Orientador: *Professor Dr. Antenor Antônio Gonçalves Filho.*

Marília - São Paulo
1996

AGRADECIMENTOS

- ⇒ A Deus, pela certeza de sua presença, nos momentos mais difíceis da vida e da elaboração desse trabalho.
- ⇒ A meus pais, que mesmo não fazendo parte do chamado "mundo letrado", foram os que primeiro me ensinaram os princípios de educação e a importância do respeito ao ser humano. A eles que sempre acreditaram em mim, o meu carinho e gratidão.
- ⇒ Aos meus irmãos e irmãs, que na maioria das vezes não entenderam o meu trabalho, mas sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e incentivando.
- ⇒ A Jacira, pela força e incentivo para que eu fizesse a inscrição no Mestrado, como também pelo apoio e disponibilidade em me ajudar durante a elaboração do trabalho.
- ⇒ Ao professor Antenor, pela paciência com que me ajudou nas reflexões que me possibilitaram avançar na produção dessa pesquisa. Pelo respeito às minhas limitações teóricas, instigando-me a retomar estudos e leituras quando necessário. Pela sinceridade, orientação certa e competente, o meu respeito, o meu muito obrigado e a minha amizade.
- ⇒ Ao professor Tullo, que mesmo sobrecarregado, nunca se negou a me atender. Pelas suas valiosas orientações e sugestões, o meu respeito, a minha amizade.
- ⇒ Ao professor Celestino, pelo incentivo e pelas valiosas críticas e sugestões, a minha sincera gratidão.
- ⇒ A professora Neusa Dal Ri, pelas contribuições e sugestões na elaboração do projeto, o meu respeito e amizade.
- ⇒ Aos demais professores da UNESP, que contribuíram para o meu crescimento intelectual.
- ⇒ Aos colegas da pós-graduação e aos amigos dos tempos de República em Marília, Nilza, Márcio, Vera, Raquel, Irani, pelos bons momentos de crescimento intelectual vividos juntos, o meu carinho e gratidão.
- ⇒ A Flávia e família, pelas aulas de língua estrangeira, ajudando-me na preparação para o exame de proficiência em língua estrangeira e pela amizade e carinho com que sempre me apoiaram nos estudos, meu reconhecimento e amizade.
- ⇒ Aos amigos de Campo Grande, que sempre me apoiaram e acreditaram em meu trabalho, especialmente ao Manfroi e Miróca, que, não só colocaram o seu excelente espaço físico de estudo à minha disposição, como me acompanharam na produção deste trabalho, sempre me apoiando e incentivando, a eles, o meu muito obrigado.
- ⇒ A Rita, pela dedicação e esforço na correção deste trabalho, o meu reconhecimento e amizade.
- ⇒ A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu crescimento intelectual, profissional e pessoal.

RESUMO

Em "A EDUCAÇÃO NO MERCOSUL: A política educacional brasileira voltada para o processo de integração latino-americano (MERCOSUL)", aborda-se, num primeiro momento, as tentativas de integração que houve na América Latina, dando ênfase à criação da ALAIC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio); da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração).

No que se refere à globalização e regionalização da economia mundial, analisa-se a Integração Econômica Européia e o Mercosul.

Num segundo momento, tenta-se discutir a questão educacional no Mercosul, apresentando a situação da educação nos países que compõem o bloco regional, mostrando o aumento da quantidade de alunos matriculados e a queda de qualidade no ensino oferecido. Aborda-se também neste capítulo as tentativas na parte dos governos brasileiros e argentinos de implantar o espanhol no Brasil e o português naquele país.

Com base no objeto de estudo do trabalho, procura-se demonstrar a política educacional brasileira voltada para o processo de integração latino-americana. Faz-se uma reflexão sobre o papel da educação no Mercosul, na tentativa de entender a educação como elo de ligação entre a sociedade civil organizada e as grandes transformações da economia e do perfil produtivo da região do Cone Sul, uma vez que as mudanças científicas e tecnológicas na região passam necessariamente pela educação.

Finalmente, ensaia-se uma análise mais profunda sobre a questão educacional, onde procura-se destacar num primeiro momento, as contradições existentes entre a proposta oficial no setor educacional (Plano Trienal) e a realidade educacional nos países do Cone Sul, dando ênfase ao caso específico do Brasil, sem deixar de lado a visão do todo. Mostra-se também os grandes avanços que houveram nas políticas educacionais entre os países que fazem parte do Mercosul.

ABSTRACT

In "The Education in Mercosul: Brazilian Educational Politics turned for the Latin American integration process (Mercosul)" presents at the first moment the integration that there was in Latin America; the criation of the ALALC (Association of Latin American Free Trade), of the MCCA (American Center Common Trade), and the ALADI (Association Latin American of Integration). At the second moment, it discusses about the educational question in Mercosul, it also discusses the Brazilian and Argentinean governments' efforts for implanting the Spanish language in Brazil, and the Portuguese language in Argentina.

According to this study, it demonstrates the Brazilian educational politics turned for the Latin American integration. It presents a reflexion about the purpose ref. the Education in Mercosul.

Finally, this study analyses the educational question; the existent contradictions between the official propose at educational sector (Triennial Plan) and the educational reality in South Cone's countries, mainly Brazil. It also presents the big advances at educational politics among the countries of Mercosul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1º CAPÍTULO	
1 - A INTEGRAÇÃO LATINA-AMERICANA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA....	06
1.1 - A Integração em Perspectiva Histórica	08
1.2 - A Criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio).....	12
1.3 - A Criação do MCCA (Mercado Comum Centro-Americano).....	15
1.4 - Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)	20
1.5 - O Brasil e a Integração Regional	25
1.6 - Globalização da Economia	30
1.7 - O Desemprego e a Miséria na Sociedade Global	37
1.8 - A Integração Econômica Européia	40
1.9 - O Mercosul	48
2º CAPÍTULO	
2 - A EDUCAÇÃO NO MERCOSUL	60
2.1 - A Educação nos Países que Integraram o Mercosul	63
2.2 - Quantidade e Qualidade da Educação nos Países do Mercosul.....	70
2.3 - Mercosul e a Educação: Participação Institucional dos Estados Partes.....	80
2.4 - O Ensino do Espanhol no Brasil e do Português na Argentina.....	90
3º CAPÍTULO	
3 - O BRASIL E O MERCOSUL NO ÂMBITO DO SETOR EDUCACIONAL	96
4º CAPÍTULO	
4 - REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO NO MERCOSUL.....	133
CONCLUSÃO.....	153
BIBLIOGRAFIA.....	163

INTRODUÇÃO

“É difícil efetuar uma transformação para retirar uma sociedade do subdesenvolvimento somente através da educação; por outro lado, porém, devemos evitar que a natureza da educação ou a sua falta bloqueie as possibilidades de transformação e desenvolvimento”. (ORTÚZAR).

Quando da elaboração do projeto de pesquisa sobre educação no MERCOSUL, que posteriormente resultou neste trabalho, uma das preocupações foi sistematizar o que tinha sido produzido nesta área, tentando fazer uma análise da política brasileira voltada para esta temática, para que no futuro outras pessoas possam fazer uso desse material e aprofundar suas análises. Entendo estarmos diante de uma nova ordem mundial e que no bojo dessa relação encontra-se a questão educacional, que por um lado, acredito ser um dos elementos fundamentais na formação do ser humano que irá viver estes novos tempos da globalização e regionalização nas relações de produção e consumo de mercadorias. E por outro lado, entendo ser improvável que o atual modelo educacional, ainda sustentado nos ideários liberais, possa ser um dos elementos desencadeadores de um processo autônomo de desenvolvimento social e econômico da região, pois uma educação que acredita na memorização, na transmissão de conteúdos de forma mecânica e passiva, na reprodução do conhecimento, no consumismo que afasta qualquer possibilidade de criação cultural, só deixa um legado de passividade frente a uma realidade opressora de insuficiente desenvolvimento tecnológico, de baixa qualidade na produção industrial, de reprodução das relações de dominação e uma herança de dependência econômica, política e cultural.

Esta pesquisa foi desenvolvida tendo como princípios, a crença que a integração latino-americana e mais especificamente entre os povos que compõem o Mercosul deva significar uma forma democrática de construir uma nova sociedade e um novo sujeito da história. A educação exerce um papel primordial na formação deste novo homem, do novo trabalhador qualificado de todas as condições necessárias para viver e contribuir no desenvolvimento harmonioso da sociedade.

A pesquisa busca conhecer e analisar a educação no Mercosul, com destaque para a política educacional brasileira voltada para o processo de integração latino-americana (Mercosul), que é o meu objetivo de pesquisa. Para que o leitor possa entender melhor o trabalho e ter uma visão de conjunto do mesmo, tive a preocupação de fazer um resgate histórico das diversas tentativas de integração que aconteceram na América-Latina.

Neste sentido, este trabalho está dividido em quatro capítulos: 1º Integração latino-americana em perspectiva histórica, Globalização na economia mundial e os blocos regionais. Trabalha-se aqui a União Européia, pela sua importância tanto comercial como referência comparativa para o Mercosul e o próprio Mercosul; 2º: A Educação e o Mercosul; 3º: O Brasil e o Mercosul no âmbito do setor educacional e o 4º capítulo Reflexões sobre a educação no Mercosul.

No Primeiro capítulo, tenta-se resgatar historicamente, nas principais tentativas de integração que houver na América Latina, dando ênfase àquelas de cunho idealista, tendo como principal personagem Simón Bolívar, que como nos coloca Darci Ribeiro; Bolívar para seus contemporâneos foi um herói libertador de grandeza sem paralelo na história humana. Ainda dentro dessa ótica, lembramos Martí, Sandino e Che Guevara entre outros.

Posteriormente, apresenta-se as tentativas de integração na América latina que Rubens A. Barbosa denomina de romântica, dando ênfase à criação da ALALC (Associação Latino-Americana de livre Comércio); do MACA (Mercado Comum Centro Americano); da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) e procuramos apresentar a posição do Brasil frente às tentativas de integração na época do Império.

Ainda no primeiro capítulo, descreve-se sobre a globalização e regionalização da economia Mundial com a nova ordem que está posta para a sociedade, onde se afirma que a globalização e a formação de blocos regionais, assim como o extraordinário avanço da revolução tecnológica e a reconstrução do capital nos países centrais, insere-se na dinâmica do mundo contemporâneo, numa perspectiva neo liberal, como parte da estratégia para fazer frente à atual crise do capitalismo, promover as mudanças compatíveis e assegurar o controle mundial das próximas décadas.

Posteriormente, foi elaborado um texto demonstrando o desemprego e a miséria na sociedade global, que se vislumbra com esta nova conjuntura mundial. No que se refere à regionalização, analisa-se a integração Econômica Européia e o Mercosul, que acredita ser os dois pontos principais numa tentativa de situar historicamente o trabalho.

No segundo capítulo, discute-se a questão educação no Mercosul, onde num primeiro momento se apresenta a situação da educação nos países que compõem o bloco regional, procurando mostrar entre outras coisas as disparidades existentes entre os quatro países nessa área.

Num segundo momento, faz-se uma reflexão sobre a questão da quantidade e a qualidade da educação no Mercosul, constatando nesta análise que houve um aumento na quantidade de alunos que freqüentam as escolas, mas que este aumento não se verificou na qualidade do ensino, muito pelo contrário, com o aumento do número de vagas houve uma queda na qualidade do ensino.

Posteriormente, é apresentada a participação institucional dos países na discussão da questão educacional. A situação do espanhol no Brasil e do português na Argentina também foi objeto de estudo neste capítulo, onde se procura, demonstrar as diversas tentativas, tanto dos governos federais dos dois países, como dos Estados Confederados e municípios, na implantação do espanhol no Brasil e do português na Argentina.

É no terceiro capítulo que se encontra o eixo principal deste trabalho, ou seja, demonstrar a política educacional brasileira voltada para o processo de integração latino-americana(Mercosul) realizada até o presente momento.

Faz-se uma reflexão sobre o papel da educação no atual quadro conjuntural, na tentativa de colocar a importância de estar pensando a educação como elo de ligação entre toda a sociedade civil organizada, que está procurando fazer do Mercosul um bloco regional visando atender os interesses da maioria da população brasileira. Entende-se que a educação deve ser um dos eixos fundamentais da transformação de economia e do perfil produtivo da região do Cone Sul, uma vez que toda mudança científica e tecnológica que houver na região passará necessariamente pela educação.



Neste capítulo verifica-se que a principal questão em relação à educação no Mercosul, a nível do Brasil, não é a implementação do espanhol em nossas escolas do primeiro e segundo grau num período de cinco anos como foi aprovado pelo Congresso Nacional. Questões muito mais profundas de cunho ideológico e cultural precisam ser analisadas, tanto pelo governo brasileiro, como por todos aqueles que acreditam na educação como a principal ferramenta de trabalho diante do desafio ora colocado.

Um levantamento a nível nacional sobre o que está acontecendo e sendo produzido a respeito do setor educacional é demonstrado também neste capítulo.

Constata-se que o Governo Brasileiro, mesmo com todas as dificuldades de um Estado praticamente falido, tem procurado fazer a sua parte no que diz respeito à implementação do Plano Trienal para a Educação. Mas, o que mais surpreende neste levantamento, foi ver a participação das instituições não governamentais na discussão das questões educacionais. Destaca-se no meu trabalho, a participação das universidades brasileiras no desenvolvimento de projetos de pesquisas sobre a temática e os diversos convênios existentes entre estas instituições e outras instituições de ensino dos países que fazem parte do Mercosul.

Além das universidades é muito relevante a participação dos Sindicatos dos Professores, Associações de Pais e Alunos, e outras entidades que estão buscando constantemente aprofundar o debate a respeito da educação.

O que precisa acontecer é uma maior interação entre as ações do governo e as ações dessas entidades, para que ambas possam superar as dificuldades postas e avançar cada vez mais rumo à democratização do processo de integração no Mercosul. É o que todos esperam, e a educação tem um papel fundamental nessa relação.

E, finalmente, no quarto capítulo faz-se uma análise mais profunda sobre a questão educacional, tentando destacar as contradições existentes entre o oficial (Plano Trienal) e a realidade educacional nos países do Cone Sul, com ênfase especificamente ao Brasil, mas sem deixar de lado a visão do todo.

Como já foi dito anteriormente, o que espero é que este trabalho sirva como referência para que outros pesquisadores possam dar continuidade ao estudo dessa temática, continuidade esta fundamental para o não cometimento dos mesmos erros do passado em relação às frustradas tentativas de integração Latino-Americana.

CAPÍTULO I

I - A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

“A integração já não é apenas uma aspiração, mas uma realidade em processo e uma necessidade vital para o desenvolvimento de nossos povos e nações, no qual a educação deverá jogar um papel essencial”. Moacir Godotti.

A proposta de integração entre os países do Cone Sul (MERCOSUL) é mais uma das várias tentativas de integração latino-americana que surgiram a partir do início do século XIX no bojo do processo de independência da América espanhola e que se fortaleceu no século XX como tentativa, na maioria das vezes, de superar as grandes crises econômicas que se abatia sobre os países latino-americanos.

Otávio Ianni distingue duas tendências na história da integração latino-americana: o bolivianismo e o manroísmo. O bolivianismo tem origem no pensamento de Simón Bolívar (1783 - 1830), que propõe uma progressiva integração latino-americana a partir de dentro de cada sociedade. Liderada pelas diferenças sociais que a compõem, o moroísmo propõe um integração a partir de

fora e de cima, expondo as necessidades nacionais, os interesses econômicos, políticos e geopolíticas das grandes potências internacionais que tem nos Estados Unidos a sua base de sustentação política imperialista.

A inserção deste capítulo no trabalho, além de tentar resgatar historicamente as principais tentativas de integração, para que possam servir como instrumentos de análise comparativas a futuros trabalhos, visa mostrar que em relação às políticas sociais a proposta do Mercosul dá um grande passo qualitativo em relação as anteriores, pois não se percebe nos documentos oficiais acessados nenhuma proposta mais concreta a respeito da questão educacional nas diversas tentativas de integração acontecidas antes do Mercosul.

Talvez esteja aí a principal diferença: o que irá influir na concretização de fato do Mercosul é uma educação trabalhada como prioridade não só pelos governantes como responsáveis maiores, como também por toda sociedade civil organizada.



1.1 - A Integração em perspectiva histórica

“É uma idéia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação em que todas as partes sejam unidas entre si e em conjunto por um mesmo elo. A origem é comum, assim como a língua, os costumes e a religião, por conseguinte, deveria ter um só governo que confederasse os diversos Estados que hão de se formar; mas não é possível porque climas distintos, diversidade de situações, interesses opostos, a dessemelhança de caracteres dividem a América”¹.

A discussão sobre a integração latino americana não é recente. Desde os movimentos de libertação da América Espanhola, no início do século XIX, já existiam pessoas que sonhavam, acreditavam e lutavam para que este sonho se tornasse realidade. Dentre muitos, um dos mais importantes foi Simón Bolívar.

Bolívar, para seus contemporâneos, foi um herói libertador de grandeza sem paralelo na história humana. Herdeiro do saber político do seu tempo, Bolívar o reformulou com tal força e originalidade que ainda hoje é o ideólogo que inspira muitas pessoas na luta pela integração latino-americana.

Segundo Darci Ribeiro, *“Bolívar só quis ser o criador da pátria grande, que unificaria, um dia, a todos nós latino-americanos”².*

¹ Trecho da Carta de Jamaica, escrita em Kingston, em 6 de setembro de 1815. PEREYRA, C., Bolívar y Washington um paralelo Imposible, Editorial - América, p. 324.

² Darci RIBEIRO. Revista do Brasil. p. 94.

Bolívar sonhou com uma nação latino-americana construída com mais humanidade e com liberdade suficientemente grande e poderosa para se impor no cenário mundial. Exemplar no seu zelo pela liberdade, pela justiça social, pela igualdade e pela coragem de lutar pela beleza e pela felicidade humana.

Como membro diplomático da Junta Provisória de Caracas, Bolívar teve em Londres a oportunidade de formular através da imprensa as primeiras manifestações em favor de uma confederação entre os povos latino-americanos. Na edição do dia 05 de setembro de 1810 do periódico inglês "*The Morning Chronicle*" aparece um de seus primeiros apelos para que os povos da América se unissem em confederação para defender e assegurar a liberdade e a independência.

As idéias integracionistas de Bolívar estão melhor explicitadas na carta que "*El Libertador*" escreveu na Jamaica em 06 de setembro de 1815.

O tempo foi passando, o sonho de Bolívar continuou através de gerações, outras várias tentativas de integração latino-americana foram feitas, a maioria delas com um cunho puramente econômico, com várias instituições criadas na tentativa de coordenar os diversos mecanismos que levariam à integração.

Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, vários outros autores defenderam as idéias de União Latino-Americana. Dentre estes destacaram-se, pela repercussão de suas obras e pelo trabalho internacional por eles desenvolvidos, o argentino Domingos Faustino Sarmiento,

o chileno Andrés Bello, o peruano Victor Raul de La Torre, o mexicano José Vasconcelos e o uruguaio José Henrique Rodó.

Como já foi frisado antes, estes autores estiveram fundamentalmente voltados para os aspectos sócio-culturais da união latino-americana, a qual era defendida como meio de assegurar a preservação dos valores culturais próprios e garantir a independência sócio-política e cultural dos povos latino-americanos.

O período de gestação do ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio) e MCCA (Mercado Comum Centro Americano), vai da primeira fase de sessões da CEPAL até a criação propriamente dita daqueles dois organismos em 1960. Todos os pressupostos econômicos, políticos e ideológicos sobre os quais se assentam as experiências integracionistas da ALALC e do MCCA, mais uma série de condicionantes históricos de natureza econômica e política combinam-se com uma ampla gama de pressupostos teóricos para dar conteúdo à ideologia desenvolvimentista do pós-guerra, da qual nasce a concepção de integração latino-americana, assentada em uma estratégia de uma integração do tipo econômica.

A CEPAL ocupa um lugar de fundamental importância na criação da ALALC e MCCA, pois é no interior dessa Comissão que se desenvolveu a corrente de pensamento conhecida como Teoria do Desenvolvimentismo, a qual teve em Prebisch sua figura de maior destaque. Essa Teoria possibilitou que uma nova postura teórica fosse tomada na América Latina, face aos problemas ligados à situação de subdesenvolvimento da região. A corrente cepalina enfatizou sempre a necessidade de que a teoria econômica tradicional fosse

sistematicamente revisada, dada as peculiaridades que apresentava a América Latina.

Com isto, passou-se a dar grande destaque a temas tais como: estrangulamento externo, deterioração dos termos de troca, passagem de uma situação de crescimento para fora para uma situação de desenvolvimento para dentro, esgotamento do processo de industrialização da região.

Segundo a CEPAL:

“havia de se encontrar a forma de aumentar rapidamente as produções nacionais e elevar a eficiência da organização econômica Latino-Americana. Para isto tinha-se que introduzir mudanças institucionais e deviam ser incorporados o processo técnico e os altos índices de produtividade da indústria moderna. Isto não se podia levar adiante, como os fatos demonstravam, se persistisse na política de industrialização fechada nos mercados nacionais e tornasse possível, além disso, o aumento das correntes de importações”³.

Neste sentido começou-se a pensar na possibilidade de uma maior integração com o intuito de se fortalecerem e poderem melhor negociar com os países desenvolvidos e colocarem seus produtos no mercado em condições de competitividade, saindo do estancamento. A CEPAL sempre insistiu em afirmar que *“a industrialização requer amplo mercado, sem o que não será possível*

³ (El pensamiento de la CEPAL, Santiago do Chile, Editorial Universitária S/A, 1969, p. 169) in Vera M. P. SENTENFUS, Luís A. de BONI (coordenadores) Temas de integração L. A. p. 37.

alcançar na América Latina a elevada produtividade dos grandes centros industriais”⁴.

1.2 - A Criação da ALALC (Associação Latino-Americano de Livre Comércio)

No final da década de 50, mais precisamente entre os anos de 1956 a 1959, uma das grandes preocupações da CEPAL foi o estudo sobre a possibilidade da formação de um mercado comum latino-americano.

Por iniciativa da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que naquela época detinham sozinhos mais de 50% das exportações e mais de 70% das importações interlatino-americanas, foi proposta uma meta muito mais limitada e pragmática do que a que se vinha sendo estudada por especialistas encarregados de elaborar um anteprojeto para a comissão.

Depois de várias rodadas de negociações internacionais e interlatino-americana, nos dias 6 e 7 de abril de 1959 houve nova reunião de especialistas em política comercial dos quatro países e, durante esta reunião, decidiu-se pela fórmula da área de livre comércio.

Em sua declaração de princípios a minuta esclarecia que a área de livre comércio deveria ser tomada como ponto de partida para formação do mercado comum latino-americano, meta que deveria continuar sendo perseguida.

⁴ CEPAL, Bases para la formación del Mercado Regional Latino-americano. in: Ibid., p. 37

Em junho de 1959, Bolívia, Paraguai e Peru, aceitaram participar das negociações para a criação da área de livre comércio e propuseram uma série de modificações ao anteprojeto apresentado anteriormente.

Uma conferência intergovernamental foi convocada pelo Uruguai para setembro de 1959, com o objetivo de elaborar um projeto definitivo para a área de livre comércio a ser criada. O México e a Venezuela foram convidados a enviarem delegados como observadores.

Nessa reunião, finalmente foi estabelecida uma zona de livre comércio e instituída a Associação Latino-Americana de Livre Comércio. O tratado definitivo foi assinado em Montevideu no dia 18 de fevereiro de 1960 pelos delegados da Argentina, do Brasil, do Chile, do México, do Paraguai, do Peru e do Uruguai. Aderiram mais tarde a Colômbia e o Equador (1961), a Venezuela (1966) e a Bolívia em (1967):

“Pelo artigo 2 do Tratado de Montevideu, a área de livre comércio deveria passar por um período de aperfeiçoamento não superior a 12 anos. Isto significa que as Partes Contratantes supunham que, até 1973, ela deveria estar definitivamente estabelecida. Dadas, entretanto, as dificuldades que vinha enfrentado o programa de liberação alfandegária, na nona etapa de negociações, realizada em dezembro de 1969, foi assinado o Protocolo de Caracas, que, além de introduzir outras modificações importantes ao Tratado de Montevideu, postergou a data final do período de aperfeiçoamento para 31 de dezembro de 1980”⁵.

⁵ Celso J. SILVA. Antecedentes históricos do processo de integração latino-americana.: ALALC, MCCA, PACTO ANDINO. In Temas de integração latino-americana. Coordenação: Vera M. P. SEITENFUS e Luis A. de BONI, p. 45.

Com o passar dos anos, as dificuldades encontradas pelo ALALC, em vez de diminuir, aumentavam cada vez mais. Nesse sentido, as reuniões realizadas no seio da Associação em 1975 serviram para confirmar que a crise com a qual a ALALC veio se debatendo desde sua criação tinha raízes muito mais profundas, ligadas à própria concepção geral da qual ela se originou. A solução dos graves problemas ligados à falta de cumprimento dos princípios básicos que fundamentavam sua própria existência era adiado ano após ano.

A Associação passou a ser considerada pela CEPAL como uma instituição incapaz de prosseguir as discussões e os encaminhamentos necessários no sentido de levar adiante o processo de integração latino-americano. Diante desse clima de total incapacidade em resolver as questões que a princípio eram de sua competência, a ALALC, foi substituída em 1980 pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração).

1.3 - A Criação do MCCA (Mercado Comum Centro-Americano)

Segundo Celso, o MCCA é o resultado de longo período de gestação, que se iniciou em 1951. Isto sem contar as tentativas fracassadas de experiências de união política, desde a federação de 1824/1838, até a “Organización de Estados Centro-Americanos” (ODECA) de 1951.

“Dentro de sua orientação teórico-metodológica de interpretação da situação de subdesenvolvimento e periferia da América Latina, a CEPAL procurou desenvolver também uma análise mais centrada e mais voltada às peculiaridades próprias do istmo centro-americano”⁶.

Nessa perspectiva, segundo a CEPAL, na América Central, o desenvolvimento para dentro não pôde ser colocado como alternativa viável para a situação de estancamento do modelo de ‘crescimento para fora’: Entre outras razões estaria o reduzido tamanho dos mercados nacionais. A capacidade de consumo dos países centro-americanos era muito inferior à da quase totalidade dos demais países latino-americanos.

As deficientes economias dos países centro-americanos eram motivo de preocupação para os governos daqueles países. Nesse sentido, a idéia de uma integração entre os países era colocada pela CEPAL, desde o início da década de 50 e plenamente aceita pelos governantes, como alternativa e como necessidade inadiável.

⁶ Ibid. p. 49

“O programa de integração centro-americana começou praticamente em 1951. O período que vai desta data até 1958 pode ser considerado mais como etapa preparatória, durante a qual foram firmados vários acordos bilaterais pelos países centro-americanos entre si”⁷.

Nessa fase preparatória foram criados vários órgãos que tiveram um papel importante no desenrolar das negociações que antecederam a assinatura do tratado de integração. Além da fundação do Comitê de Cooperação Econômica (CCE), foram fundadas a Organización de Estados Centro-Americanos (ODECA), a Escola Superior de Administração Pública para a América Central (ESAPAC) e o Instituto Centro-Americano de Investigación y Tecnologías Industrial (ICAITI).

Nesta fase também foram firmados vários tratados comerciais bilaterais.

Com a assinatura do convênio sobre as indústrias de integração, cujo objetivo era introduzir certo mecanismo de controle ao “*livre jogo das forças de mercado*”, aumentaram as preocupações dos Estados Unidos, que passaram a demonstrar vivo interesse pela integração centro-americana. Uma vez que os interesses dos Estados Unidos não combinavam com a orientação que a CEPAL vinha dando ao processo integracionista, aquele país começou não só a defender, mas querer uma nova orientação para o programa de integração.

⁷ Ibid. p. 52



A partir do momento em que os Estados Unidos perceberam que as propostas de integração na América Latina poderiam ameaçar a sua hegemonia na região, começou a interferir diretamente nas negociações com o intuito de direcionar seus interesses, dando um rumo que fosse favorável aos mesmo no subcontinente. As condições propostas pelos Estados Unidos eram próprias do mais clássico liberalismo econômico e contrárias a muitos dos princípios defendidos pela CEPAL. Além disto, algumas delas eram irrealizáveis na América Latina.

Sob o argumento de que desejavam acelerar o programa de integração e a oferta de 100 milhões de dólares, El Salvador, Honduras e Guatemala iniciaram, em 1959, negociações para a assinatura de um acordo tripartite. Como resultado destas negociações, em 6 de fevereiro de 1960 firmaram o tratado de associação econômica. A partir de então, os princípios de integração proposto pelos Estados Unidos passaram a prevalecer em detrimento dos defendidos pela CEPAL. Entre outras coisas os Estados Unidos propunham o estabelecimento imediato e irrestrito do livre comércio, defendiam a livre competição absoluta e a máxima de liberdade para a inversão estrangeira. Com a interferência norte americana, o programa de integração ficava cada vez mais difícil, pois, entre outras coisas, passavam a existir duas orientações distintas em relação à visão futura da CEPAL, além de interromper o programa centro-americano que vinha sendo implantado há vários anos, ao incluir apenas três países. Com isto, aumentava cada vez mais o grau de incerteza quanto ao futuro do programa de integração.

“A etapa que se iniciou em 1969 é considerada como de crise e estancamento do MCCA. A partir desta data, aumentou o descontentamento de alguns países com a

marcha da integração e com vários aspectos institucionais e comerciais do programa vigente. O conflito entre El Salvador e Honduras agrava ainda mais esta situação de crise”⁸.

Esta crise tem raízes profundas, ligadas à própria situação de dependência estrutural da economia latino-americana, à qual o programa de integração acabou aprofundando em muitos aspectos. É uma crise que se liga à concepção comercialista que tem prevalecido nas propostas de integração na América Latina. E, no caso da América Central, a entrada dos Estados Unidos e a repentina mudança de orientação limitaram ainda mais os resultados do programa de integração que, em lugar de satisfazer aos reais interesses e necessidades da região, passaram a ser mais um instrumento em benefício dos interesses imperialistas ali dominantes.

No seu período de “*auge*” (60/68) a integração centro-americana agravou ainda mais problemas como: o desemprego, a falta de distribuição de renda, a dependência de exportação de produtos primários, o aumento da dívida externa, a remessa incontrolada de lucros para o exterior, a situação agrária e a miserável situação da população rural, entre outros e aumentou ainda mais os desequilíbrios regionais.

A década de 70 foi considerada a década de crise do processo de integração latino-americana. De positiva, deixou a esperança de uma solução favorável para o conflito entre El Salvador e Honduras e uma proposta concreta de reformulação do MCCA. Tomando como base os 17 anos de experiência anterior do mercado comum, o Comitê de Alto Nível entregou em 23 de março de

⁸ Ibid. p. 61



1976 aos presidentes dos países da região, o projeto de tratado para a instituição da “*Comunidade Econômica e Social Centro-Americana*”. O projeto propõe a reformulação substancial do programa de integração regional e reincorpora muita das primitivas propostas da CEPAL. Mas o que se tem visto na América Central nos últimos anos é uma situação de prolongada crise política, que atinge a todos os países de região, o que tem trazido enormes dificuldades para o programa de integração centro-americana.



1.4 - Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)

No final da década de 70, o fracasso da ALALC era patente. Incapaz de levar adiante a proposta de uma zona de livre-comércio, os países da região decidem, em 12 de agosto de 1980, em Montevideu, assinar um novo tratado, instituindo a ALADI. A Associação pretendia entre outras coisas, um processo de reestruturação dos objetivos, compromissos e modalidades da integração econômica na região.

“Sem a pressão das cláusulas escritas contidas no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), elimina-se no novo Tratado a obrigação de elaboração de listas comuns, abandona-se a fixação de prazos rígidos para o cumprimento das metas integracionistas (zona de livre-comércio ou mercado comum) e passa-se a mecanismos mais flexíveis, de caráter bilateral, para a conformação de uma área de preferências tarifárias, sem prazo para o seu estabelecimento. O sistema de preferências tarifárias significava que, qualquer país podia entrar em acordo com outro da região e intercambiar concessões recíprocas nos níveis de tarifas aplicadas à importação sem nenhuma obrigação de estendê-la aos demais países da ALADI”⁹.

Dentro desta concepção, o objetivo a longo prazo da ALADI é o estabelecimento gradual e progressivo de um mercado comum latino-americano, a partir da conformação de uma área de preferência tarifária.

⁹ Paulo R. de ALMEIDA. O Mercosul no contexto regional e internacional, p. 66

Segundo Barbosa, o desmantelamento das barreiras não-tarifárias, prometido em princípios da década, sempre tropeçou na continuada política protecionista da maior parte dos países da região. Até muito recentemente, os compromissos destinados a eliminar as chamadas restrições não-tarifárias eram simplesmente ignoradas por diversos países da região, voltados para ajustamento unilateral de suas próprias dificuldades de balança comercial. Mesmo a abertura comercial externa operada recentemente na maior parte do continente foi aplicada sem beneficiar o comércio regional.

“O mais dramático dos primeiros anos da ALADI talvez tenha sido uma perversa propensão dos países-membros a deixar acumularem-se saldos deficitários com os países vizinhos, em vez de faltar em seus pagamentos com o resto do mundo, e que talvez fosse, por si só, um indicativo das prioridades políticas assignadas pelos governos locais e do quão pouco relevante era o processo de integração em suas perspectivas estratégias de relacionamento econômico externo”¹⁰.

A vulnerabilidade da integração aladina encontrou-se agravada pela fragilidade financeira externa dos diversos parceiros regionais, pelas diferenças existentes entre os países membros e entre eles e os centros financeiros e comerciais internacionais.

A América Latina ia cada vez mais se isolando do mundo das grandes transformações políticas, econômico-comerciais, financeiras e tecnológicas. Os países membros da ALADI procuravam encontrar fórmulas

¹⁰ Ibid. p. 89.

engenhosas para subtrair-se aos poucos compromissos contraídos no começo da década. A realidade da crise foi mais forte do que o discurso integracionista. A bem da verdade, com poucas exceções, o apoio governamental dado à integração foi mais de caráter declaratório e retórico do que efetivo. Em todos os lados, desenvolveu-se uma sutil oposição ao aprofundamento dos mecanismos de natureza multilateral regional, com preferências não-declaradas, no nível bilateral, aos parceiros mais desenvolvidos.

Barbosa, fazendo um balanço da primeira década da ALADI, coloca que, apesar do cenário desalentador, nem tudo foram fracassos. A própria crise, a revelar as limitações da vontade política da integração, confrontou os países da região com a inadiável tarefa de ajustar seu discurso à realidade e, com isso, forçou-os a elaborar um projeto integracionista de conformidade às necessidades do momento.

Um dos fatos mais importante, no final da primeira década da ALADI, foi encontrar quadro político até então inédito no continente: o de governos democráticos, livremente eleitos em todos os países-membros, conformando um cenário negociador mais legítimo do ponto de vista de uma integração efetiva, já que esta estará mais diretamente vinculada aos interesses das sociedades nacionais em seu conjunto.

“O renascimento do projeto integracionista deve ser creditado ao engajamento das mais altas hierarquias dos governos nacionais (presidentes e chanceleres) em ações informais de concentração política, que evoluíram para uma atividade voltada para a coordenação da atuação externa comum, assumindo inclusive compromissos de cooperação econômica, como é o caso do

Grupo do Rio, integrado por todos os países sul-americanos, México, Jamaica e Costa Rica. Os frutos da chamada 'diplomacia informal' passaram a refletir-se favoravelmente no novo cenário regional"¹¹.

Ao entrar em sua segunda década de existência, a ALADI enfrenta grandes desafios.

As noções de “*abertura externa*”, inserção competitiva na economia mundial e transformação produtiva, parecem ter substituído o nacionalismo desenvolvimentista, a substituição de importações e o mercado interno no vocabulário oficial da liturgia integracionista tradicional.

Para guiar as atividades da Associação nos próximos anos foram aprovados delineamentos programáticos, com tarefas específicas a serem conduzidas nas áreas comercial, de complementação produtiva e de cooperação tecnológica, financeira, de transportes e comunicações, da cultura e do meio ambiente.

Do ponto de vista prático, os Governos criaram as condições políticas e institucionais para que o potencial de negociação integracionista possa ser aproveitado pela ALADI.

Para que no futuro se possa fazer um balanço mais positivo do desempenho da Associação, faz-se necessário que a integração passe a ser um projeto político dos dirigentes e uma prioridade para todos os povos latino-americanos, ou pelo menos para os setores que sejam os representantes das

¹¹ Ibid. p. 91.

sociedades civis e dos órgãos de representação política (partidos, parlamentos) mais envolvidos na formulação e execução de políticas públicas.

A nova dinâmica da integração regional, caracterizada pelo surgimento de vários espaços sub-regionais e bilaterais entre os países-membros da Associação colocou a questão da conveniência de se estabelecer procedimentos adequados que tornem possível sua articulação progressiva e recíproca, de modo a aprofundar o caráter regional do processo de integração com vistas à conformação do Mercado Comum Latino-Americano.

A nova etapa da vida da ALADI, depois de dez anos de sua criação, confronta a instituição com a dura prova de afirmação de sua relevância para os países-membros ante a constatação de que a realidade política e econômica está se sobrepondo aos mecanismos e instrumentos previstos no Tratado.

A sobrevivência da Associação, a partir de 1995, vai depender da vontade política dos países-membros em definir uma área própria de atuação que seja útil para todos e adequada aos interesses de cada um.

1.5 - O Brasil e a Integração Regional

No início do século XIX, quando se começou a falar sobre a possibilidade de uma possível integração latino-americana, o Brasil sob o sistema de governo imperial se caracterizou por uma posição contrária à integração latino-americana.

Esta primeira fase integracionista teve, no Congresso do Panamá entre junho e julho de 1826, o ponto mais alto dessa discussão integracionista dentro da concepção bolivariana.

O Congresso do Panamá teve a oposição do Brasil:

“cujá Monarquia era contrária a regimes republicanos e temia a propagação das idéias anti-escravistas; D. Pedro I chegou inclusive a enviar a Missão Santo Amaro à Europa com a incumbência de negociar com Metternich, Primeiro-Ministro da Áustria e verdadeiro dirigente da Santa Aliança, o uso de forças militares brasileiras para substituir os governos republicanos por Monarquias confiadas a príncipes europeus”¹².

Os ideais do Pan-Americanismo Bolivarista continuaram vivos, e novos congressos foram reunidos para discutir assuntos diversos dentro do espírito de solidariedade continental. Dessas reuniões o Brasil e os Estados Unidos da América foram excluídos. Os Estados Unidos, por causa do seu expansionismo territorial, envolvendo inclusive a anexação de terras mexicanas, e

¹² Rubim S. L. de AQUINO. Nivaldo J. F. de LEMOS e Oscar G. P. C. LOPES. História das sociedades Americanas. p. 131.

o Brasil, devido as suas constantes intervenções no Prata, políticas essas contrárias à solidariedade continental.

Nessa nova fase do processo integracionista, a partir de 1950, onde a prioridade passou a ser o mercado regional, o Brasil tem tido uma importância relativa.

Barbosa nos coloca que o Brasil exporta para os 10 outros países-membros da ALADI entre 3 e 4 bilhões de dólares, cerca de 12% das exportações totais. Essas exportações, depois de haver apresentado um crescimento muito grande até 1988, a partir de 1989 começam a cair. Dos 3 a 4 bilhões de dólares exportados para a América Latina, mais de 80% são de produtos industrializados, um exemplo da importância desse mercado para o Brasil. Em compensação, o Brasil importou da região, em 1989, pouco mais de 3,3 bilhões, o que representou um crescimento de 72%, mantendo-se a tendência de 7,8% em 1990.

A título de comparação, os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia concentravam em 1991 65% das exportações brasileiras.

“Na verdade, para o Brasil, até o momento, a integração regional não tem sido um projeto nacional dotado de densidade própria, no sentido de que ela não esteve necessariamente presente nas grandes decisões econômicas. Nem no passado, como demonstram as medidas relacionadas com abertura e liberalização da economia, reforma do sistema tarifário e negociações



comerciais multilaterais, no âmbito do GATT¹³.

Cabe salientar que as motivações do governo brasileiro são de ordem política. Essas motivações resumem-se basicamente em duas, sintetizadas numa proposta interna de desenvolvimento nacional (reestruturação industrial e ampliação do mercado interno) e num projeto externo de adequação a um mundo em rápida mutação.

É importante ressaltar que na face atual de dinamização do processo de integração, o setor privado está vendo com bons olhos esses novos tempos e já começou a fazer grandes investimentos com empresários dos outros países vizinhos, com perspectiva de grandes lucros para o setor. Esta perspectiva levou o Brasil a reafirmar a decisão política de concentrar esforços no sentido de viabilizar o projeto integracionista.

Ignorando a divisão real do mundo entre os países ricos do Norte e os pobres do Sul, estes fragmentados e sem a força suficiente para influir na realidade mundial, os países ricos e os setores econômicos multinacionais buscam estabelecer uma nova ordem econômica mundial, baseada no capitalismo oligopólico.

Este globaliza as relações produtivas, impõe unilateralmente as relações de troca e debilita os Estados nacionais. Considera as políticas sociais públicas como mercadorias, subordinadas ao livre manejo das leis do mercado.

¹³ Rubens A. BARBOSA. América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica à realidade.



Nesse contexto, os governos de vários países se reúnem em blocos e tendem a realizar uma integração essencialmente mercantilista e monetarista. Desconhecem os interesses e necessidades dos setores majoritários da população mundial e das diversas regiões.

A integração dos países do Conesul deve ser vista e vivida como um processo que potencie um desenvolvimento social autônomo e específico. Por isso mesmo, tem que se levar em consideração uma cultura comum e uma história com muitos traços idênticos.

Documentos oficiais consagram a vontade comum dos povos por esta integração. Tome-se como exemplo a constituição brasileira de 1988, que no art. 42, parágrafo único do seu Título I preceitua que “*a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações*”¹⁴.

Da mesma forma se manifestam, através de textos oficiais, a maioria dos demais povos deste continente.

A longo prazo, esta visão pretende construir uma cidadania supra-nacional na grande nação latino-americana. Isso, na prática, significa que todas as políticas sociais seriam comuns aos homens e mulheres nascidos em qualquer dos países integrados. Portanto, os direitos à previdência social, à saúde pública, à habitação, à assistência social, à recreação social, ao trabalho, à educação e aos demais direitos da cidadania seriam comuns.

¹⁴ Constituição Brasileira de 1988, Congresso Nacional, Parágrafo Único, Título I p. 09.



No decorrer da pesquisa, foi possível perceber que, dentro de seu projeto histórico, as elites econômicas da região reservaram à educação um papel instrumental, o de preparar os chamados recursos humanos para otimizar esta nova forma de acumulação.

Não contavam com a reação dos setores de vanguarda dos trabalhadores da educação, cujo projeto caminhava em direção à educação libertadora e transformadora, que persegue a construção de uma sociedade democrática e igualitária. Esta opção é feita pelos educadores e suas lideranças em inúmeras oportunidades, em todos os países da região.

Nesse sentido é que se procura demonstrar os avanços obtidos no setor educacional, utilizando como instrumento de análise principalmente os documentos oficiais.



1.6 - A Globalização da Economia

Nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a economia capitalista conheceu um período de inédita prosperidade. Primeiro, a reconstrução dos setores tradicionais da indústria (siderúrgica, metalúrgica, automóveis) e, logo depois, a abertura de novos setores (eletroeletrônicos, petroquímicas e químicas) sustentaram as altas taxas médias e crescimento anual registradas nos países desenvolvidos: 5,3 entre 1950 e 1970. No mesmo período, o movimento do comércio mundial, elevou-se de 60 para 300 bilhões de dólares.

A prosperidade dos países ricos repercutiu na América Latina, sob a forma de investimentos diretos dos conglomerados transnacionais automobilísticos, químicos e metalúrgicos. Atraídas pela oferta de mão-de-obra, matéria-prima e energia abundantes, as transnacionais aceleraram e aprofundaram o processo de industrialização no Brasil, no México, na Argentina e o Chile. Exportando fábricas em vez de manufaturados, esses conglomerados ganharam amplo acesso aos mercados internos do subcontinente, até então protegidos por elevadas barreiras alfandegárias.

Na década de 70, o ciclo da prosperidade do pós-guerra, começou a dar sinais de esgotamento. A elevação estrondosa do preço do petróleo, consequência dos choques de interesses dos países exportadores de petróleo em 1973 e 1979, elevou os patamares inflacionários das economias desenvolvidas. Ao mesmo tempo, a multiplicação das rendas petrolíferas engordava a renda dos grandes bancos internacionais. A América Latina conheceu um período de

declínio dos investimentos produtivos diretos; em compensação, o volume de empréstimos para a região não parou de crescer durante toda a década.

A crise do petróleo foi apenas o começo de um longo período de recessão. A recessão dos anos 70 anunciava mudanças estruturais no modelo industrial que havia alimentado a prosperidade das décadas anteriores. Uma nova revolução industrial, que mais tarde ficaria conhecida como revolução técnico-científico, emergia nos países desenvolvidos.

Os fundamentos dessa nova era industrial repousa sobre a automatização e robotização, que reduzem as necessidades de mão-de-obra e ampliam a produtividade, com a utilização menos intensiva de matéria-prima e energia. A informática, a biotecnologia e a química fina desenvolveram mercadorias especializadas e novas matérias-primas, muitas das quais sintetizadas em laboratórios.

Esse conjunto de transformações originou um amplo movimento de concentração e centralização de capitais. Empresas transnacionais forjaram novas modalidades de fusão e integração, voltadas para a competição no mercado planetário.

A contínua incorporação de tecnologias de ponta no processo produtivo envolve investimentos pesados em produtos que rapidamente se tornam obsoletos, e isso exige uma ampliação da escala dos mercados. Novas e gigantescas corporações econômicas passaram a liderar uma ampla integração do mercado mundial, diluindo os limites representados pelas barreiras nacionais.



A emergência dos blocos econômicos supranacionais, facilitando a circulação de mercadorias e capitais entre os países que os compõem, é a expressão mais nítida do processo de ampliação dos mercados.

Duas tendências parecem presidir a ordem econômica que surge das transformações estruturais ocorridas na década de 70 e 80. A tendência à globalização do mercado estimula os fluxos internacionais de mercadorias e os investimentos, atuando no sentido de eliminação dos entraves à competição no espaço mundial.

A tendência à regionalização dos mercados atua no sentido de erguer barreiras entre os blocos, protegendo a esfera de influência de cada uma das grandes zonas econômicas. Essas duas tendências não são excludentes para Magnoli e Araújo:

“A regionalização é, em grande medida um patamar da globalização. A ampliação dos mercados, consolidada no interior dos megablocos, visam ampliar a competitividade das empresas que concorrem no mercado internacional”¹⁵.

No conjunto do mundo industrializado, as empresas transnacionais estabelecem um intrincado jogo de competição que não respeitam fronteiras nacionais. Com a assinatura do Ato Único Europeu, em 1986, a União Européia preparou a constituição do mercado único (com livre movimentação de mercadorias, pessoas, capitais e serviços), proclamado em janeiro de 1993.

Na Bacia do Pacífico, o Japão destina volumosos investimentos aos Dragões Asiáticos (Coréia do Sul, Formosa, Cingapura e Hong Kong) e aos

¹⁵ Demetrio MAGNOLI e Regina ARAÚJO. Para entender o Mercosul. p. 12.



países de industrialização mais recente: Indonésia, Tailândia, Malásia e as zonas exportadoras do litoral da China. Os Estados Unidos, Canadá e México se organizaram em torno do NAFTA e a nível de América Latina temos o MERCOSUL.

Segundo Argemiro J. Bruno, a integração dos países do Cone-Sul, através do Mercosul, é um esforço que se realiza na periferia do sistema capitalista, entre países que estavam à margem dessa dinâmica, com o objetivo de ampliarem sua presença no contexto da economia mundial e conseguirem um pouco mais que as migalhas do banquete dos ricos do mundo.

Por outro lado, diferente da integração do capital e dos negócios é a ótica das populações empobrecidas que constituem a maioria dos habitantes dos países latino-americanos. A integração não pode ser construída obedecendo apenas à lógica e aos interesses do capital e das grandes empresas; deve também incorporar a perspectiva da democracia e da solidariedade, levando em conta as necessidades, interesses e aspirações de toda a população.

Otávio Ianni, resume a história da globalização em três fases:

“A primeira começa com grandes navegações, que levaram à descoberta de regiões do planeta ainda não conhecidas pelos europeus, nos séculos XV e XVI. O capitalismo expandiu-se geograficamente por todo o mundo, integrando-o num sistema único de produção e consumo de mercadorias.

Na segunda fase, que começou com a revolução industrial do século XVIII, o capitalismo europeu já contava com

mercados consumidores em todo o mundo. Passou então a desenvolver tecnologias que permitiram aumentar a produtividade do trabalho humano e, conseqüentemente, alcançar maior produção de mercadorias, com um número menor de trabalhadores, preços mais baixos e lucros maiores.

O terceiro momento, que é o atual, caracteriza-se pelo domínio completo das multinacionais. Estas tomaram grande impulso a partir dos anos 50, depois da Segunda Guerra Mundial, quando passaram a investir na reconstrução da Europa destruída pelo conflito. Hoje as transnacionais já detêm o controle dos mercados do mundo todo”¹⁶.

Através de uma constante evolução na eletrônica e na informática, o capitalismo mundial, com empresas que operam em todos os países, pode produzir bens, serviços e meios de comunicação impensáveis há apenas 50 anos. Controlando a maior parte dos capitais existentes, essas empresas dispõem do que tem de mais avançado em ciência e tecnologia para submeterem a sua dominação Estados e regiões, países e povos do mundo inteiro, em busca do máximo de lucros.

No relatório sobre investimento mundial, divulgada em julho de 1943, a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad) afirma que as empresas transnacionais estão acelerando a integração da economia mundial numa velocidade sem precedentes. Segundo o jornalista José Roberto Campos, podemos evidenciar a intensidade desse processo de globalização do capitalismo a partir do número de empresas transnacionais, que pulou de sete mil para 37 mil, entre 1973 e 1993.

¹⁶ Otávio IANNI. A sociedade global. p. 32.



O jornalista apresenta dados que mostram o extraordinário montante de dinheiro movimentado por essas empresas e chama a atenção para a mudança em sua forma de operar:

“Este exército que opera nos quatro cantos do mundo gerou um estoque de investimentos externos diretos de dois trilhões de dólares e vendas externas, por subsidiários e controladas, de US\$ 5,5 trilhões... As mudanças na forma de operar as transnacionais, porém, são mais importantes. Elas passam a enxergar o mundo e o conjunto de seus negócios cada vez que olham um país em particular”¹⁷.

Com o processo de globalização, as nações perdem importância política e deixam de controlar as economias locais, em razão do fortalecimento das corporações transnacionais, que comandam a economia mundial.

Apesar desse crescente poder de grandes empresas, que se colocam acima das nações, observamos que os governos dos países mais poderosos (Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, Japão, etc.), ainda conseguem resguardar certa capacidade de intervir no mercado mundial. Situação muito diferente verifica-se com países como o Brasil, a Argentina, o México e outros, cujo poder de intervenção é mínimo e são obrigados a se submeter às regras ditadas pelos mais poderosos, que são nada menos que os princípios do neoliberalismo.

¹⁷ José R. CAMPOS. Folha de São Paulo, 21/7/93.



Acredito que o Brasil, o México e a Argentina, através dos seus processos de privatizações e sucateamento das empresas estatais, percebendo desta forma, os poucos poderes de intervenção nos rumos das economias nacionais servem como os exemplos mais recentes entre os países latino-americanos que estão sendo vítimas da política neoliberal imposta pelas transnacionais.

Na nova ordem mundial, que vem definindo quais os países detentores de maior poder sobre as suas próprias economias e sobre a economia mundial, o domínio das novas tecnologias e do fluxo de informações passa a ser fundamental. No passado, era o poderio militar que representava o fator mais importante para a definição das relações entre os países. Hoje, com o fim da guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, essa situação foi radicalmente modificada. Agora, manda quem detém o poder sobre as novas tecnologias.

Conforme os dados do Departamento do Comércio dos Estados Unidos, 90% das mais avançadas tecnologias estão concentradas nos Estados Unidos, no Japão, na Europa Ocidental e nos novos países industrializados da Ásia, os chamados “*Tigres Asiáticos*”, como Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul. No entanto, ao falar dos países que dominam a tecnologia de ponta, devemos considerar que os agentes econômicos que hoje detêm as inovações tecnológicas não são os governos desses países, mas as corporações transnacionais que neles atuam e geralmente tem suas matrizes. Essas empresas são responsáveis por grandes investimentos em pesquisa, procurando manter a liderança nos ramos industriais e nos mercados onde operam.



1.7 - O Desemprego e a Miséria na Sociedade Global

O crescimento do desemprego e da miséria é um fato extremamente perverso da globalização da economia, baseado no crescente poder das transnacionais através dos avanços tecnológicos. Como utiliza menos matéria prima e menos mão-de-obra, passa a ocorrer um declínio acentuado no número de empregos em todo o mundo industrializado.

Adam Schaff, analisando os efeitos das novas tecnologias afirma:

“Por um lado a automação e a robotização (...) provocarão um grande incremento da produtividade e da riqueza social; por outro lado, os mesmos processos reduzirão, às vezes de forma espetacular, a demanda do trabalho humano”¹⁸.

Esse fenômeno do desemprego causado por inovações tecnológicas é conhecido como desemprego estrutural. Estrutural porque não decorreu de uma crise econômica passageira, mais de uma característica própria do sistema capitalista. As empresas buscam novas e mais avançadas tecnologias e procuram aplicá-las à produção, com a finalidade de poupar mão-de-obra, alcançar maior produtividade e aumentar a qualidade para assim vencer a concorrência.

Esse processo de modernização do capitalismo implica a eliminação de uma grande quantidade de trabalho menos qualificado, em favor da

¹⁸ Adam SCHAFF. A sociedade informática. p. 27.

entrada de uma quantidade bem menor de trabalho mais qualificado. Isso leva à marginalização de um grande contingente de trabalhadores.

Os trabalhadores expulsos do processo de produção em decorrência dos avanços tecnológicos, acabam também expulsos do mercado consumidor, por não estarem em condições de comprarem as mercadorias produzidas.

Alguns dados mostram bem a gravidade da situação. Segundo Adam Schaff, os empresários japoneses pretendem eliminar completamente o trabalho em suas indústrias até o final do século XX. No Canadá, prevê-se que 25% dos trabalhadores perderão o emprego, e nos Estados Unidos as previsões apontam para a eliminação de 35 milhões de empregos no mesmo período. Em 1985 as estatísticas apontavam que em Nova York uma em cada três pessoas em idade de trabalhar estava desempregada; em Chicago, uma em cada duas pessoas não tinha emprego.

Na Europa, o problema do desemprego não é menor. Em setembro de 1993, considerando-se a população em idade de trabalhar, o desemprego chegava a 7% na Alemanha, a 10% na França e na Itália, 11% no Reino Unido, 12% na Bélgica e na Dinamarca, 18% na Irlanda e 22% na Espanha.

Uma das conseqüências do crescente número de desempregados nos países centrais capitalistas é a pressão de movimentos organizados, dentro de cada país, para impedir a entrada dos imigrantes vindos dos países pobres. Num mundo cada vez mais globalizado, isso soa como ironia. No momento histórico em que as fronteiras nacionais caem, o impedimento à migração de trabalhadores



não deixa dúvida sobre quem está se beneficiando com a expansão e a modernização do capitalismo: as empresas transnacionais.

Em flagrante contraste com o gigantismo das corporações transnacionais, já passou de um bilhão o número de pessoas que vivem em estado de pobreza absoluta no mundo. Em artigo publicado em 1990, o Ministro das Relações Exteriores da Suécia, Pierre Schori, afirma:

“Cada dia, quarenta mil criança morrem de fome ou doença. Em muitos países, os progressos na saúde e na educação se desaceleram. Na África e na América Latina, a renda per capita não parou de cair ao longo dos dez últimos anos... muitos países do Terceiro Mundo correm hoje o risco de se marginalizar. As classes mais pobres dos países desenvolvidos também estão em perigo e tendem a se marginalizar cada vez mais. Essas injustiças são um insulto moral e uma ameaça direta para a segurança do mundo todo”¹⁹.

Da mesma forma que a economia mundial cresce interligando-se, também os problemas humanos se globalizam. É o caso das catástrofes do meio ambiente, do tráfico internacional de drogas, das grandes migrações dos países pobres para os países ricos. Todos esses fenômenos geram graves problemas, que não podem mais ser resolvidos dentro das fronteiras dos estados nacionais.

¹⁹ Pierre SCHORI. Folha de S. Paulo. 19/12/90.



1.8 - A Integração Econômica Européia

A reconstrução econômica do mundo após a Segunda Guerra tentaria evitar os erros econômicos e políticos cometidos ao cabo da Primeira Grande Guerra, quando demandas extorsivas de reparação, resultando no desastre econômico da hiperinflação, tinham conduzido a Alemanha a um sentimento de revanchismo e a um nacionalismo militarista de consequências catastróficas.

O Plano Marshall não fazia parte do planejamento econômico do pós-guerra, mas veio a ser implantada tanto por razões econômicas, como pela urgência política representada pela ameaça comunista em diversos países do continente europeu.

Seramente preocupados com o quadro de caos social que se desenhava na Europa em princípios de 1947, os Estados Unidos decidem sustentar um plano de reconstrução econômica suscetível de complementar os esquemas de segurança política e militar em vias de estabelecimento. Segundo Almeida, na primeira versão o plano era relativamente flexível e a ênfase era mais política e econômica do que propriamente militar. Os eventos dos dois anos entre 1948 e 1950 — o golpe de Praga, o bloqueio de Berlim, o triunfo de Mao na China, a explosão da primeira bomba atômica soviética e a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte — iriam, contudo, mudar os rumos da proposta inicial de plano dando-lhe um caráter mais militar.

Dentro das condições estabelecidas pela Administração Norte-Americana para a implementação do Plano Marshall, os países da Europa



deveriam estabelecer um programa comum de reconstrução organizado no âmbito do Comitê de Cooperação Econômica Européia, constituído na Conferência de Paris de julho de 1947. Desse Comitê emerge um grupo de estudos sobre o problema da união alfandegária, que, através de um estudo mais aprofundado, mostraria que ela poderia trazer uma contribuição efetiva à prosperidade futura da Europa. Mas é preciso considerar que os ajustes iniciais acarretariam, no período imediato, sacrifícios consideráveis para as nações, as indústrias e os indivíduos, sacrifícios que tinham que ser aceitos de maneira resoluta.

É desse Comitê que emerge, em 1948, a Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), com participação de dezesseis países europeus, ao congregar, a partir de 1960, outros países ocidentais.

Uma das primeiras tarefas da OECE, em 1949, foi a instituição de um sistema multilateral de compensação de pagamentos à União Européia de pagamentos, base indispensável ao desenvolvimento de comércio recíproco e ponto de partida para a conversibilidade recíproca das moedas européias.

O projeto de reconstrução econômica então em curso permitiu que fosse levantada igualmente a questão da integração econômica. As bases para tal integração já existiam desde muito cedo, sobretudo entre os pequenos países. Nesse sentido é que uma união alfandegária foi constituída entre a Bélgica e Luxemburgo desde 1922, à qual iriam agrupar-se, no final da guerra, os Países Baixos.

Esses países se propunham a criar um território econômico no qual nada se oporia à livre-circulação de bens de serviço, capitais e pessoas, a eliminar qualquer discriminação entre produtos e produtores nacionais

respectivos, a instaurar uma política econômica, financeira, fiscal e social coordenada, a instituir uma tarifa externa comum, a estabelecer uma política comercial e cambial comum em relação a terceiros países e a promover o bem-estar econômico e social de seus povos.

Almeida coloca que:

“os demais países europeus, por sua vez, continuavam a fazer progressos no caminho integracionista, sobretudo os dois grandes, Alemanha e França, de onde tinham partido as três grandes guerras que devastaram o continente a partir de 1870. O modelo de cooperação interestatal por eles iniciado em finais dos anos 40 vai desdobrar-se rapidamente em projetos de integração que instituem o princípio da supranacionalidade, isto é, o abandono parcial da soberania absoluta dos Estados”²⁰.

Em 1950 é criada a Autoridade Internacional do Ruhr, dedicada à organização da produção carbonífera na Europa Ocidental, seguida, no ano seguinte, pela Comunidade Européia do Carvão e do Aço, com seis países-membros: os dois grandes, os três do BENELUX e a Itália. O tratado da CECA, de 1951, introduz no direito a noção inédita de “*comunidade*”, que combina princípios do direito internacional com os do direito público interno, em vista de seus prolongamentos na ordem jurídica interna dos Estados-membros.

“Pela natureza de seus mecanismos e modo de funcionamento, com uma alta autoridade de tipo supranacional, o CECA constitui já, o próprio Mercado Comum em

²⁰ Paulo R. de ALMEIDA. O Mercosul no contexto regional e Internacional. p. 58.

embrião, a ser implementado pelos Tratados de Roma de 1957, instituindo a Comunidade Econômica Européia (CEE) e a Comunidade Européia de Energia Atômica (Euratom). Com efeito, segundo o tratado da CECA, as decisões tomadas pelo seu órgão superior são obrigatórios em todos os seus elementos e são aplicáveis pelo simples efeito de sua publicação”²¹.

A partir de seu núcleo inicial, a CEE foi expandindo-se gradualmente, primeiro com o ingresso dos países do Norte da Europa (Dinamarca, Reino Unido e Irlanda) e depois com os do Mediterrâneo e Atlântico (Grécia, Espanha e Portugal) até atingir 12 membros nos anos 80. O Ato Único de 1986 modificou o tratado de Roma, dando mais poderes às instituições comunitárias e reforçando a construção do mercado único sem fronteiras internas, com o estabelecimento de uma data-alvo: 1992. Os objetivos da União Aduaneira e do estabelecimento de uma política comercial comum foram cumpridos de modo relativamente rápido, o que permitiu avançar igualmente na definição de uma política agrícola comum, foco de um arsenal de medidas regulatórias, protecionistas e claramente distorcidas dos mercados, inclusive em nível internacional.

A Associação Européia de Livre Comércio, mais conhecida sob sua sigla inglesa EFTA, nasceu de um fracasso: o das negociações conduzidas na OECE para instituir uma mesma associação multilateral de comércio entre seus países-membros e os que estavam formando a CEE em 1957. A Grã-Bretanha, por exemplo, pretendia diluir o mercado comum numa zona de livre-comércio pela Convenção de Estocolmo de 1960. Depois de algumas ampliações e retiradas, a EFTA se compõe atualmente de seis países-membros: Áustria,

²¹ Paulo R. de ALMEIDA. O Mercosul no contexto regional e Internacional. p. 59. (Ibid.)



Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia e Suíça, todos eles historicamente muito ligados aos países da CEE. A EFTA possui inúmeros acordos com a CEE e, em 1992, decidiu-se instituir um único espaço econômico entre as duas associações chamado de Espaço Econômico Europeu (EEE).

Almeida nos coloca que no começo dos anos 80, depois de enfrentar duas crises do petróleo e vários sobressaltos cambiais e monetários, a Europa ocidental se encontrava entregue a uma onda de “*Europessimismo*”. Os países-membros da CEE se debatiam entre altas taxas de inflação e o fenômeno aparentemente estrutural do desemprego, desconstruindo o mercado comum por uma série de novas barreiras técnicas do comércio.

A Comissão de Bruxelas, que passou a ser liderada pelo francês Jacques Delors, impulsiona a partir de 1985 uma série de iniciativas tendentes a fazer renascer o combalido espírito comunitário, todas elas apontando para a unificação final do mercado interno.

Todo esse conjunto de iniciativas foi formalizado num novo instrumento diplomático, o Ato Único de 1986, na verdade advém de uma proclamação de objetivos integracionistas mais afirmados, seguida de uma série de modificações aos tratados constitutivos das Comunidades Européia (CECA, CEE, Euratom) e de adições do Tratado de Roma, no sentido de aumentar a cooperação nas áreas econômica, monetária e política. Foram ainda reforçados os capítulos sobre política científica e tecnológica e meio ambiente, dando uma impulsão a políticas ativas nos mais diferentes segmentos industriais e de pesquisa.

Coroando essa crescente “*interdependência ativa*”, os países membros se comprometeram com etapas ainda mais avançadas de integração e de União econômica e política, notadamente através de novo Tratado da união Européia, que faz parte dos chamados acordos de Maastricht de 1992.

“Na perspectiva de formação de blocos econômicos, a expectativa de uma sociedade mais humana deve nortear as ações que emanam dos diferentes segmentos da sociedade²²”.

Longe da ordem temporal e de interesses que privilegiam o trato das questões econômicas em primeiro lugar, a crise que se pode diagnosticar como potencial à formação do Mercosul é a relacionada à condição difícil do mercado de trabalho: por um lado, pela falta de mão-de-obra qualificada, e, por outro, pela sobra daquela, com pouca ou com nenhuma qualificação.

Esses fatos não podem ficar desvinculados de uma conjuntura de alta concentração de renda, polarizada na mão de poucas pessoas, como também da forçosa convergência de grandes contingentes populacionais a salários baixos.

Baseados nos mesmos conceitos que determinam a formação de blocos, fortalecimento social e econômico das nações, interna ou externamente, o fator humano é o principal interveniente aos apelos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, faz-se necessário a criação de mecanismos que contribuam para a solução de problemas de formação e capacitação.

²² Susana KAIRUTA. A Integração Universitária como condição para o desenvolvimento. II Encontro Internacional: A Educação e o Mercosul: desafio político e pedagógico, Porto Alegre agosto de 1993, p. 261.

A CEE cria, em sua trajetória, uma série de mecanismos que têm como principais objetivos a criação de um grande mercado interno, sem fronteiras, e a conseqüente consolidação de uma sociedade mais humana. Comett, Erasmus, Yes - Europa são programas que viabilizam o esforço da Comunidade Européia a ações como:

- correspondência entre sistemas educativos: rede Eurydice, bolsas para visitas de estudo, formação de professores;
- ensino de línguas estrangeiras;
- igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, para os filhos de trabalhadores migrantes, para os deficientes, bem como luta contra o analfabetismo e o insucesso escolar;
- introdução de novas tecnologias da informação (NTI) nos sistemas escolares;
- cooperação entre as universidades e as empresas no domínio da formação em novas tecnologias (Comett);
- mobilidade de estudantes: programa Erasmus, cooperação entre as universidades e reconhecimento de diplomas;
- intercâmbio de jovens: programa de intercâmbio de jovens trabalhadores e programa Yes - Europa.

A professora Susana Kakuta diz que: *“sobre a questão do ensino básico, cabe salientar uma forte tendência em perceber o analfabetismo como uma consequência das migrações internas ou das convergentes à CEE.... A CEE adota 17 projetos como fase piloto de uma luta contra o analfabetismo²³”*.

Identifica-se, nesta questão, uma das principais diferenças estruturais entre a CEE e o Mercosul. Os países integrantes do Mercosul apresentam elevadas taxas de analfabetismo, fator que passa a interferir de forma direta quando da formação de políticas de qualificação e capacitação, produtividade e competitividade, transferência e integração tecnológica.

²³ Ibid p. 262



1.9 - O Mercosul

Com a assinatura, em 26 de março de 1991, do Tratado de Assunção, documento pelo qual a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai lançam as bases institucionais do Mercosul, resulta antes de mais nada de um processo de cooperação bilateral entre os dois primeiros países que se desenha desde o começo da década de 80.

As raízes históricas mais imediatas do Mercosul situam-se, de fato, no processo de aproximação política comercial entre as duas maiores economias do sub continente sul-americano e o futuro do projeto parece depender do sucesso dos resultados efetivos desse processo.

Dentro de uma perspectiva histórica mais ampla, a cooperação brasileiro-argentina dos anos 80 resulta de uma difícil superação da longa tradição de disputa e rivalidade, que caracterizara as relações entre ambos os países desde a independência, no século XIX.

Herdeiros das tensões luso-espanholas no sul do continente americano ao longo do período colonial, Brasil e Argentina confrontaram-se em inúmeros episódios militares ao longo do século XIX.

Tendo terminado as questões de natureza militar, no século XX permanecem as tensões sob a forma de projetos geopolíticos antagônicos, segundo os quais Brasil e Argentina disputam, de forma sistemática, uma posição de supremacia política e econômica na América do Sul.

Sobretudo nas Forças Armadas de ambos os países tais projetos ganham corpo doutrinário e político, ao ponto de um virtual confronto militar ser trabalhado como principal hipótese nas esferas de projeção estratégica que arquitetam os sistemas de defesa de ambos os países.

Durante a década de 70, que precede imediatamente o processo cooperativo, as tensões e a rivalidade entre Brasília e Buenos Aires atingiram níveis muito perigosos. Colaboravam para tanto a consolidação dos regimes militares em ambos os países, o que tendia a colocar os antigos projetos geopolíticos na ordem do dia, não obstante a similitude dos ditos regimes e a cooperação dos aparelhos repressivos dos Estados.

A Argentina, às voltas com políticas econômicas mal sucedidas dos governos militares pós-golpe de 1966 e com a amplitude do confronto entre as forças de direita e a organização política e sindical do peronismo e de outras forças de esquerda, assumiu uma atitude claramente reativa diante das iniciativas do Brasil, em pleno “*milagre econômico*” e com um processo de repressão política mais isolado em relação ao conjunto da sociedade.

O “*milagre brasileiro*”, fundado sobre a abertura da economia ao capital multinacional, o endividamento externo e o investimento estatal em setores estratégicos, tendia a colocar o país em ampla vantagem econômica sobre a Argentina, principalmente no que se refere aos setores industrial, de transportes e telecomunicações.

De acordo com a nova posição de “*potência internacional emergente*”, segundo a terminologia do projeto tecnocrático-militar, o Brasil praticou, ao longo da década, uma agressiva política intervencionista na América

do Sul e projetou, ambiciosamente, uma virtual supremacia no Atlântico Sul, em vista da qual trabalhou, no âmbito da ONU, em prol da articulação de uma “*zona de paz*” na região.

Na América do Sul, sob a doutrina das “*fronteiras ideológicas*”, o Brasil influenciou diretamente na emergência de várias ditaduras militares, como na Bolívia, no Uruguai e no Chile, atraindo para sua órbita de influência os novos regimes. Nesse contexto, inúmeros tratados comerciais e projetos de integração física tenderam a atrair para os portos atlânticos brasileiros os principais corredores de exportação do subcontinente, deslocando de forma ampla a tradicional posição de Buenos Aires.

O Tratado da Bacia do Prata (1969) e o Tratado de Cooperação Amazônica (1978) foram amplamente instrumentalizados pelos projetos hegemônicos do Brasil-potência.

Com base em tal avaliação, corporifica-se nos meios militares argentinos a tese segundo a qual seria conveniente ao país, dadas as condições objetivas da cena política, aceitar como posição de subordinação tácita ao Brasil, fundada na afinidade dos regimes, no plano político na esfera econômica, e na complementariedade do setor industrial brasileiro, o que, evidentemente, não é visto com bons olhos pelos industriais platinos.

É, pois, em tal contexto que se criam as condições políticas preliminares para o princípio do processo de cooperação brasileiro-argentino, já no final dos anos 70. Ao começar a nova década, entretanto, o projeto Brasil-potência começa a naufragar na crise internacional capitalista que se agravava, com a conseqüente marginalização do país e de toda a América Latina, dos fluxos

globais de investimento e de comércio. É assim que as iniciativas pró-cooperação Brasil-Argentina, no novo contexto que configuraria a “década perdida” para a América Latina, colocavam-se progressivamente muito mais como uma forma de resposta à situação crítica do que como um possível veículo para projetos de hegemonia, de resto crescentemente anacrônicos, embora não completamente afastados da cena.

Nesse contexto, em 1980 os presidentes Figueiredo e Videla encontram-se para dar início ao projeto de cooperação. Fala-se, na ocasião, sobre a configuração do eixo São Paulo - Buenos Aires, o qual deveria tornar-se o “coração econômico” da América do Sul. São assinados acordos de cooperação em 11 áreas, entre os quais a energética, a de tecnologia nuclear e a indústria bélica.

A atitude cooperativa bilateral ganharia um novo impulso qualitativo com a emergência dos governos civis e do processo de redemocratização política em ambos os países. A crise que se generalizava igualmente conduzia à necessidade de acelerar o processo.

Como marco inicial dessa nova fase pode-se apontar o encontro entre os presidentes Raul Alfonsim e José Sarney, em novembro de 1985, para a inauguração da ponte internacional sobre o rio Iguaçu. Acorda-se, na ocasião, sobre a formação de uma comissão Mista de Alto Nível para projetar as possibilidades de cooperação e integração econômica Brasil-Argentina. Já se cogita com clareza na época da futura criação de um mercado comum em base sub-regional ampliada.



Em julho de 1986, quando da visita de Sarney a Buenos Aires, é firmada a Ata para a integração brasileiro-argentina, que cria o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE) com, inicialmente, 12 protocolos sobre cooperação em setores específicos das relações econômicas bilaterais.

Será exatamente com base nos objetivos e nos protocolos ligados ao PICE que se seguirá, até o final da década, uma série de novos acordos e protocolos que culminarão, em agosto de 1990, com o convite formal ao Paraguai e ao Uruguai para que se somasse ao projeto de integração econômica em curso.

Como já foi colocado anteriormente, o futuro do Mercosul e a amplitude das realizações do projeto estão intimamente associados às formas nas quais se desenvolva a relação Brasil-Argentina.

Nesse sentido, é de fundamental importância que sejam realisticamente consideradas por analistas e agentes políticos, não apenas as condições que propiciam a cooperação, mas da mesma forma, aquelas que podem gerar o conflito.

A aceleração do processo integracionista bilateral, decidida em julho de 1990 pela "*Ata de Buenos Aires*", responde à tomada de consciência de que a modernização econômica bem como a inserção competitiva na economia mundial seriam grandemente facilitadas, nos dois países, por uma complementariedade ampliada entre as duas economias. A própria mudança no modelo de desenvolvimento, com uma definição por um projeto social-liberal de modernização (abertura econômica externa, liberalização comercial), e a transformação importante operada no papel do Estado (redefinição das regras de

intervenção, privatização, etc.), operada de maneira independente em cada um dos países, conduziram à aceleração do processo negociador da integração, seu aprofundamento no caso Brasil/Argentina e sua ulterior extensão nos dois outros parceiros do Cone Sul.

Como consequência direta da Ata de Buenos Aires, elabora-se o “*Acordo de Complementação Econômica*” nº 14, firmado em dezembro de 1990 pelos representantes da Argentina e do Brasil junto à ALADI, consolidando no âmbito daquela Associação o programa de liberalização comercial concertado no Tratado de Integração, nos prazos definidos pela Ata de Buenos Aires. Até aquele momento, o processo se desenvolvia no plano estritamente bilateral Brasil/Argentina, muito embora o Uruguai tenha sido convidado, e tenha participado efetivamente, de todos os encontros presidenciais mantidos entre a Argentina e o Brasil na segunda metade dos anos 80.

Compreensivelmente preocupado com um desenvolvimento que ameaçava deixá-lo num relativo isolamento econômico, o Uruguai procurou rapidamente inserir-se no novo contexto sub-regional, como aliás foi sua orientação permanente durante toda a primeira etapa de aproximação Brasil/Argentina.

Pouco depois, o Paraguai juntou-se igualmente ao exercício de ampliação do mercado comum do Cone Sul, haja visto a intensidade dos vínculos comerciais com seus vizinhos platinos.

Como resultado de intensas negociações levadas a cabo durante os meses precedentes, em 26 de março de 1991 os presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai puderam afirmar o Tratado de Assunção, que passou a

reger as relações econômico-comerciais dos quatro países no período transitório 1991/1994, antecedendo à plena conformação do Mercado Comum do Sul.

Para Paulo R. de Almeida:

“O Mercosul constitui uma resposta criativa à nova dinâmica das economias nacionais e internacional, uma vez que o esgotamento das políticas substitutivas levou obrigatoriamente à necessidade de encontrar novas formas de inserção econômica externa. Transformou-se assim, num espaço de tempo relativamente curto em termos históricos, a geografia econômica desse grande espaço sul-americano, projetando numa nova entidade comunitária, cujo impacto vai se exercer plenamente nos albores do século XXI”²⁴.

Como o grande modelo para o Mercosul tem sido a União Européia, as etapas dessa união definitiva para o estabelecimento de um mercado comum são praticamente as mesmas: zona de livre comércio, união aduaneira e mercado comum.

ZONA DE LIVRE COMÉRCIO

“Eliminação total de tarifas comerciais (alíquota zero) entre os países-membros do acordo, porém mantendo seus próprios

²⁴ Ibid. p. 79.



sistemas tarifários em relação a terceiros países. A eliminação é por produtos de um número pequeno de setores, aumentando gradativamente”²⁵.

A primeira etapa do Mercosul consiste no estabelecimento de uma área de livre comércio, na qual passa a ocorrer a livre circulação de mercadorias entre os países sem a cobrança de tarifas de importação. Nessa fase, cada país ainda mantém de forma independente seu comércio de importação e exportação com os países fora do Mercosul.

Um aspecto fundamental para a existência de uma zona de livre comércio é a formação de regras que definam a origem dos produtos comercializados. Para que os produtos possam circular, sem pagar tarifas de importação, deverá ficar comprovado que a maior parte da mão-de-obra e das matérias-primas provém realmente de um dos países de livre comércio.

Um exemplo clássico é a zona de livre comércio que está sendo formada pelos Estados Unidos, Canadá e México. Para um carro ser comercializado nos três países sem tarifas alfandegárias, terá que contar com 62,5% de componentes produzidos nos países integrantes do acordo. Como os carros das indústrias japonesas não terão esse privilégio, sendo obrigados a pagar tarifas de importação, as indústrias norte-americanas serão beneficiadas, já que poderão concorrer em melhores condições com os do Japão.

UNIÃO ADUANEIRA (OU UNIÃO ALFANDEGÁRIA)

“É um estágio de integração mais avançado, onde as alíquotas no comércio dentro dos países-membros é zero e em

²⁵ Escola Sul da CUT. Caderno de formação sindical sobre o Mercosul. p. 24.



*relação ao resto do mundo adotam tarifa externa comum*²⁶.

Na segunda etapa do processo de integração, os portos, aeroportos e fronteiras terrestre dos quatro países estarão unidos. Os impostos e taxas cobrados sobre os produtos importados de fora do Mercosul serão definidas conjuntamente pelos quatro países. Por exemplo, quando um importado chegar no Porto de Vitória-ES ou no de Buenos Aires deverá pagar uma tarifa que será definida por acordo entre os quatro países como se fossem um só. Desse modo os países do bloco não poderão estabelecer relações comerciais com países não integrantes do Mercosul de forma independente.

A definição de uma tarifa externa comum é um dos pontos de maior divergência entre os negociadores dos quatro países. O problema é que não há consenso sobre as tarifas que devem ser pagas sobre cada produto. O governo paraguaio, por exemplo, defende uma tarifa sobre a importação de carros bem mais baixa que a Autolatina, fabricante de automóveis no Brasil e na Argentina. Para a Autolatina, quanto mais alta a tarifa de importação, melhor. Assim os carros importados ficarão mais caros que os fabricados pela Volkswagen e pela Ford, no Brasil e na Argentina, o que beneficiará essas empresas na concorrência.

MERCADO COMUM

“A partir de uma União Aduaneira se permite a livre mobilidade de fatores de produção através das fronteiras dos países-membros (capital e mão-de-obra). Nesse

²⁶ Ibid. p. 24.

estágio é importante a harmonização de políticas econômicas, financeiras e sociais”²⁷.

Na terceira etapa da integração, a Zona de Livre Comércio e a União Aduaneira já estarão em pleno vigor, ao mesmo tempo que haverá livre circulação de dinheiro, equipamentos, máquinas e mercadorias entre os quatro países.

Para Luiz Olavo Batista, Professor da Faculdade de Direito da USP, a etapa final da constituição do mercado comum deve garantir cinco liberdades fundamentais, que irão definir a integração plena entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai:

- *“Liberdade de circulação de mercadorias entre os Estados-partes sem que tenham que atravessar barreiras alfandegárias;*
- *Liberdade de estabelecimento para que os empresários possam instalar seus negócios de produção, armazenagem ou venda de mercadorias;*
- *Liberdade de circulação de trabalhadores dentro dos limites do Mercosul, com o reconhecimento legal das profissões;*
- *Liberdade de circulação de capital, com a existência de uma moeda única no mercado comum, que permitirá os empresários investirem onde tiverem interesse;*

²⁷ Luís O. BATISTA. Assuntos comerciais. São Paulo/USP. In: Walter Prascides e Nelson PILETTI, o Mercosul e a Sociedade global. p. 46.

- *Liberdade de concorrência, submetendo os empresários às mesmas regras e fiscais, para que ninguém seja prejudicado ou privilegiado no Mercosul*²⁸.

Alguns autores preferem colocar como um estágio superior de um processo de integração, a União Monetária e Econômica. Onde, a partir de um Mercado Comum, adota-se uma moeda comum sob o controle de um bloco central único.

O que podemos dizer neste momento é que em se tratando do Mercosul, muito tempo ainda vai levar para se chegar a esse estágio superior de integração tendo em vista os últimos acontecimento noticiados pela imprensa, onde países como o Brasil, que em vez de tomar medidas que venham favorecer a integração, faz justamente o contrário, isto é, tomam medidas protecionistas prejudicando os demais países que compõem o bloco Mercosul.

²⁸ Luís O. BATISTA. Assuntos comerciais. São Paulo/USP. In: Walter Prascides e Nelson PILETTI, o Mercosul e a Sociedade global. p. 46.



CAPÍTULO II

2 - A EDUCAÇÃO NO MERCOSUL

“A plataforma da “educação para todos”, consagrada na Conferência Mundial de JOMTIEN (Tailândia, 5 a 9 de março de 1990) considera que satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem exigem mais que a universalização do acesso à escolaridade existente na atualidade. É preciso e é devido universalizar o acesso à educação e fomentar a equidade: dar atenção prioritária à aprendizagem, ao genuíno desenvolvimento do indivíduo e da sociedade através de conhecimentos, do raciocínio lógico e crítico e das atitudes e valores (em vez de dar exclusiva atenção à matrícula, à permanência na escola e ao certificado); ampliar os meios e o alcance da educação básica; melhorar as condições de aprendizagem e fortalecer a cooperação e a associação entre indivíduos, grupos e povos”²⁹.

A educação, como transmissora do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, tem uma responsabilidade muito grande na efetivação e na direção que tomará o processo de integração latino-americana.

²⁹ Maria B. M. LUCE. A educação na integração latino-americana, in: Vera M. P. SEITENFUS e Luís A. de BONI (coordenação) Temas de Integração Latino-americana, p. 267.

A integração só poderá ser viável se tratada de uma forma mais abrangente, que considere o homem ser sujeito do processo em sua dimensão sócio-político-cultural e educacional. A educação poderá contribuir na formação de uma consciência política que fortaleça os processos democráticos com a produção de conhecimentos socialmente relevantes e a capacitação de recursos humanos aptos para incorporarem-se ativamente às novas modalidades do mundo do trabalho e da produção.

Quando se fala no papel da educação como o elemento importante na integração latino-americana, isto se refere à educação pública e gratuita que atenda principalmente aos trabalhadores e aos filhos dos trabalhadores. Essa educação precisa ser de boa qualidade e estar voltada para os avanços tecnológicos necessários e ela será de muita importância para que a maioria da população possa não só garantir as suas vantagens, como também conquistar outras, que lhes dará melhores condições de vida e de competitividade no mundo da automação.

Seguindo essa linha de raciocínio, a educação é parte importante do processo de integração em função de:

A construção e a reafirmação da identidade sócio-cultural política e econômica dos países ibero-americanos, que os unirão nos ideais e objetivos de superação dos desafios históricos só serão alcançados através de uma ampla base democrática de reflexão e participação dos diversos setores representativos da sociedade;

A educação, como processo que não se esgota em si mesmo, isto é, na educação formal, mas se constitui no fio condutor das relações sócio-político-cultural das comunidades, representa um dos mais importantes fatores de organização das populações e conquista da cidadania;

A necessidade de uma maior conscientização de educador para o papel sócio-político da ação pedagógica e o seu comprometimento com a transformação das relações sociais vigentes;

O convênio assinado em Brasília pelos Ministros da Educação dos países do Mercosul, com vistas à integração na área educacional, significa o reconhecimento oficial da importância da educação para o Mercosul;

A integração vista sob uma ótica onde a ampliação do enfoque econômico ceda espaço à priorização de objetivos políticos, que inclua aspectos sociais, culturais, científicos, tecnológicos e educacionais, tenderá a converter-se num instrumento de desenvolvimento e esse num projeto de libertação da grande maioria populacional, considerando o lado transformador da prática social. A educação deve ser a promotora de um novo momento de ação e de reflexão frente aos problemas que atualmente enfrentamos em nível de instituições e ao nível da ação concreta da humanidade frente ao mundo em reorganização, projetando-se para além do individualismo e do particularismo.

Pode-se vislumbrar, neste capítulo, os avanços ocorridos no setor educacional a nível de Mercosul. Antes porém, uma reflexão sobre o quadro atual da educação dos quatro países que compõem o Mercosul



2.1 - A Educação nos Países que Integraram o Mercosul

“A educação é em si mesma o sinônimo de desenvolvimento, de crescimento econômico, mas erroneamente, vem sendo tratada pelas “autoridades competentes” como uma forma de dominação de uma população que pensa não ter direitos apenas por não ter acesso direto a eles, esquecendo-se essas autoridades, que uma estratégia para um progresso mais rápido e sustentável no desenvolvimento de recursos humanos deve consistir de elementos mutuamente reforçadores de educação, saúde, nutrição”³⁰.

De forma geral, nas últimas décadas, ocorre na América Latina um crescimento tanto em número de estabelecimentos como em número de matrículas, multiplicados em aproximadamente nove vezes, como afirma a professora Maria Beatriz Luce (1990), destacando o caso do Brasil que está na lista dos dez países mais analfabetos do mundo.

A professora afirma ainda:

“tem-se como fatos que, paralelamente ao crescimento real e relativo das matrículas, houve uma deterioração na qualidade do ensino e que esta seria decorrência do proporcional aumento do número de professores, no tamanho e natureza centralizada dos sistemas, mas inversamente proporcional ao valor relativo

³⁰ Janine da S. ALVES. Mercosul, p. 67

*da titulação acadêmica, ao prestígio social e à remuneração dos professores*³¹.

O indicador para os países que integrarão o Mercosul do nível de educação primária estimado pelo número de crianças de todas as idades matriculadas em escolas primárias, expresso como relação entre o número de alunos e a população em idade escolar, (como indica o relatório do Banco Mundial, embora muitos países consideram a idade de freqüentar escola primária como sendo de seis a onze anos, outros não adotam esse critério), demonstra índices similares para os quatro países e embora representem percentuais, são números acima de 100 (tabela 01), pois como informa o "*Banco Mundial*", no caso de alguns países onde o ensino primário é universal, os coeficientes de matrículas podem ser superiores a 100%, pois alguns alunos estão acima ou abaixo da idade padrão, adotada pelo país para freqüência em escola primária. É o nível básico que deve receber maior atenção principalmente considerando que os números encontrados podem ser traiçoeiros, pois não garantem necessariamente uma boa educação neste estágio escolar. Um exemplo é o Brasil, onde o índice de alfabetização na primeira série do primário das escolas municipais alcançam apenas 30% dos alunos que freqüentam aulas.

³¹ Maria B. M. LUCE. A educação na integração latino-americana - alguns pontos para reflexão e ação. In: temas para a integração latino-americana, coord. Seitenfus e Boni., p. 257-282.

TABELA 01 - Educação (Grupo etário matriculado em escola 1987 e analfabetismo entre adultos - 1985).

Grupo Etário	PAÍS			
	Argentina	Brasil	Uruguai	Paraguai
Matrícula por nível de ensino				
Primário (%)	110	103	110	102
Secundário (%)	74	39	73	30
Terciário (%)	39	11	42	
Analfabetismo (%)				
Analfabetismo entre adultos (%)	5	22	5	12

Fonte: Banco Mundial - 1990

Os contrastes entre os quatro países são mais notórios nos níveis educacionais secundário e terciário, estágios estes fundamentais para o efetivo desenvolvimento de um país, pois o nível primário oferece base para os outros dois. Estudos de representantes do Banco Mundial, indicam que:

“hoje e no futuro, uma educação secundária é o requisito mínimo para a assimilação de alta tecnologia e se precisa pelo menos uma educação de nível superior (de uma universidade ou de uma instituição de nível superior) para a condução da pesquisa e desenvolvimento associados com a inovação e criação de novas tecnologias”³².

Os coeficientes do nível educacional secundário foram calculados da mesma maneira dos coeficientes do nível primário. Como neste caso também ocorre variações de país para país na idade de freqüência na escola secundária,

³² Knight e Wasty. Desenvolvimento de recursos humanos. p. 125-139. In: Janine da S. ALVES. Mercosul, p. 69.



em geral para o Banco Mundial esta foi considerada como sendo de doze a dezessete anos (*“o ingresso tardio de estudantes mais velhos, assim como repetência e o fenômeno das grandes turmas nas séries finais podem influenciar esses coeficientes”*, diz o Banco Mundial). Esse indicador destaca-se como um grande diferenciador entre os países, pois eles apresentam uma profunda desigualdade nos percentuais de matrícula, sendo que a Argentina e o Uruguai destacam-se com 74% e 73%, respectivamente, do grupo etário matriculado no nível secundário, enquanto o Brasil segue com 39% e o Paraguai com apenas 30%.

O coeficiente de matrícula no nível terciário é calculado dividindo-se o número de alunos matriculados em todas as escolas pós-secundárias (escolas profissionalizantes, programas de educação para adultos, escolas comunitárias de dois anos e centros de educação à distância — principalmente cursos por correspondência — estão incluídos nos critérios de cálculo pelo Banco Mundial) e universidades, pelos jovens de 20 a 24 anos; embora pessoas possam freqüentar estas escolas estando abaixo ou acima desta faixa etária. Ressalte-se que a nível de Brasil a maioria dos jovens que conseguem ingressar à universidade ou começar um curso de terceiro grau, começa-o com menos de 20 anos.

Também nesse nível a Argentina e o Uruguai destacam-se com um maior índice de participação possuindo, respectivamente, 39 e 42% do grupo etário matriculado em escolas para essa faixa etária; o Brasil segue com apenas 11% do grupo etário matriculado em escolas de nível terciário. Não constam informações do Paraguai quanto a este indicador.

Enquanto a educação evidencia-se como uma das principais forças propulsoras do desenvolvimento econômico, a tendência à alocação de recursos



no setor educacional pelos quatro países que integrarão o Mercosul, como parte da despesa do governo central desses países vem diminuindo consideravelmente nos últimos anos, indicando claramente uma queda dos investimentos em capital humano. Um exemplo marcante e, ao mesmo tempo, muito preocupante é o caso brasileiro, que, mesmo possuindo 22% da população adulta considerada analfabeta (tabela 01), sofreu uma queda nos gastos governamentais com educação passando de 8,3% em 1972 para 4,8% em 1988 dos gastos do governo central (gráfico 01).

Não se pode negar que a partir de 1988, com a nova Constituição Brasileira, houve a oficialização da descentralização com gastos públicos em educação, aumentando a responsabilidade dos Estados e Municípios com a educação pública. Mas esta medida não justifica a drástica queda dos investimentos do governo federal na educação.

Embora a Argentina e o Uruguai sejam países que apresentam quedas percentuais significativas nos gastos dos governos centrais com educação, principalmente o primeiro país que sofreu um decréscimo dos gastos com educação num total de 20% para 6,9%, são países que têm um índice de analfabetismo de 5% da população, índice que está entre os 85% e os 95% da alfabetização de adultos que representam os patamares da Ásia e da Europa.

Segundo Janine Alves:

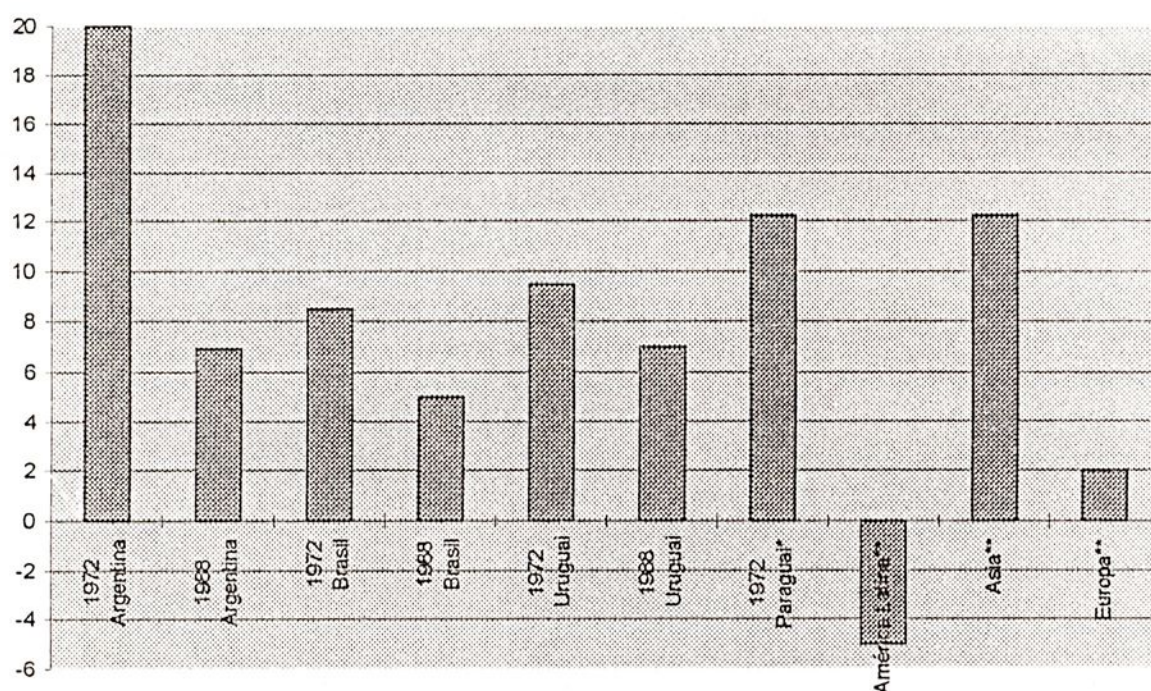
“os dados referentes ao analfabetismo entre adultos devem ser considerados com cautela, por corresponderem a uma vasta camada da população, mas que não representam a globalidade dos analfabetos e a gravidade da situação, especialmente no Brasil, pois existem crianças e jovens que

*também são analfabetos e que não constam destes dados*³³.

Um fator crucial, posto o parâmetro dos países industrializados, são os investimentos em pesquisa e desenvolvimento que livram os países a uma certa autonomia tecnológica, bem como à possibilidade de fornecer alternativas para problemas particularizados em determinadas regiões, compatíveis com as reais necessidades de implementação de determinadas técnicas. Exemplo marcante é o das despesas com pesquisas e desenvolvimento, sendo mais contrastante o caso da Suécia que aplica 3% do PIB neste setor e do Brasil com aproximadamente 0,8 do PIB. (baseado em informações do Banco Mundial).

GRÁFICO 01

Gastos com Educação (% da despesa total do Governo Central)



Fonte: Banco Mundial, 1990

* Não consta informação para 1988

** Taxa de crescimento da despesa governamental em educação real per capita: 1980-85

³³ Ibid. p. 70.

Dentro desse contexto, principalmente das quedas na representatividade dos gastos com educação brasileira, é importante compreender que *“é difícil efetuar uma transformação para retirar uma sociedade do subdesenvolvimento somente através da educação; porém, por outro lado, devemos evitar que a natureza da educação ou a sua falta bloqueie as possibilidades de transformação e desenvolvimento”*³⁴.

³⁴ OTEIZA, E. Los recursos humanos en la América Latina. Enfoque histórico de las relaciones entre población, educación y empleo. El trimestre económico (México) 58:4 (out./dez. 1909). In: Ibid. p. 72.

2.2 - Quantidade e Qualidade da Educação nos países do Mercosul

Com base em informações obtidas da CEPAL, UNESCO e do Banco Mundial, constata-se que nas últimas décadas houve um aumento quantitativo importante no sistema educativo latino-americano.

Os progressos quantitativos observados tem-se operado na educação básica, cuja matrícula no término de 30 anos (1960-1990), quase triplicou, passando de 27 milhões a 73 milhões de crianças entre 6 e 11 anos. Não obstante ainda subsistem na região 45 milhões de analfabetos.

Esta mesma tendência verifica-se no Brasil, enquanto que na Argentina e no Paraguai tem duplicado somente, sendo seu aumento notoriamente menor no Uruguai.

Quadro 1: Matrícula no ensino primário entre os países do Mercosul. Número de matriculados.

PAÍSES	1960	1970	1980	1988	1990	1991
Argentina	2.850.000	3.648.057	4.110.821	4.999.000	---	5.866.701 b)
Brasil	8.368.000	15.904.627	22.598.524	26.821.134	28.234.039 c)	---
Paraguai	301.700	431.743	568.968	627.190	687.331	720.983
Uruguai	319.900	354.096	331.247 a)	351.984	346.416	340.789

Fonte: CEPAL, Anuário Estatístico; 1992, op. cit. pág. 732.733

Nota: para o ano de 1960: CEPAL//UNESCO, op. cit. pág. 41

a) Somente Ensino Público

b) Dados estimados: INDEC, Anuário Estatístico da RA., 1992 cit. em MERCOSUL, Sinopses Estatística, vol I, 1993, p. 94

c) IBGE, Anuário Estatístico do Brasil; 1991-92, cit. no MERCOSUL, op. cit. pág. 94

Se pararmos para observar as taxas de analfabetismo nos países do Mercosul, Uruguai e Argentina seguem ostentando os níveis mais baixos, observando-se por sua vez uma importante diminuição tanto no Paraguai como no Brasil.

Quadro 2: Analfabetismo nos países do MERCOSUL. Porcentagem da população de 15 e mais anos de idade.

PAÍSES	1970	1980	1985 a)	1990 a)
Argentina	7,4	6,1	5,2	4,7
Brasil	33,8	25,5	21,5	18,9
Paraguai	19,9 b)	12,3	11,7	9,9
Uruguai	6,1	5,0	4,3	3,8

Fonte: CEPAL, Anuário Estatístico;

Nota:

a) Estimação da UNESCO.

b) As pessoas sem escolarização foram consideradas analfabetas.

A expansão quantitativa do nível primário por sua vez tem gerado um aumento significativo de escolarização no nível secundário da região que ainda não chegou a massificar-se, mas cresceu notoriamente entre 1960 e 1988, passando de 4.085.000 a 23.434.000 alunos nesse período. Fenômeno esse que se reflete de forma diferenciada nos distintos países do Mercosul.

Quadro 3: Matrícula do Ensino secundário, nos países do MERCOSUL. Número de matriculados.

PAÍSES	1960 c)	1970	1980	1988	1990	1991
Argentina	578.000	980.558	1.326.680	---	1.980.815 d)	2.160.410 e)
Brasil b)	267.000	1.003.475	2.823.544	3.441.000	3.760.935 a)	---
Paraguai	24.600	55.777	117.779	155.434	161.765	166.894
Uruguai	93.000	174.300	171.502	252.938	265.956	276.432

Fonte: CEPAL, Anuário Estatístico; 1992, op. cit. pag. 736.737

Nota:

a) inclusive estudantes de ensino geral e outros tipos

b) a duração do ensino foi modificado.

c) para o ano de 1960 se utilizou como fonte CEPAL/UNESCO, op. cit. pag. 91.

d) UNESCO "Informe Anual 1991" Paris. 1992, citado por Pulfer, D. "A Educação ante os desafios do MERCOSUL" - Buenos Aires. 1993.

e) INDEC, Anuário Estatístico, Argentina, 1992 e IBGE Anuário Estatístico do Brasil, 1991-1992 - cit. em MERCOSUL - Sinopses Estatística - op. cit. pag. 94.

Também na educação superior da América Latina se observa um crescimento explosivo na matrícula nas últimas três décadas, passando de 630 mil alunos matriculados em 1960 a 7 milhões em 1990. Superando a taxa de crescimento educativo desse nível aos dois anteriores.

Quadro 4: Taxas brutas de matrícula de Ensino de nível superior nos países do MERCOSUL. (Total de matriculados de 20-24 anos sobre a população dessa mesma idade multiplicado por 100).

PAÍSES	1970	1980	1989
Argentina	14,9	21,6	40,8 (1987)
Brasil	5,1	11,9	11,2
Paraguai	4,3	8,5	8,0
Uruguai	10,0	17,3	50,4 (1988)

Fontes: CEPAL, Anuário Estatístico, 1992, op. cit. pág. 57.

Alguns atribuem o aumento quantitativo da matrícula nos diferentes níveis educativos da América Latina ao melhoramento do nível de vida de certos setores sociais urbanos da região; outros a uma maior conscientização acerca do valor da educação como instrumento de mobilidade social e, finalmente outros, às modalidades introduzidas nos sistemas de ingresso nas escolas, sobretudo no nível redemocratização operado nos mesmos.

Detendo-se em análises do gasto público com educação em relação ao gasto público geral dos países do Mercosul e comparando-o com o de outros países do mundo, vê-se que no período de 1975/1989 tem sido extremamente baixo e que inclusive em muitos casos como no da Argentina, tem decaído de forma alarmante nos últimos anos.

Quadro 5: Gastos ordinários em educação. Em porcentagem dos gastos do governo.

PAÍSES	1975	1980	1985	1987	1988	1989	1990	1992	1993
Argentina	10,9 a)	18,8 a)	8,9 c)	8,43 c)	11,18 c)	7,77 c)	11,2 c)	8,82 c)	4,33 c)
Brasil	---	---	---	---	17,7	17,7 b)	17,7	---	---
Paraguai	---	18,8 a)	---	---	12,1	12,1 b)	12,1	---	---
Uruguai	---	---	9,3 a)	15,4	15,1	15,1 b)	15,1	---	---
EE.UU.	---	---	22,0 a)	---	---	---	---	---	---
Japão	---	19,3 d)	---	---	16,8 d)	---	---	---	---
H. Kong	25,7 a)	25,5 a)	23,0 a)	---	---	---	---	---	---
Coréia	---	---	28,3 a)	29,8 a)	26,2 a)	24,7 a)	---	---	---
Afganistão	15,3 a)	14,4 a)	---	3,7 a)	---	---	---	---	---
Indonésia	---	8,9 d)	---	---	---	5,5 a)	---	---	---
Índia	15,1 a)	---	13,0 a)	9,9 a)	8,5 d)	---	---	---	---
Iraque	10,5 a)	---	---	---	6,4 d)	---	---	---	---

Fontes:

a) UNESCO, "Anuário estatístico", 1991, pág. 4-11 y 4-13.

b) Indicadores de Educação na Revista INTAL, set. 1993, ano 18, nº 193, pág. 82.

c) Ministério da Cultura e Educação da Nação, Direção de Pressuposto, Bs As, 1993, mimeografado.

d) UNESCO, "Informe Mundial sobre Educação", Paris, 1992.

*: porcentagem estimadas para os três anos.

Como se pode observar na tabela, os gastos destinados à educação tanto em relação com os gastos totais como com o PIB dos países do Cone Sul, são comparáveis aos países de menor desenvolvimento econômico relativo, deixando muito a desejar em função das necessidades da área.

Quadro 6: Gastos ordinários em educação. Em porcentagens do PIB

PAÍSES	1975	1980	1985	1987	1988	1989	1990	1992	1993
Argentina	2,4 a)	3,1 a)	1,8 a)	1,87 c)	1,8 c)	1,11 c)	1,45 c)	0,96 c)	1,02 c)
Brasil	---	3,5 d)	---	---	3,9	3,9 b)	3,9	---	---
Paraguai	1,2 a)	1,1 a)	1,2 a)	---	1,0	1,0 b)	1,0	---	---
Uruguai	---	2,1 a)	2,5 a)	2,8 a)	2,9 a)	3,3 a)	3,3	---	---
EE.UU.	---	6,7 c)	6,2 a)	---	5,7 e)	---	---	---	---
Japão	3,9 a)	3,9 a)	4,8 a)	4,8 a)	4,7 a)	---	---	---	---
Coréia	1,6 a)	3,2 a)	3,6 a)	3,4 a)	2,8 a)	3,1 a)	---	---	---
Indonésia	2,1 a)	---	---	---	0,8 a)	---	---	---	---
Índia	2,7 a)	2,8 a)	3,3 a)	3,2 a)	3,3 d)	---	---	---	---

Fontes:

a) UNESCO, "Anuário estatístico", 1991, pág. 4-11 e 4-13.

b) Indicadores da Educação na Revista INTAL, set. 1993, ano 18, nº 193, pág. 82.

c) Ministério da Cultura e Educação da Nação, Direção de Pressupostos, Bs As, 1993, mimeografado.

d) UNESCO, "Informe Mundial sobre Educação", Paris, 1992.

e) PNUD e CIDEAL, "Informe sobre Desenvolvimento Humano", 1993, Espanha 1993.

*: porcentagem estimadas para os três anos.

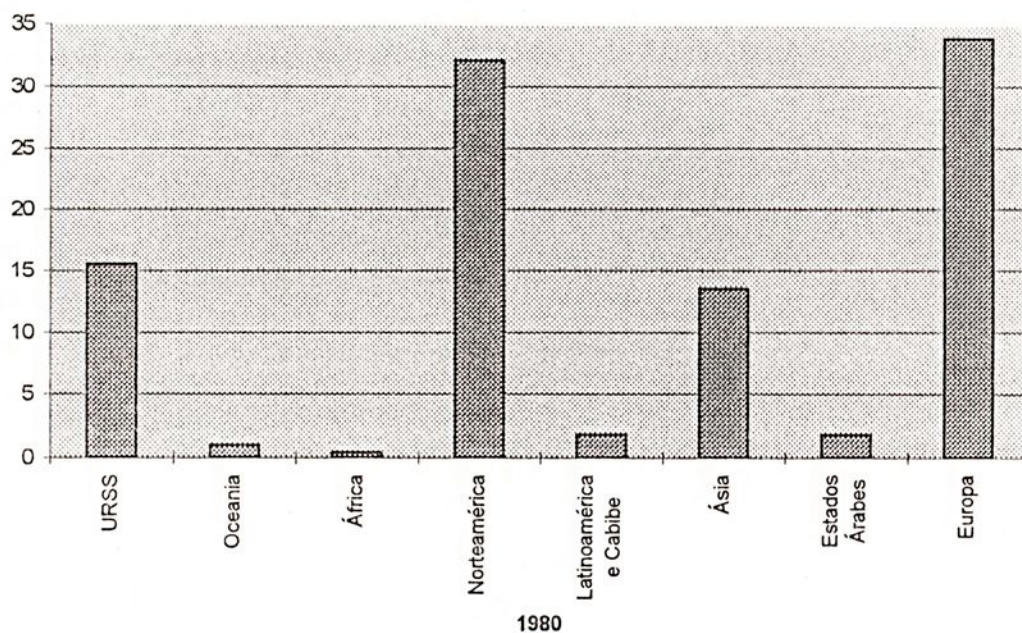
A insuficiência do orçamento educativo observado em nossa sub-região nos revela a falta de valor da educação como ferramenta essencial para o desenvolvimento produtivo de nossos países, sobretudo em relação com o mercado de trabalho e o aumento do nível de competitividade internacional operado nos últimos tempos.

Um outro ponto mostra muito bem a deficiência e o atraso no setor educacional entre os países da América Latina e a drástica diminuição dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento dos governos latino-americanos na década de 80. Enquanto que a Ásia passa de aproximadamente 14% em 1980 para 20% em 1990, a América Latina sai de aproximadamente 2% para menos de 0,5 em 1990.

Se o Mercosul pretende ser de fato mais um bloco econômico em condições de influenciar no rumo das grandes decisões políticas, econômicas e sociais, a serem tomadas pelos grandes blocos, como a União Européia, Tigres Asiáticos e o NAFTA, terá que mudar radicalmente a sua política interna de investimento em pesquisa e desenvolvimento, destinando grandes somas de recursos para estas áreas. Caso contrário, o Mercosul será apenas um bloco submisso aos demais, destinado ao consumo dos bem produzidos pelos outros blocos.

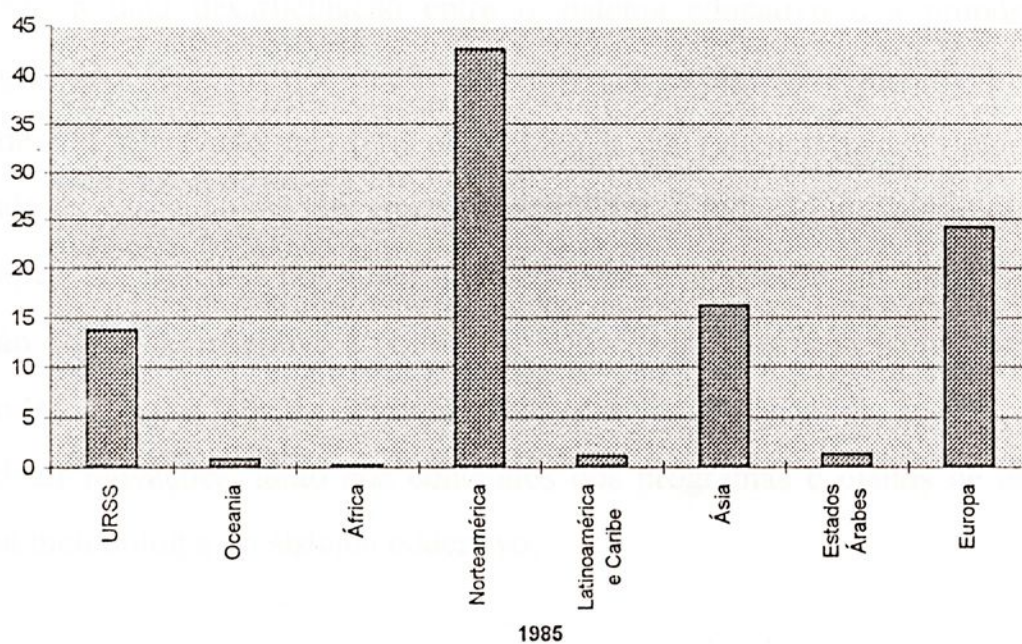
Caso esse quadro não se reverta rapidamente por parte dos governos latino-americanos, será muito difícil acompanhar os grandes avanços tecnológicos da atualidade.

Gastos em pesquisa e desenvolvimento por grupos de países
Estimativas em porcentagem



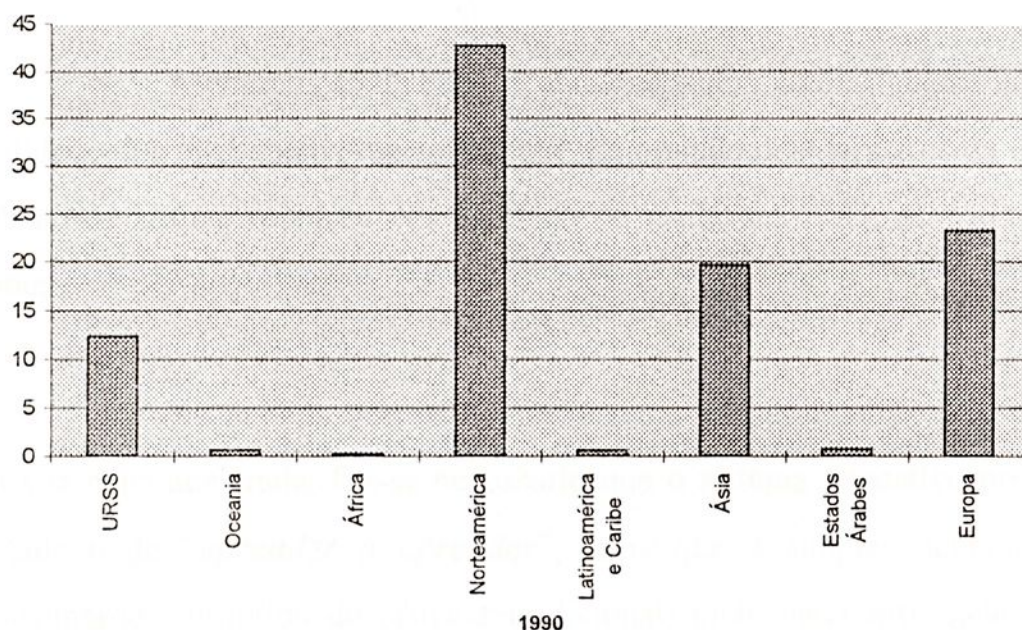
Fonte: UNESCO, Anuário estatístico, 1991, cap. 5

Gastos em pesquisa e desenvolvimento por grupos de países.
Estimativas em porcentagem



Fonte: UNESCO, Anuário estatístico, 1991, cap. 5

Gastos em pesquisa e desenvolvimento por grupos de países.
Estimativas em porcentagem.



Fonte: UNESCO, Anuário estatístico, 1991, cap. 5

A política de ajuste implementada nos países da área tem conduzido a uma desarticulação entre o sistema educativo e a proposta de integração do Mercosul que supõe sua inserção competitiva no mundo. Esta realidade tem provocado uma série de problemas que refletem na deterioração da qualidade da educação devido, entre outras razões, à redução do salário real dos professores ao descaso do poder público com a educação ao abandono da profissão à falta de incentivo à política de capacitação dos professores, etc. Isto também traduz-se na falta de estímulo a docentes para atualizar-se, aperfeiçoar-se e introduzir inovações, tanto nos conteúdos dos programas e planos de estudo, como na metodologia do sistema educativo.

Das análises realizadas até o momento, percebe-se que não há correlação entre o aumento da quantidade e os aspectos qualitativos da educação

em nossa região. A tal ponto que a expansão quantitativa parece ter sido realizado na prática, em detrimento da qualidade.

A diminuição da taxa de analfabetismo manifestamente não revela a realidade dos analfabetos funcionais que, na opinião dos ministros da educação da América Latina, reunidos em Santiago do Chile em 1993, passariam de 90 milhões.

Na medida que os conhecimentos vão se modificando de forma cada vez mais acelerada, faz-se necessário que o sistema educativo privilegie a capacidade de "*aprender a aprender*", mais que a simples acumulação de conhecimentos, próprios do sistema tradicional, onde cada instituição vê a si mesma como algo terminado.

Diante dos desafios da sociedade atual é necessário ver a escola como instrumento de construção do conhecimento. Não obstante essa necessidade, percebe-se que nem a metodologia, nem os conteúdos educativos tem sido objeto de atualização e de modernização requerida pelas exigências dos tempos presentes.

Os conteúdos desatualizados enfrentam a aceleração do saber, a rapidez com que geram os conhecimentos, a necessidade de estar em preparados para dominar os novos conhecimentos. Isto por sua vez agrava-se pela distância existente entre os que podem e os que não podem ter acesso aos mesmos.

A educação enquanto não formar recursos humanos capacitados para impulsionar o processo de integração e desenvolvimento exigidos pela realidade presente, não responde às necessidades atuais da sociedade.



Por outra parte, a formação psico-pedagógica atual não está respondendo ao contexto de integração regional e aos desafios atuais, com exceções de algumas escolas pela iniciativa de algumas equipes de professores.

Com base em análise dos planos de estudo, programas e relatórios obtidos em seminários e congressos pedagógicos, pode-se afirmar que não se trabalha com crianças e jovens na elaboração de conceitos para impulsionar o processo de integração regional e de transformações nacionais.

Um contexto internacional caracterizado pela globalização e a interdependência crescente, pela desigualdade entre seus componentes e pela formação de grandes espaços econômicos altamente competitivos, nos leva necessariamente a revalorizar a integração regional como instrumento de desenvolvimento econômico-social e à inserção internacional.

Dadas essas conotações e se concebendo a integração regional como um processo voluntário de troca social mediante a qual, a partir da existência de problemas, interesses e objetivos comuns, as unidades nacionais se associam e adotam estratégias de ação conjunta para a promoção de um desenvolvimento econômico-social e uma maior inserção no sistema internacional, a educação se constitui em uma das bases indispensáveis para articular tanto a participação dos distintos setores sociais no processo como a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos, a inovação científico-tecnológica, a modernização requerida pelas exigências dos tempos presentes.

Convém assinalar que depende de quem integra quais vão ser os benefícios e os beneficiários últimos desse processo. Até o momento, não há dúvida que têm sido as grandes empresas transnacionais.

Tem-se falado com razão que em matéria de integração é preciso os governos prestarem mais atenção às vozes dos povos que, em definitivo, são os que devem ser ouvidos e os que seguramente sofrem as conseqüências de não sê-lo.

A pedagogia democrática, participativa e integradora para que tenha profundidade e opere efetivamente, deve implementar-se desde o início do processo educativo e prolongar-se ao longo de toda vida. Isto supõe uma troca de atitudes e de práticas tanto dos educadores como dos educandos.

2.3 - Mercosul e a Educação: Participação Institucional dos Estados Partes

“A educação poderá constituir no grande espaço solidário que tem os países da sub-região para participar ativamente na criação de um pensamento social, científico, técnico, político e de apoio ao surgimento de novas sociedades no futuro”³⁵.

Todo o encaminhamento oficial no âmbito educacional do Mercosul é feito pelos Ministros de Educação dos Estados partes que integram o Mercado Comum do Sul, tendo em vista os objetivos e princípios do Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991. Os respectivos Ministros dos Estados partes, são assessorados por um Comitê Coordenador Regional do Setor Educacional no contexto do Mercosul, composto por números iguais de representante de cada país e que tem como objetivo principal elaborar estudos no setor e propor os devidos encaminhamentos aos ministros.

Desde a primeira reunião de Ministros da Educação, acontecida em Brasília nos dias 12-13/12/1991, até junho de 1996, eles já se reuniram por diversas vezes e fizeram vários encaminhamentos, importante para o aprofundamento das discussões educacionais no âmbito do MERCOSUL.

Na primeira reunião, fazem uma declaração de princípios, onde declaram:

- *“Seu compromisso histórico ante o objetivo de integração dos Estados-*

³⁵ Plano Trienal, 1992, p. 3.

*membros tendo por base os princípios fundamentais da democracia, igualdade e cooperação, preservando a identidade e liberdade dos povos*³⁶;

Diante destes princípios resolvem: estimular o desenvolvimento de projetos educacionais que abranjam os seguintes programas de ação:

- Formação de consciência social favorável ao processo de integração;
- Capacitação de recursos humanos que contribuam para o desenvolvimento econômico;
- Integração dos sistemas educacionais.

Na segunda reunião dos Ministros da Educação, realizada em Buenos Aires no dia primeiro de junho de 1992, os Ministros dos Estados partes acordam:

- *“Aprovar o Plano Trienal para o setor educação no contexto do Mercosul, proposto pelo Comitê Coordenador Regional, que apresenta as áreas estratégicas identificadas para a cooperação e desenvolvimento de programas, sub-programas, linhas de trabalho e atividades que orientam os esforços nesse campo”*³⁷.

Em relação ao Plano Trienal, constante em anexo neste trabalho, foi prorrogado sua vigência até 31 de dezembro de 1997. A nível de conteúdo em si, ele atende aos princípios defendidos pelo Banco Mundial e aos interesses

³⁶ 1ª Reunião de Ministros da Educação (Brasília, 12-13/12/91). Boletim de Integração Latino-Americana / Edição Especial, MRE/SGIE/GETEC, março de 1993, p. 148.

³⁷ Ibid. p. 150.

do grande capital que nada mais é do que a concepção do neoliberalismo para a educação nos países chamados periféricos.

Mas, mesmo sendo um plano que não venha de encontro com os interesses da maioria da população diretamente envolvida com a questão educacional, não se pode negar que caso ele venha a ser implantado na sua totalidade, conseguir-se-à avançar no processo de integração no setor educacional.

O plano é composto de uma fundamentação histórica, marco institucional, pressupostos para a ação e só depois aparecem as áreas prioritárias para a cooperação e a integração, que são:

- *“Formação da consciência social favorável ao processo de integração;*
- *Formação de recursos humanos para contribuir para o desenvolvimento econômico; e*
- *Compatibilização e harmonização dos sistemas educativos”³⁸.*

Na sexta reunião de Ministros da Educação, realizada em Buenos Aires, no dia 04 de agosto de 1994, foi dado um grande passo, pois nesta reunião os ministros acordam:

- *“Aprovar o texto do protocolo de integração educacional e reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio não Técnico ou de denominações equivalentes, que expressa a vontade dos países signatários de facilitar a livre circulação das pessoas*

³⁸ Plano Trienal para o setor de Educação no contexto do MERCOSUL. Abril de 1992.

na Região, tal como está estabelecido no Tratado de Assunção, para o qual se deve garantir aos estudantes o fácil acesso aos sistemas educacionais e à continuidade de seus estudos”³⁹;

- *“Elaboração de uma metodologia para o reconhecimento de estudos, títulos e diplomas no âmbito da educação superior, acordada nos termos do relatório apresentado pela Comissão Técnica Regional”⁴⁰.*
- Definição do Programa Cruzeiro do Sul, com a cooperação francesa para a melhoria de qualidade da formação docente.

Na sétima reunião de Ministros da Educação realizada em Ouro Preto, no dia 09/12/1994, além de prorrogar a vigência do Plano Trienal, os Ministros, entre outras questões acordam:

- Reconhecer os avanços obtidos pelo Comitê Coordenador Regional no que se refere a:
 - * Educação Básica e Média não-técnica;
 - * Educação tecnológica;
 - * Educação superior.

Recomendar ao Comitê Coordenador Regional que questione a criação de grupo de trabalho em cada país para análise do tema da pós-graduação nos países do Mercosul.

³⁹ Sexta Reunião de Ministros da Educação, MRE/SGIE/GETEC - Boletim de Integração Latino-Americana nº 14, julho/setembro de 1994, p. 160.

⁴⁰ Ibid. p. 161.

A partir da nova reunião realizada aos vinte dias do mês de junho de 1996, os Ministros da Educação deram um grande avanço referente à implementação de Plano Trienal do Setor Educacional.

Tendo como base o seminário sobre “políticas e estratégias para o Setor Educacional do Mercosul”, com identificação das áreas prioritárias, foi decidido:

- Assinar o documento “Mercosul 2000 - Metas e Desafios do Setor Educacional”;
- Constituir e estimular a execução dos seguintes programas:
 - a) Renovação Educacional;
 - b) Avaliação Educacional;
 - c) Educação e Trabalho;
 - d) Cooperação Universitária;
 - e) Sistema de Informação;
 - f) Multidisciplinar de Temas Especiais.
- Apresentar, junto a organismos financiadores adequados, os projetos denominados “Sistema de Informação” e “Educação e Trabalho”.
- Solicitar ao Comitê Coordenador Regional a criação de uma Comissão Técnica de Educação Especial.
- Solicitar ao Comitê Coordenador Regional a elaboração de uma publicação periódica que divulgue os avanços e notícias do setor educacional do Mercosul.
- Aprovar o cronograma de atividades para o segundo semestre de 1996.

Com relação ao documento “Mercosul 2000”, ele está dividido em duas etapas: numa primeira etapa, apresenta o histórico do caminho percorrido pelo setor educacional até o momento. Na segunda etapa, corresponde a execução de políticas de impactos adequados às necessidades e expectativas diversificadas dos povos da região.

A primeira etapa é caracterizada como o momento em que o setor educacional do Mercosul dedicou-se a aprofundar o diálogo entre os países através da construção de um instrumento institucional básico, composto pela reunião de Ministros de Educação, geradora de políticas de estratégias, pelo Comitê Coordenador Regional, responsável pela sua execução e pelas Comissões Técnicas Regionais, provedoras de insumos teóricos e conceituais para sua implementação.

A segunda etapa corresponde à execução de políticas de impacto direto nos cenários desenhados pelas sociedades envolvidas, de tal maneira que promovam respostas adequadas às necessidades e expectativas diversificadas dos povos da região.

O documento ressalta que essas políticas precisam estar dirigidas para a melhoria da qualidade dos sistemas educacionais, o que constitui uma demanda inadiável na medida em que as novas características da sociedade global acentuam o papel central que cabe à educação em todo o processo de desenvolvimento.

A melhoria da qualidade deve valorizar a riqueza do patrimônio cultural que, por si só, constitui um valioso instrumento para o desenvolvimento do indivíduo.



Para produzir essa tarefa, torna-se conveniente uma ação integral que contemple tanto a atenção às questões do conjunto regional, quanto ao cuidado com os problemas específicos dos sistemas nacionais.

Essas políticas devem estar no consenso segundo o qual a melhoria da qualidade do sistema educacional depende do fortalecimento da escola enquanto unidade básica do processo de ensino-aprendizagem e de integração do conhecimento universal e da experiência cultural da população.

Nesse sentido, os temas agendados vinculam-se, fundamentalmente, à necessidade de avançar na descentralização e autonomia escolar, na transformação da organização e da gestão de instituições escolares, na formação continuada dos docentes, na renovação curricular, na incorporação de materiais e equipamentos renovadores, na articulação da educação ao mundo do trabalho e da produção, na instalação de uma cultura avaliativa dos sistemas educacionais e na cooperação interuniversitária referente à formação de recursos humanos e à pesquisa.

Com a finalidade de orientar a elaboração de projetos, foram constituídas as áreas substantivas, citadas anteriormente na ata da nona reunião, referente aos programas a serem estimulados e executados.

Devido à necessidade de sistematizar as atividades requeridas para o tratamento das questões próprias de cada uma das áreas e na tentativa de dar uma resposta integrada que considere a diversidade de propostas a serem realizadas em cada projeto, por causa da complexa gama de questões que conformam cada área, as tarefas foram ordenadas em grandes projetos limitários.

A fim de cumprir o objetivo de sistematização das ações, os projetos deverão ser elaborados com a flexibilidade suficiente para permitir a incorporação de novos temas, revisão de procedimentos de execução e novos dispositivos a serem agregados em seu enfoque principal, levando em conta a dinâmica do processo.

O programa "Educação e Trabalho" justifica-se pela necessidade de avançar na harmonização e compatibilização dos diferentes sistemas de certificação e reconhecimento de competências técnico e profissionais para garantir a livre mobilidade dos trabalhadores no âmbito do Mercosul, tendo como objetivo contribuir para a definição de competências básicas e de trabalho, comuns aos países membros nas diferentes áreas profissionais, e implementar projetos que fortaleçam os processos de formação técnico-profissional.

O programa "Renovação Educacional no Mercosul" legitima-se considerando-se que todos os países do Mercosul estão realizando processos de transformação educacional com a finalidade de obter melhores níveis de qualidade, com objetivo de incorporar à perspectiva regional a nova cultura das instituições e a formação dos agentes educacionais no quadro dos processos de transformação dos sistemas de educação, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem.

O programa "Sistema de Informação em Educação" é justificável uma vez que na área de educação a organização de sistemas de informação com estruturas comuns passa a ser um requisito indispensável para a tomada de decisão em nível setorial e para a definição e o acompanhamento das macropolíticas definidas pelos Ministros da Educação, tendo como objetivo a

consolidação e integração dos sistemas de informação em educação dos países membros do Mercosul.

O programa "Cooperação Interuniversitária em Educação", situa-se nos fundamentos que sustentam a ação dos Estados membros do Mercosul e visa aprofundar o peso da educação superior no processo da integração sub-regional e regional. Tem como objetivos favorecer os processos de integração regional e sub-regional, contribuir para o crescimento econômico e social de cada um dos países membros, incentivar o desenvolvimento de recursos humanos altamente competitivos, favorecer a atividade universitária na região, impulsionar a geração de novos conhecimentos e consolidar os valores democráticos, incrementando a qualidade de vida na sociedade.

O documento "Mercosul 2000 - Desafios e Metas para o Setor Educacional" é, sem sombra de dúvida, um grande passo que os Ministros da Educação dos países envolvidos deram no sentido não só de reconhecer a importância do setor para a consolidação do bloco, como também reconheceram a necessidade de ampliarem a participação das instituições envolvidas com o setor educacional.

Existe um extraordinário processo de transformação social que provoca no conjunto da sociedade uma sensação de incerteza e uma busca de recomposição de sentido comprometendo os diferentes fatores sociais e exigindo dos governantes a elaboração de políticas públicas pertinentes.

A proposta do documento leva em consideração as necessidades decorrentes dos processos de democratização e de inclusão crescente da população nos novos contextos sociais, políticos e culturais. Nesse sentido,

pretende favorecer a construção de uma América Latina em que a diversidade cultural, física e geográfica se constitua como base para um processo permanente de diálogo e trocas recíprocas, favorecendo a todos, sem eliminar as particularidades de cada país.

Os Ministros de Estado da Educação do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, quando da assinatura do Plano Trienal tiveram a preocupação de inserir em seu programa a implementação do ensino dos idiomas oficiais do Mercosul.

O Programa I do Plano, referente à Formação de Consciência Social favorável ao processo de integração, em seu subprograma 1.2: Apropriação de Idiomas Oficiais do Mercosul, tem como objetivo a implementação do ensino do Português e do Espanhol nas instituições dos diferentes níveis e modalidades do sistema educacional, para melhorar a comunicação entre os países que compõem o Mercosul. Prevê a introdução, nos currículos dos diferentes níveis educacionais dos quatro países, do Espanhol e do Português, assim como o desenvolvimento de programas de formação docente para apoiar tal iniciativa.

Na Argentina, em setembro de 1992, sancionou em seu Congresso um Projeto de Lei que incorporava o português nos "professorados de idiomas" e nos planos de estudo de nível médio em todas as suas modalidades. O projeto previa que o Executivo promoveria nas Universidades Nacionais a criação de "Professorado de Idioma Português". Tal projeto foi arquivado em março de 1994.

Tendo em conta que os Ministros da Educação reafirmaram a vontade política de honrar este compromisso assumido pelos quatro países

2.4 - O Ensino do Espanhol no Brasil e do Português na Argentina

Os Ministros de Estado da Educação do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, quando da assinatura do Plano Trienal tiveram a preocupação de inserir em seu programa a implementação do ensino dos idiomas oficiais do Mercosul.

O Programa I do Plano, referente à Formação de Consciência Social favorável ao processo de integração, em seu subprograma 1.2; Aprendizagem de Idiomas Oficiais do Mercosul, tem como objetivo a implementação do ensino do Português e do Espanhol nas instituições dos diferentes níveis e modalidades do sistema educacional, para melhorar a comunicação entre os países que compõem o Mercosul. Prevê a introdução, nos currículos dos diferentes níveis educacionais dos quatro países, do Espanhol e do Português, assim como o desenvolvimento de programas de formação docente para apoiar tal iniciativa.

Na Argentina, em setembro de 1992, transitou em seu Congresso um Projeto de Lei que incorporava o português nos “*professorados de idiomas*” e nos planos de estudo de nível médio em todas as suas modalidades. O projeto previa que o Executivo promoveria nas Universidades Nacionais a criação de “*Professorado de Idioma Português*”. Tal projeto foi arquivado em março de 1994.

Tendo em conta que os Ministros da Educação reafirmaram a vontade política de honrar este compromisso assumido pelos quatro países

signatários do Tratado de Assunção de 1991, o Poder Executivo está apresentando novo projeto de Lei relativo ao ensino do português naquele país.

Ao mesmo tempo foi reafirmado, por aquele país, o compromisso com a formação de professores de português por meio da implantação, em 1993, do *“Plano de Formação a Distância para Professores de Português”*, com duração de três anos, e que, em 1994 contou com cerca de 1900 inscritos. Foi ainda proposta pelos Delegados de Educação daquele país, em reunião realizada no mês de abril de 1995, em Assunção, que se facilitasse a mobilidade de professores de português e espanhol nos quatro países, para suprir as atuais carências locais de professores, o que viabilizaria a implantação do ensino dos idiomas oficiais nos currículos.

O Governador de Buenos Aires, em coletiva à imprensa na casa do Governo daquela capital, afirmou que o português será obrigatório em toda a província para atender os compromissos assumidos por aquele país no Mercosul. O Projeto está contido no Pacto Educativo Federal sem prazo fixo no momento, para a sua implantação.

Durante reunião presidencial e ministerial entre Brasil e Argentina realizada em Foz do Iguaçu, nos dias 17 e 18 de fevereiro de 1995, os Ministros Paulo Renato Souza (Brasil) e Jorge Alberto Rodriguez (Argentina), decidiram *“reafirmar o compromisso de apoiar a formação de Professores de Português e de Espanhol e acompanhar a tramitação legislativa relativa à obrigatoriedade de ensino das duas línguas em cada país”*.

Em 1994 foi feito um levantamento nas universidades brasileiras sobre o ensino de espanhol e se constatou que existem quatorze universidades federais com curso de graduação em espanhol: U.F. do Acre, U.F. da Bahia, UF.

de Brasília, U.F. do Ceará, U.F. de Goiás, U.F. do Maranhão, U.F. do Mato Grosso do Sul, U.F. de Minas Gerais, U.F. do Paraná, U.F. de Pernambuco, U.F. do Rio de Janeiro, U.F. Fluminense (R.J.), U.F. do Rio Grande do Sul e U.F. de Santa Maria (RS)

Seis universidades estaduais com graduação em espanhol: U.E. do Ceará, U.E. do Rio de Janeiro, UNIVALI (SC), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Preto e de Assis (SP).

Dezoito universidades federais com espanhol instrumental: U.F. de Alagoas, U.F. do Amazonas, U.F. da Bahia, U.F. de Brasília, U.F. do Espírito Santo, U.F. de Goiás, U.F. do Maranhão, U.F. de Mato Grosso do Sul, U.F. do Pará, U.F. do Paraíba, U.F. do Paraná, U.F. de Pernambuco, U.F. do Rio de Janeiro, U.F. Fluminense (RJ), U.F. do Rio Grande do Sul, U.F. de Santa Maria (RS) U.F. de Santa Catarina e U.F. de Sergipe.

Sete universidades estaduais com espanhol instrumental: U.E. de Santana (BA), U.E. de Ponta Grossa (PR), U.E. do Maranhão, U.E. do Rio de Janeiro, UNIVALI - Universidade Privada de Santa Catarina (SC), UNIVAP (SP) - Universidade Privada do Vale do Paraíba (SP), UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas (SP).

Quatro universidades privadas com curso de graduação em espanhol: CEUB (DF), PUC (RJ), PUC Uruguaiana (RJ), Faculdade Ibero-americana (SP).

Apenas sete das 24 universidades federais, não oferecem o espanhol como opção de língua estrangeira no vestibular.



Em 1994 foi constatado que existe em vários Estados da Federação, escolas e centros educacionais de primeiro e segundo grau ensinando espanhol: Acre: 16, Amazonas: 1, Ceará: 16, Distrito Federal: 19, Espírito Santo: 15, Goiás: 8, Maranhão: 19, Mato Grosso do Sul: 6, Minas Gerais: 19, Pará: 16, Paraíba: 1, Paraná: 51, Pernambuco: 5, Rio de Janeiro: 115, Rio Grande do Sul: 163, Santa Catarina: 108, São Paulo: 66, Sergipe: 1.

Através de um Decreto, datado de junho de 1995, o Congresso Nacional dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º grau. No decreto, o ensino da língua espanhola será implantado gradativamente nos currículos plenos de ensino de segundo grau, processo que deverá estar concluído dentro de 5 (cinco) anos.

Consta ainda do decreto que os Conselhos Estaduais de Educação e o Distrito Federal emitirão as normas necessárias à execução da presente lei. A União, no âmbito da política nacional de educação, estimulará e apoiará os sistemas de ensino na execução da lei.

Como se pode perceber, fazendo uma incursão mais detalhada aos Boletins de Integração Latino-Americana no que se refere ao setor educacional e no que cabe aos Estados partes do Mercosul, já houve um grande avanço, desde a assinatura do Tratado de Assunção, até a última reunião de Ministros de Educação em junho de 1996. Provavelmente está a grande falha justamente na falta de comunicação entre o institucional/oficial e a sociedade civil (população/organizada) diretamente interessada no sentido desta última saber o que está sendo feito a nível oficial pelos Estados partes e poder avançar nos debates e encaminhamentos que venham contribuir com o processo de integração

no setor da educação como um todo. O que se percebe até agora é um grupo de intelectuais, professores, pais, alunos e instituições não oficiais tentando com muita dificuldade encaminhar a discussão, sem contar com o devido respaldo dos órgãos oficiais.

Os governos dos países de Mercosul, através do documento Mercosul 2000, procuram sanar esta falha com um programa específico denominado "Sistema de Informação em Educação". O programa vem de encontro aos apelos de toda comunidade interessada em pesquisar e na obtenção de informações a respeito do tema, além de atender os próprios governantes, tendo em vista que o sistema de informação é um requisito indispensável para a tomada de decisão em nível setorial e para a definição e o acompanhamento das macropolíticas definidas pelos Ministros da Educação.

O programa pretende conectar, via Internet, os órgãos oficiais responsáveis pela educação nos quatro países, provendo a infra-estrutura do necessário à comunicação. Estruturar, implantar e consolidar um sistema integrado de informações educacionais dos quatro países faz parte também deste programa, assim como estruturar e implantar em sistema de informações educacionais para a tomada de decisão no âmbito do Mercosul.

Com a viabilidade prática desse programa, com certeza os governantes dos países do Mercosul terão dado uma grande contribuição para a melhoria das condições e das qualidades das pesquisas científicas no setor educacional além de terem contribuído em muito para a chamada popularização, massificação e discussão a respeito da temática Mercosul.

CAPÍTULO III

3 - O BRASIL E O MERCOSUL NO ÂMBITO DO SETOR EDUCACIONAL

A educação deverá ser um dos eixos fundamentais da transformação da economia e do perfil produtivo da região do Cone Sul mediante as atuais circunstâncias e desafios, para que a direção histórica do Mercosul não seja o resultado da lógica fria do desenvolvimento industrial capitalista representado pelas transnacionais. O objetivo da educação no Mercosul deverá ser integrar o homem objetivando ser ele um produtor e um consumidor de bens de sobrevivência e de cultura.

A educação e a cultura têm representado historicamente apenas um apêndice nos mercados nacionais e estrangeiros. No caso do Mercosul, diferente das outras tentativas de integração latino-americana, a educação já entrou na pauta de discussão. Essa discussão se dá tanto a nível oficial, isto é, entre os governos dos países partes, através do Plano Trienal, como pelos envolvidos com a problemática da educação.

No Brasil, os setores envolvidos com a temática educacional avançaram na discussão tanto qualitativa como quantitativamente, desde o

Tratado de Assunção até os dias atuais em relação ao Ministério da Educação que oficialmente tem a responsabilidade pela coordenação e implementação das propostas do Plano Trienal a nível de Brasil.

Entre os programas contidos no plano, o mais avançado a nível de implementação por parte do governo brasileiro é o que diz respeito ao ensino do espanhol no Brasil.

Uma das primeiras medidas do MEC foi propor a formação de professores de espanhol nas zonas de fronteira.

Uma outra medida concreta a ser tomada deve ser o reconhecimento da habilitação dos professores de espanhol que lecionavam precariamente no Brasil. Essas pessoas não têm diploma, mas como são de língua espanhola materna têm um grande conhecimento dessa língua e vivem no Brasil há muitos anos. Cursos especiais e rápidos poderiam ser reconhecidos, pelos Conselhos Estaduais de Educação para habilitar esses professores.

A questão principal em relação à educação no Mercosul a nível de Brasil não é o espanhol e/ou português. Questões de cunho muito mais ideológico e cultural são deixadas praticamente de lado. A implementação e a obrigatoriedade do espanhol e do português nos países que compõem o Mercosul não deixa de ter sua relevância, mesmo em função da praticidade da viabilização da proposta não exigindo discussões mais profundas, além do interesse político do Governo Brasileiro no caso de implementação desse programa.

Há, por outro lado, um longo caminho a percorrer e vários pontos precisam ser aprofundados, tanto pelas autoridades brasileiras como por todos aqueles envolvidos com a questão educacional.

Eis aqui alguns desses pontos:

1. as implicações educacionais e culturais do processo de integração;
2. a criação de uma política de intercâmbio discente e docente;
3. A compatibilização completa dos currículos, e
4. a produção de material didático imbuído do espírito de integração que aprofunde o conhecimento de nossas culturas e história comum.

Concretamente, o processo de integração no setor educacional já pode começar a ser efetivado com a eliminação das barreiras burocráticas que dificultam a circulação e intercâmbio de alunos e professores entre nossos povos.

Por outro lado, faz-se necessário o aprofundamento da teoria das culturas. Como nos coloca Gadotti, essa não é uma questão fácil de resolver. Ela implica uma clara postura ideológica. Os currículos nacionais não são neutros. Estão ligados a uma certa concepção de cultura e, na maioria dos casos, eles se constituem em mecanismos de controle do conhecimento por uma cultura comum mercantilizada que propaga o conhecimento oficial, egocêntrico, e, por vezes, racista e machista.

“A cultura escolar é formada por aqueles valores que dão conteúdo no projeto político pedagógico das escolas e pode ser baseada em teorias opostas: uma que sustenta que a

*cultura escolar assuma simplesmente a forma social - Teoria do Consenso - ou outra - Teoria do Conflito - que sustenta que a cultura escolar entra em conflito com a estrutura social. Dependendo de qual foi a teoria que orienta a organização do trabalho escolar e o currículo, a escola poderá ter um ou outro projeto*⁴¹.

A cultura escolar pode tanto representar um avanço quanto um atraso. Ela representará um atraso toda vez que se considerar exclusiva, negando a existência de tudo o que não é pensado na escola. Por isso é preferível que a escola possa viver no conflito de culturas.

Daí a importância estratégica da formação multi-cultural do professor. A escola pode, através do currículo oficial, impor uma certa cultura, quebrando a maneira de ser e de viver dos seus alunos sem nada lhes oferecer.

Neste sentido, o professor Moacir Gadotti faz um questionamento *"...como estão respondendo às diferenças sócio-culturais a educação como instância formadora dos sujeitos sociais e a escola como agência da formação da cidadania?"*.

O Brasil tem uma origem multirracial (negros, brancos, índios, amarelos, etc), mas a educação ainda não incorporou em seus currículos o tratamento adequado da diferenciação social e étnico-cultural. No que se refere à diversidade cultural, especialmente em relação a especificidade da cultura indígena e negra, as escolas brasileiras mais do que educar, precisam ser educadas para abrir mão de seu etnocentrismo cultural.

⁴¹ MOACIR Gadotti. III Encontro Internacional. A educação e o Mercosul: Desafio político e pedagógico. Porto Alegre. 04 a 06 de agosto de 1994. p.7



Mesmo falando uma única língua, existem no Brasil várias identidades étnico-culturais. Pois, embora nossas matrizes culturais provenham de um tronco comum-idígena, africana e européia, essas matrizes tem identidade própria.

A escola precisa aprender a valorizar todas as expressões culturais, sobretudo a de seus alunos e pais. Só assim poderá superar as distorções cognitivas. É preciso, por exemplo, entender a identidade da criança negra e da criança pobre como identidade em construção, inclusive para evitar o fracasso escolar.

Apesar de muitos livros infanto-juvenis, publicados nos últimos anos, conterem personagens negros e índios, ainda assim eles são estereotipados. Acresce a isso o nosso despreparo para abordar questões que tratam da discriminação, do preconceito e das diferenças culturais.

Os altos índices de evasão e repetência verificados em países como o Brasil não podem ser atribuídos apenas ao aluno ou ao professor, mas também a uma concepção monocultural dos nossos currículos. Por isso a evasão e a repetência são também um problema escolar. Aquelas escolas que conseguiram equacionar corretamente a relação entre identidade cultural e itinerário educativo dos alunos provenientes das camadas populares obtiveram melhores resultados do que aquelas que se preocupam apenas com o currículo monocultural oficial, que, a nosso ver, representa um sério obstáculo à expansão das oportunidades educacionais.

Os resultados obtidos com currículos multiculturais tanto em escolas públicas quanto em escolas privadas ou comunitárias - baseado no pluralismo de idéias e na cultura "popular", como a chama Paulo Freire ou "primeira" como a chama Snyders, nos leva a crer na eficácia dessa estratégia. Equacionar adequadamente ou não a relação entre identidade cultural e itinerário educativo para as camadas populares pode representar a grande diferença na extensão ou não da educação para todos.

Este debate já se fez presente nos diversos encontros e Congressos Organizados pelos trabalhadores em educação dos países integrantes do Mercosul que estão preocupados em interferir junto aos seus governos com propostas concretas e viáveis na tentativa de coletivamente elaborarem políticas educacionais que contemplem a questão cultural dos diversos povos envolvidos na integração do Cone Sul.

Segundo Gadotti, para que haja uma integração latino-americana, que coloque o homem como sujeito histórico, temos que não só fazer uma opção clara pela "Teoria do Conflito", como é preciso transformar os currículos monoculturais em multiculturais. Trata-se, portanto, de não apenas reproduzir um conhecimento elaborado, mas de transformar profundamente os conteúdos, como sustenta Snyders, dando abertura aos novos conteúdos culturais representados pelas múltiplas culturas de nossos povos.

Os educadores comprometidos com uma integração entre os países do Mercosul e que levam em consideração o homem enquanto sujeito histórico desse processo, vem se organizando através de congressos, encontros, reuniões, para aprofundar a discussão. Nesse sentido, o Brasil está sendo a vanguarda desse movimento. Tendo como principal articuladora a Associação



dos Supervisores do Rio Grande do Sul, vários eventos de âmbito internacional foram organizados envolvendo desde pais, alunos, professores e pesquisadores das universidades, no intuito de com muita serenidade, discutir, aprofundar e propor encaminhamentos que possam contribuir para a integração no setor educacional entre os países do Mercosul.

Além desses encontros, outros são organizados por todo Brasil com os mesmos objetivos, ou seja, ampliar o debate integracionista para que a questão educacional não fique relegada a segundo plano pelos governantes dos Estados partes.

Entre esses grupos encontram-se os pesquisadores das universidades não só brasileiras, mas dos outros países que já fizeram vários seminários para abordar esta temática.

A nível de política oficial, os Governantes de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, que fazem parte do CODESUL (Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul), juntamente com as províncias de Corrientes, Chaco, Entre Rios, Formosa, Misiones e Santa Fé, região nordeste e litoral argentino - CRECENEA/LITORAL, há algum tempo propõem políticas conjuntas para o desenvolvimento do Mercosul.

Uma das iniciativas mais significantes dos dois grupos, refere-se à criação de um Grupo de Integração Temática de Educação que já vêm há algum tempo propondo ações conjuntas na área de educação.

Um dos resultados desse trabalho, foi o acordo educacional assinado entre os governantes do CODESUL (Brasil) e CRECENEA/LITORAL (Argentina).

Neste acordo, os governantes aprovaram as propostas do grupo temático no que diz respeito a:

- Intensificar o intercâmbio de professores para o ensino de português e espanhol;
- Formar Comissões Temáticas de Educação;
- Criar um Banco de Dados;
- Firmar convênios entre Secretarias de Educação das Províncias;
- Propor um calendário escolar do Mercosul;
- Oficializar as Comissões Técnicas e de Coordenação para a sistematização e continuidade dos trabalhos;
- Formar equipes técnicas de estudos comparados permanentes para a integração dos sistemas educativos;
- Dar continuidade ao trabalho proposto pelo Grupo de Integração Temática de Educação;

Decidiram também apoiar as ações referentes a concretização da Universidade das Américas e a formulação de estratégias necessárias para articular suas atividades acadêmicas com as Universidades e Institutos Superiores, em consonância com os Planos de Desenvolvimento dos membros do CODESUL/CRENEA-LITORAL.

A idéia de criação da Universidade Internacional do Mercosul, não é recente e nem consensual no grupo CODESUL-CRENEA/LITORAL. Um grupo entende que os recursos que serão gastos na criação e manutenção da universidade poderiam ser canalizados para a implementação das propostas educacionais do Mercosul no 1º e 2º graus, e fortalecer os cursos superiores nas universidades públicas, direcionando-os para a temática da integração.

O outro grupo entende que é de fundamental importância a criação da universidade, com características e objetivos específicos voltados para a questão educacional no Mercosul.

Nesse embate, saiu fortalecido a segunda opção e o processo de elaboração da mesma já se encontra bastante avançado.

Os objetivos principais da universidade são:

- Fomentar a criação e a disseminação democrática do conhecimento, do saber e da informação no âmbito dos países integrantes do Mercosul;
- Elaborar e propor políticas de desenvolvimento integrado dos países membros do Mercosul, de forma a estabelecer crescimento contínuo do potencial de recursos humanos;
- Desenvolver estratégias que atribuam aos países integrantes do Mercosul o suporte de competitividade adequada à ordem econômica vigente;
- Atuar no sentido da promoção do desenvolvimento sustentável dos países membros, tendo como referência a ordem econômica vigente;

A Universidade Internacional do Mercosul fisicamente terá uma sede, onde funcionará a Reitoria.

A operacionalização ocorrerá de forma virtual, através de acordo internacional, utilizando-se da capacidade instalada a todas as instituições de ensino superior dos países membros para articular a mobilização acadêmica de professores e aulas, especialmente nos centros de excelência das instituições superiores.

Poderão integrar a Universidade Internacional do Mercosul as instituições de ensino superior consideradas pólo de excelência em alguma área do saber.

A reitoria será localizada em ponto estratégico de acesso pelos países membros, podendo instalar escritórios interiorizados, de forma a ampliar seu alcance.

Uma análise minuciosa de todas as informações sobre a Universidade Internacional do Mercosul, deve merecer, com certeza, uma outra dissertação.

A pretensão é reforçar a idéia de que os poderes públicos brasileiros já se mostram mais preocupados com a questão educacional e estão procurando iniciativas que possam contribuir com as ações desenvolvimentistas da região.

Decisões importantes estão sendo tomadas no setor educacional. Muito embora sejam decisões de gabinete, propostas por grupos de técnicos

burocráticos, que na maioria das vezes não tem nenhuma representatividade no meio da categoria dos profissionais da educação.

Há um grande distanciamento entre as propostas educacionais encampadas pelo CODESUL e a maioria da população diretamente envolvida com a educação. Apenas para citar um exemplo, a título de ilustração, a maioria absoluta dos professores da rede estadual de ensino do Estado de Mato Grosso do Sul só ouviu falar de Mercosul pela televisão.

Faz-se necessário a ampliação com urgência da discussão a respeito do Mercosul envolvendo a participação dos professores, sindicatos da categoria e outras entidades representativas da sociedade civil organizada, para que as decisões dos dirigentes sejam aprofundadas e, se necessário, redirecionadas para atender a grande maioria da população dos países integrados do Mercosul.

Independente do caráter ideológico e dos interesses que permeiam e estão nas entrelinhas das propostas educacionais para o desenvolvimento dos Estados que fazem parte do CODESUL e, por extensão do Mercosul e da falta de informação e formação a respeito do Mercosul, decisões importantes foram tomadas pelo poder público brasileiro, tanto no âmbito estadual como no federal, para que a educação cumpra o seu papel na história da integração latino-americana. As propostas de grupo temático de educação do CODESUL, juntamente como a da criação da Universidade Internacional do Mercosul são algumas das decisões que merecem ser destacadas.

Da perspectiva da cooperação e integração dos sistemas universitários pode-se dizer que no *“plano propriamente acadêmico, o da*



*produção de conhecimento e formação para a pesquisa, a integração de instituições universitárias é, com todas as dificuldades, muito mais fácil do que no plano de formação profissionais*⁴².

No primeiro caso valem-se as instituições universitárias do seu espaço próprio de autonomia face à sociedade para encontrar as possibilidades de contornar as diferenças.

Quando se trata de integrar as universidades no tocante à formação de profissionais para a sociedade, reduz-se o espaço de decisão das próprias instituições.

Estruturas curriculares, mecanismos de avaliação, etc, em muitos casos são regulados com a interveniência decisiva de parceiros de fora da instituição universitária.

A história das instituições universitárias na região é muito desigual e sempre foi marcada por uma sucessão de crise. Mesmo a larga tradição do ensino universitário em alguns países da região e o esforço recente de qualificação em outros não tem sido suficiente para consolidar um sistema abrangente competente e sólido.

Isso condiciona de modo muito especial a cooperação entre as instituições universitárias da região. Certamente há centros de excelência acadêmica e sempre houve uma cooperação expressiva.

⁴² CLARISSA Eckerta Baeta Neves. Limites e possibilidades da integração entre Universidades. In: Universidade no Mercosul, organizadora: Marília, C. MOROSINI. p. 286.

A fragilidade dos sistemas tem imposto, e essas experiências são bem sucedidas, uma rota preferencial de cooperação que aponta na direção dos países desenvolvidos, dos quais se espera apoio à própria consolidação dos sistemas nacionais. A tradição e a existência de mais recursos disponíveis favorecem essa opção, tornando a cooperação regional esforço secundário quando não, marginal.

Segundo Neves, algumas iniciativas recentes bilaterais almejam romper este quadro: a criação do Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia e a Escola Argentino-Brasileira de Informática. Descontinuidades na manutenção desses programas têm comprometido os objetivos.

Mantido o atual quadro é possível afirmar que a cooperação institucional na região deve ficar restrita, basicamente a exploração de oportunidades educacionais por estudantes de países menos desenvolvidos nos sistemas de ensino superior mais diferenciados e modernos na região.

É o caso, por exemplo, de procura de vagas no sistema educacional brasileiro por estudantes paraguaios e mais recentemente por estudantes dos demais países do Mercosul. A procura é muito maior pelos cursos de pós-graduação existentes no Brasil, uma vez que este nível de ensino ainda está muito incipiente entre os demais países que compõem o Mercosul.

Isto não significaria, no entanto, o aprofundamento das opções de cooperação acadêmica entre estes países. Por outro lado, é importante reconhecer que a simples ampliação dos recursos de fomento à cooperação na região dá garantia de uma cooperação realmente proveitosa.



Para que isto aconteça, faz-se mister um apoio coordenado e duradouro dos centros de excelência da região e à manutenção de linhas prioritárias de estímulo à integração dos esforços de pesquisa. É preciso, em suma, que se crie interesse mútuo entre os parceiros na região e se propicie o trabalho continuado.

Um outro ponto central discutido pela pesquisadora Neves, diz respeito à qualificação de recursos humanos.

O Mercosul, à medida em que for cumprindo suas metas no plano econômico, financeiro e político, estará assentando as condições para o surgimento, na região, de um mercado comum de trabalho. Isto implicará a eliminação de barreiras nacionais ao exercício profissional para cidadãos dos Estados da região e deverá supor o reconhecimento ou a equivalência dos processos de qualificação e formação de recursos humanos.

Abre-se aqui um enorme desafio ao sistema de educação superior e, ao mesmo tempo, dificuldades não triviais. Conforme escrito anteriormente, nesse campo as Universidades se vêem, de certo modo, constrangidas, por outras entidades e instituições sociais. Isto é ainda mais forte quando, em vários países da região, a formação universitária é condução e momento central do sistema de privilégio e prerrogativas dos profissionais no mercado de trabalho.

“Quando mais profundo este imbricamento, menos autonomia possuía a instituição universitária para dispor sobre a estrutura dos cursos e carreiras.

A perspectiva de um mercado comum de trabalho relaciona-se, desta maneira, com equacionamento das diferenças entre

sistemas de privilégios profissionais. Em ampla medida isto independe do sistema de educação superior”⁴³

De qualquer modo, mesmo sem a implantação de um mercado comum de trabalho que assegure o livre exercício profissional na região, é evidente a contribuição das instituições universitárias para o estabelecimento de padrões e condições minimamente homogêneas no esforço de qualificação de recursos humanos na região.

Ao alcance das instituições universitárias, nesse sentido, estão a socialização de experiência, a crítica de métodos e práticas, o desenvolvimento comum de propostas curriculares mais adequadas e eficazes e de critérios e instrumentos de avaliação.

Não é pequeno, e muito menos simples, o esforço necessário nesse campo. Os pesquisadores das instituições universitárias estão atentos e esperam que as autoridades contemplem como prioritária a implantação de programas de intercâmbio de alunos e professores, a realização de seminários e estudos aprofundados sobre estes temas.

“Não se trata, de modo algum, de se perseguir a idéia de unificação das estruturas curriculares e procedimentos de formação. Isto não é necessário. Fundamental é, desde logo, estabelecer-se o debate entre as instituições universitárias e órgãos de representação profissional, colegiados regulares e normatizadores com vistas a um enriquecimento das experiências. A partir daí é possível esperar

⁴³ Ibid p. 288



*também um aprimoramento das políticas e decisões para o setor*⁴⁴.

Cabe ressaltar agora, a centralidade da questão da cooperação interuniversitária na região como alavanca do próprio processo de formação do Mercosul. A importância dessa cooperação, seja com vista à aceleração do desenvolvimento científico e modernidade tecnológica, seja no tocante ao estímulo da qualificação profissional, compatível com os propósitos objetivados do mercado regional, precisa estar traduzida em políticas firmes e decididas.

Seria desastroso imaginar-se que os destinos da economia e do desenvolvimento social pudessem prescindir do fortalecimento dos sistemas universitários da região ou que seriam capazes de, espontaneamente, dar respostas requeridas por aquele processo.

As universidades brasileiras, através dos seus pesquisadores, têm aprofundado esta discussão e, na medida do possível, mantido convênios de cooperação com outras instituições universitárias dos países do Mercosul com objetivo de influir decisivamente nesse processo, conscientes do seu papel junto à comunidade para garantir a socialização das melhorias alcançadas na implantação do Mercosul.

Seguindo as diretrizes políticas estabelecidas pelo Ministério de Estado de Educação, a CAPES, em articulação com os países membros do Mercosul, vem participando da implantação do Programa de Capacitação de Recursos Humanos para contribuir no desenvolvimento.

⁴⁴ Ibid p. 289



Em 1993, a CAPES desencadeou uma pesquisa junto às universidades brasileiras objetivando identificar as modalidades de intercâmbio em andamento e os instrumentos em vigor, tendo sido detectado que a cooperação com países do Mercosul vinha se desenvolvendo de maneira informal e pouco sistemática, totalmente carente de um mecanismo regular de apoio.

Atentos à necessidade de integração latino-americana frente ao cenário mundial e do papel estratégico e determinante que a pós-graduação tem neste contexto, o lado brasileiro se propôs a implementar o apoio à formação de recursos humanos de alto nível, vinculado a projetos de pesquisa conjunta.

Essa política de cooperação e intercâmbio é, sem sombra de dúvida, o mecanismo de integração ideal para os parceiros do Mercosul que buscam superar suas diferenças e resgatar as suas igualdades.

Em maio de 1995, o professor Carlos Eugênio Daudt, encarregado dos assuntos relacionados com o Mercosul junto à CAPES, fez um levantamento entre as universidades brasileiras públicas e privadas intentando, entre outras questões, saber se existe algum convênio assinado entre as referidas universidades e alguma instituição dos países membros do Mercosul, a natureza do convênio, qual país, quando foi assinado, qual área de atuação e qual a expectativa da instituição em relação ao Mercosul.

Mais de vinte e cinco instituições responderam afirmativamente ao levantamento da CAPES, número que considerado bastante expressivo, tendo em vista as dificuldades das instituições na elaboração e desenvolvimento dos projetos que visam a discutir a temática da integração, e também o quadro existente no ano de 1995.

Com o objetivo de demonstrar a diversidade e abrangência dos projetos e, por outro lado, a preocupação e o envolvimento dos pesquisadores brasileiros com a temática do Mercosul, segue a relação das universidades com o nome dos principais projetos em andamento.

UNIVERSIDADE DE REGIÃO DE CAMPANHA-BAGÉ-RS

- Convênio de cooperação entre a URCAM e a Comissão Organizadora da Copa-América/95.
- Convênio com a finalidade de intercâmbio de prestação de serviços profissionais e publicações especializados, nacionais ou estrangeiras, e realização de projetos ou quaisquer outras atividades acadêmicas ou profissionais relacionadas com o objetivo do convênio.
- Convênio com a finalidade de elaboração de uma rede de informática.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

- Convênio com três instituições de ensino pertencentes a países do Mercosul.
- Universidade Nacional de Lomas de Zamora (Argentina)
- Universidade da República Oriental do Uruguai.
- Universidade Nacional de Mar Del Plata (Argentina)

Todos os convênios acima referidos são gerais, visando ao intercâmbio universitário e o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL - RS

- Convênio com a Universidade Juan Agustin Masa da Cidade de Mendoza. Através dele, três alunos da Faculdade Tecnológica de Enologia estavam cursando Especialização em Biotecnologia na Universidade de Caxias do Sul, obtendo qualificação máxima com publicações no Japão.
- Convênio com a Universidade Nacional de Córdoba, assinado em novembro de 1994. Prevê a possibilidade de desenvolvimento conjunto de cursos de Mestrado e Doutorado nas áreas de Ciências Econômicas e Administrativas, bem como o intercâmbio de alunos nessa área.
- Convênio coletivo com a Universidade de Buenos Aires e Universidades do Mercosul. Está em vigor desde dezembro de 1994 e tem duração de cinco anos.
É um convênio geral de intercâmbio que prevê a complementação mútua do desenvolvimento institucional, incrementando a capacitação docente, de pesquisa, tecnológica e cultural das instituições concentradas em campos determinados.
- Convênio com o Instituto de Capacitação em Turismo. Prevê o intercâmbio de conhecimentos, experiências informações tecno-científicas; o desenvolvimento de programas de interesse comum; o intercâmbio de docentes e alunos.

- Mantém 11 convênios com várias universidades dos países que compõem o Mercosul, além de convênios com a Secretaria do ALADI e o Governo do Uruguai.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

- Essa universidade firmou um total de 19 convênios com universidades ou entidades da Argentina, Paraguai e Uruguai, além de existirem inúmeros convênios com instituições brasileiras, ligadas à temática do Mercosul.

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

- Mantém convênios com a pontifícia Universidade Católica Argentina (PUCA). Rosário-Argentina.
- Universidade Austral-Rosário-Argentina.
- Universidade Católica Nuestra Señora de la Assuncion-Paraguay.
- Universidade Champagnot -UALEPI - Mendoza -Argentina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

- Mantém convênio com a Universidade de La República Oriental Del-Uruguai na área de Geologia com ênfase em hidrogeologia.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

- Existem dois convênios com Instituições da Argentina. O primeiro convênio é com o Centro Nacional de Educação Terciária de General San Martin. Trata-se de um convênio de Integração Cultural.
- O segundo convênio é com a Universidade Tecnológica Nacional. Trata-se de um convênio de cooperação ampla visando o estabelecimento de programas de intercâmbio nas áreas técnica, científica e cultural.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

- Mantém quatro convênios com universidades de países pertencentes ao Mercosul.
 - Universidade de La Republica Montevideo-Uruguay para intercâmbio técnico.
 - Universidade Católica Nuestra Senhora de La Assuncion-Paraguay para intercâmbio Cultural.
 - Universidade de la Plata-Argentina para intercâmbio cultural.
 - Universidade Nacional de Assuncion - Paraguay para intercâmbio científico, didático e cultural.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

- Mantém 18 convênios de cooperação técnica científica em diversas áreas do conhecimento com todos os países do Mercosul, sendo que a maioria delas são com universidades

argentinas. A título de exemplificação, existem convênios para o ensino de português e espanhol nas áreas de Filosofia, Direito, Engenharia, Administração, Cooperativismo, Letras, Arquitetura, Agronomia, etc.

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU -SC

- Existem dois convênios assinados: o primeiro com a Universidade Católica de Salta-Argentina, de caráter geral e o segundo com a Universidade Católica de Salta e a Fundação ano 2020 voltado para a implementação conjunta de programas de pós-graduação em Comércio Exterior e Negócios Internacionais.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ -SC

- Essa universidade mantém mais de dez convênios assinados com universidades dos países do Mercosul, inclusive o Chile, em várias áreas de conhecimento.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-USP

Mantém convênios com a Universidade Nacional de Buenos Aires, Universidade Nacional de Santiago del Estero; planta piloto de proc. Ind. PROIMI. - este convênio procura estabelecer e regulamentar um programa de cooperação técnica e científica entre PROIMI E A ESALQ.

- Com a Universidade Nacional de Córdoba procura propiciar atividades docentes de investigação entre as partes através de ação conjunta, possibilitar a inscrição de graduandos e docentes de uma das instituições na outra.
- Com a Universidade de Buenos Aires, além de propiciar atividades docentes e de pesquisa entre ambas as partes, facilita a inscrição de estudantes e de docentes de uma das instituições nos cursos de extensão, pós-graduação e doutoramento da outra.
- Universidade Nacional do Rosário.
- Universidade Nacional do Rio Cuarto: intercâmbio de informações bibliográficas e desenvolvimento de atividades em nível de pós-graduação.
- Universidade Nacional do Sul: intercâmbio de professores e pesquisadores, encontro de estudo, seminários, cursos e intercâmbio de publicações científicas.
- Universidade Nacional de la Plata.
- Mantém convênios também com a Universidade de Assunção, com o objetivo de desenvolvimento, aperfeiçoamento e modernização da universidade nacional em áreas de estudo de agronomia. Intercâmbio de docentes pesquisadores.
- Com a ALADI no URUGUAI objetivando promover cooperação entre as partes, desenvolvida de forma conjunta através de projetos específicos.
- Universidade Católica do Uruguai: cooperação técnica, intercâmbio de material informativo, projetos conjuntos e apoio logístico.

- Universidade da República Oriental do Uruguai: desenvolver atividades de ensino e pesquisa, programas de trabalhos entre as duas instituições, organizar seminários, intercâmbio de publicações entre as duas instituições.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

- Mantém convênios com a Universidade de Buenos Aires com a possibilidade de ação conjunta em cursos de formação de professores de língua portuguesa e literatura brasileira em parceria com o Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil em Buenos Aires.
- Proposta de Intercâmbio com Escola Superior de Serviço Social (ESSS) de La Plata para formação conjunta de mestres e doutores argentinos em Serviço Social na PUC-SP.

UNIVERSIDADE MACKENZIE

- Está em fase a elaboração de projetos que deverão ser desenvolvidos com outras universidades do Mercosul. Inclusive já realizou a semana jurídica sobre o Mercosul, entre os dias 08 a 12 de maio de 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

- A UFSCAR participa da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), mas não vem participando

ativamente dos trabalhos propostos pela AUGEM por falta de verbas.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

- Mantém convênio com a Universidade de Rosário na Argentina desde de 1990. O convênio é geral, abrange todas as áreas das universidades conveniadas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- A UFRJ mantém convênio com instituições de ensino dos Estados que compõem o Mercosul.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

- Mantém convênios com oito universidades argentinas objetivando o intercâmbio de cooperação e cobrindo as mais diversas áreas de ação acadêmica de formação, pesquisa e extensão. Além de cooperação, os convênios têm como objetivos: colaboração em projeto de pesquisa, organização de atividades acadêmicas e científicas, de pessoal de ensino e pesquisa, de estudantes, de publicações e outros materiais de interesse comum.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- A UERJ participa de convênios com universidades da Argentina, do México, do Peru, do Paraguai e do Chile.

Além disso, faz parte do programa de Intercâmbio Universitário entre a União Européia e a América Latina.

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - RJ

- Mantém convênios de cooperação internacional com a Universidad Del Museo Social Argentino (UMSA).
- Com a Facultad Ciências de la Recuperación Humana e com a Escola Superior de Fonoaudiologia.
- O Ministério da Ciência e Tecnologia mantém convênios entre universidades argentinas e brasileiras na área de informática com objetivo de estabelecer uma cooperação de longo prazo em atividades de pesquisa na área de informática; formar uma nova geração de pesquisadores em Ciência da Computação, desenvolver nos dois países uma escola de pensamento em informática.

Com objetivos de fomentar o ensino, pesquisa e extensão entre os países do Cone Sul, existe ainda o Consórcio de Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul, com um total de oito universidades.

Além desse consórcio, existe também a Associação de Universidades do Grupo Montevideo (AUGM) com os mesmos objetivos que as do consórcio, porém, envolvendo um número maior de instituições, com pesquisa em todas as áreas de conhecimento.

O objetivo de relacionar no trabalho não só o nome das universidades conveniadas, mas também a maioria dos convênios, é para demonstrar a riqueza na variedade e abrangência dos projetos em desenvolvimento.

Pode-se observar que quase todas as instituições brasileiras mantêm convênios com pelo menos dois dos três Estados membros do Mercosul. E esses convênios geralmente abrangem todas as áreas do conhecimento existentes nas universidades conveniadas. O país que tem menos convênios com universidades brasileiras é o Paraguai. Isto se dá, entre outras razões, pelo pequeno número de universidades com tradição de pesquisa naquele país.

Um outro ponto a se ressaltar é que a maioria dos convênios foram assinados após o início das discussões sobre o Mercosul e, mais precisamente, após a assinatura do Tratado de Assunção.

Isso mostra o envolvimento dos pesquisadores, professores e a comunidade acadêmica de uma maneira geral com a questão da educação no Mercosul.

Esse envolvimento só é possível em função da consciência que o grupo tem do seu papel no atual momento histórico, que irá definir os rumos a serem seguidos pela América Latina no próximo século. A interferência da universidade será fundamental para que a educação exerça o seu papel de instrumentalizadora nesse processo.

A análise demonstra que a comunidade acadêmica brasileira, como não poderia ser diferente, está na vanguarda dessa discussão e continua

avanzando muito mais, não só na implantação de novos convênios como no envolvimento em escala maior e mais qualificada, possibilitando ao Mercosul vir de encontro à necessidade da maioria da população.

Além do envolvimento cada vez maior das universidades brasileiras com a temática do Mercosul, o debate acerca do mesmo vem acontecendo em quase todas as unidades da federação. Ele ocorre não só a nível cultural e educacional, mas também através de iniciativas empresariais vinculadas à temática integracionista do Mercosul.

O Brasil precisa continuar exercendo o seu papel histórico que é de ser o carro chefe na discussão e implementação das políticas educacionais no Mercosul, em função do volume de recursos e de pessoal envolvido com a questão educacional serem maiores que os três outros países juntos.

O Itamaraty, através do diplomata Paulo Roberto de Almeida, no Boletim de Integração Latino-Americana números 07 e 08 nos apresenta um quadro dessas instituições brasileiras, demonstradas resumidamente a seguir.

No Estado de São Paulo, desde 1986, a área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - IEA - USP, constitui-se num importante espaço de discussão das questões internacionais e da política externa brasileira. Publica regularmente a Revista Estudos sobre temas relevantes de relações internacionais e sobre o processo de integração. Participa juntamente com o IPEA e o MRE do projeto Mercosul Brasil/Fase I, buscando subsidiar os negociadores brasileiros e está estruturado no "*Centro de Informações Referenciais*" do Mercosul.

A Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo mantém um Núcleo de Estudos Jurídicos do Mercosul - MERCOJUR/USP. O MERCOJUR está vinculado ao Instituto de Direito Internacional e de Relações Internacionais. Funciona como órgão de apoio do Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da USP, dedicando-se também a estudar os aspectos jurídicos ligados ao direito internacional e comunitário do Mercosul.

A Associação de Empresas Brasileiras para a Integração do Mercosul - ADEBIM, criada por empresas com interesse no Mercado Comum do Sul constitui-se num canal de comunicação e intercâmbio de informações da comunidade empresarial com o governo e empresários de outros países.

O Centro de Estudos Internacionais da Fundação Getúlio Vargas - FGV- tem se destacado por trabalho de caráter geral e, no terreno da integração, por estudos sobre a problemática da CEE. Nos últimos tempos, começou a se ocupar dos problemas do Mercosul.

O Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais desenvolve um trabalho mais voltado para os problemas econômicos internacionais. Entretanto, enfoca igualmente o problema da integração regional.

O Conselho Brasileiro de Relações Internacionais - CBRI - foi reorganizado em 1991, congregando instituições e profissionais que atuam na área de relações internacionais e política externa brasileira. Promove seminários sobre temas integracionistas.



No Estado do Rio de Janeiro, encontra-se a Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior - FUNCEX. Provavelmente o melhor e mais bem equipado centro de estudo sobre comércio exterior do Brasil. Já divulgou trabalhos sobre o Mercosul e outras questões relacionadas à temática da integração do Cone Sul.

O Centro de Estudos Internacionais da FGV/RJ mais voltado para questões econômicas internacionais, passou a estudar bem de perto o processo de formação do Mercosul.

Já o Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE - tem tradição de organizar conclaves anuais com personalidades brasileiras e internacionais para debater os grandes problemas nacionais, numa perspectiva geralmente econômica.

Encontra-se no Rio Grande do Sul o Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - CEDEP/UFRGS. Criado em 1983, é o executor do Convênio MRE - UFRGS e desenvolve um amplo programa de estudos sobre o Mercosul, cobrindo documentação, elaboração de trabalhos específicos e formação de quadros e pessoal especializado.

A Associação Brasileira de Estudos de Integração - ABEI, mantém um dos mais extensos e completos programas de estudos sobre o Mercosul. Tem publicado regularmente trabalhos especializados sobre o Mercosul, em cooperação com a Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.



A Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, além de oferecer o curso de Comércio Exterior, compõe com outras universidades do Cone Sul o Fórum Universitário do Mercosul, integrado por instituições privadas.

Na Universidade Federal de Santa Maria foi organizado pela Faculdade de Direito o Núcleo de Estudos Jurídicos sobre o Mercosul. A área econômica da UFSM também se organiza para estudos sobre o Mercosul.

Em Brasília encontra-se o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, sendo que o seu projeto sobre Mercosul é o primeiro a ser efetivamente deslanchado em conexão com o processo negociador quatripartite. O IPEA encomenda a pesquisadores e entidades acadêmicas trabalhos de consultoria e estudos técnicos sobre as tarefas da fase de transição.

O Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais - IPRI/MRE, organizou vários seminários sobre a questão do Mercosul e lançou a coleção *"Integração Regional"*.

O Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Latino-Americano (FLACSO) começa a despertar para o problema da integração regional, sobretudo nos campos de Direito e da Ciência Política. No Departamento de História tem emergido bons estudos sobre relações Brasil-Argentina e sobre o pan-americanismo e as relações internacionais do Brasil.

No Estado de Pernambuco existe o Grupo Interdepartamental de Estudos sobre o Mercosul da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. Este grupo é o primeiro centro de estudos interdisciplinares sobre a nova área de



integração no Nordeste do país. Iniciado em novembro de 1991 em estreita colaboração com o IEA/USP.

O Estado do Paraná, por intermédio do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, de vocação generalista, engajou-se decididamente na problemática integracionista. Produz e divulga material informativo sobre o Mercosul.

Em Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal organizou e implementou, desde a segunda metade dos anos 80, o "Programa de Estudos Latino-Americanos" voltado para os estudos e ações sobre a integração regional e os problemas do Centro-Oeste e do Mato Grosso do Sul, numa perspectiva multidisciplinar. A Universidade realiza estudos sobre o impacto do Mercosul sobre sua região de fronteiras e sobre os aspectos e problemas das zonas fronteiriças imediatas.

A Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL - localizada no município de Tubarão vem organizando debates, seminários e fóruns sobre o Mercosul onde se discute os aspectos da integração de uma forma generalizada. O Departamento de Ciências Jurídicas é o que mais tem avançado nessa discussão.

Como observação salientar-se que este levantamento é do final do ano de 1992 e início de 1993 conforme consta o Boletim de Integração Latino-Americana números 07 e 08. De lá para cá, muitos fatos novos ocorreram em relação ao Mercosul e muitas outras instituições passaram a se dedicar à temática do Mercosul.



Um segundo ponto relevante neste levantamento é a diversidade de instituições que, de uma forma ou de outra, estão discutindo e trabalhando a favor do Mercosul. Destaque aqui para universidades da região nordestina brasileira e as instituições privadas de uma maneira geral.

Isso só vem confirmar a existência, mesmo que incipiente do governo brasileiro, de uma política voltada para a questão educacional no Mercosul. Não se pode negar a existência de tal política, os fatos são evidentes. O governo brasileiro procura executar o Plano Trienal na parte que lhe cabe quando são encaminhadas as decisões do Conselho de Representantes dos Estados partes. Pode-se constatar tal fato quando da implementação dos cursos de espanhol no Brasil e da equiparação dos currículos e diplomas do ensino fundamental e médio não técnicos, entre os quatro países que compõem o Mercosul.

Não se deve, contudo, inobservar a morosidade da implementação destas e outras propostas afins, por parte do Ministério da Educação do Brasil.

Uma política para o setor existe, todavia está sendo falha a sua implementação. As autoridades governamentais alegam falta de verbas para o financiamento dos projetos encaminhados pela sociedade civil organizada no setor educacional.

Um dos caminhos para a solução desse problema é a organização cada vez maior e melhor da sociedade civil diretamente interessada. A finalidade é pressionar as autoridades brasileiras para o atendimento imediato das suas reivindicações e, dessa forma, passa a temática educacional do Mercosul a ser uma das prioridades do Ministério da Educação.



Referência novamente deve ser feita ao Documento Mercosul 2000 porque se as autoridades governamentais brasileiras o colocarem em prática com todos os programas ali propostos no que for de sua competência, um grande avanço será dado para a consolidação do Mercosul, tendo em vista que as políticas sugeridas estão direcionadas para a melhoria da qualidade dos sistemas educacionais, o que se constitui numa demanda inadiável na medida em que as novas características da sociedade global acentuam o papel central que cabe à educação em todo o processo de desenvolvimento.

A melhoria da qualidade deve valorizar a riqueza do patrimônio cultural de cada país que, por si só, constitui um valioso instrumento para o desenvolvimento do indivíduo, garantindo uma vida melhor e mais plena.

Iniciativas como a do CODESUL (Brasil), CRECENEA/LITORAL (Argentina) devem ser incentivadas e prestigiadas por parte dos governos dos respectivos países uma vez que elas só têm a contribuir com o desenvolvimento e fortalecimento do Mercosul no setor educacional.

Todas as iniciativas do setor educacional brasileiro, sejam elas oficiais ou não, precisam ser regulamentadas por leis, o que só poderá ser feito depois da aprovação pelo Congresso Nacional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB). Ressalte-se ser lamentável para um país que pretende ser o modelo de desenvolvimento e organização política e administrativa para os demais países do bloco. Ainda não ter criado a nova LDB, pois há mais de oito anos encontra-se na Casa Legislativa vários projetos para alteração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) não sendo, até o momento, nenhum projeto aprovado.

Isto mostra a falta de sintonia entre os Poderes Executivo e Legislativo pelo menos no que se refere às questões educacionais. Enquanto aquele busca compatibilizar uma proposta de política educacional como os demais países do Mercosul, imposta pelo novo ordenamento internacional, este não consegue nem aprovar a Lei Nacional que regulamenta os princípios e as normas de educação brasileiras.

Percebe-se que falta muito para que a política educacional brasileira voltada para o Mercosul assuma o papel que lhe cabe de fato e de direito nesse processo histórico, rumo à integração latino-americana.

Além dos problemas que regem enquanto bloco regional, o governo brasileiro não consegue nem compatibilizar internamente a nossa legislação de maneira que as propostas do bloco comecem a serem implantadas no Brasil o mais rápido possível.

4 - REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO NO MERCOSUL

CAPÍTULO IV

A política governamental voltada para a implementação, junto à sociedade civil, das propostas relacionadas à questão educacional encontrava-se num primeiro de baixa repercussão social.

O que tem acontecido é simplesmente a regulamentação por parte do Congresso Nacional das poucas decisões tomadas pelos quatro Ministros da Educação dos países do Mercosul e a tentativa de algumas universidades públicas e privadas e outras instituições em ampliar o debate e a discussão dessa temática através de projetos, de pesquisa, seminários, fóruns, etc. Isso em função da relevância do papel da educação para a integração no Mercosul. Cabe ressaltar

4 - REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO NO MERCOSUL

No decorrer do segundo capítulo, procurou-se demonstrar o quadro geral da educação entre os países do Mercosul e no terceiro capítulo, mais especificamente a nível de Brasil, uma vez que o objetivo e o viés deste trabalho é a política educacional brasileira voltada para a implementação da proposta educacional dos países que compõem o Mercosul. Percebe-se através da leitura e análise, principalmente, dos documentos oficiais, dos boletins informativos, da participação em congressos pedagógicos, que pouco se tem avançado nessa área.

A política governamental voltada para a implementação, junto à sociedade civil, das propostas relacionadas à questão educacional encontrava-se num patamar de baixa repercussão social.

O que tem acontecido é simplesmente a regulamentação por parte do Congresso Nacional das poucas decisões tomadas pelos quatro Ministros da Educação dos países do Mercosul e a tentativa de algumas universidades públicas e privadas e outras instituições em ampliar o debate e a discussão dessa temática através de projetos, de pesquisa, seminários, fóruns, etc. Isso em função da relevância do papel da educação para a integração no Mercosul. Cabe ressaltar

etc. Isso em função da relevância do papel da educação para a integração no Mercosul. Cabe ressaltar que as universidades privadas estão muito mais avançadas nessa discussão pelos intercâmbios mantidos com outras instituições de ensino particular dos países do Mercosul em relação às universidades públicas.

A falta de uma política mais arrojada para o setor educacional a nível de Brasil não é novidade. Contudo, tomando-se como base de análise o Tratado de Assunção, percebe-se que o documento em pauta em momento algum faz referência à questão educacional, demonstrando não ser um problema só brasileiro, mas refletindo a falta de princípios básicos no principal documento do Mercosul que possa fundamentar uma política educacional eficiente para o setor nos respectivos países.

Após várias reuniões dos Ministros da Educação apareceu, em 1993, o Plano Trienal para a Educação e, em 1995, foi prorrogado por mais três anos até 1997.

Tendo como parâmetro de análise o Plano Trienal e o avanço conseguido até o momento na área educacional entre os países membros do Mercosul a grande questão que se coloca é a seguinte:

As políticas educativas elaboradas no âmbito do Mercosul tendem a favorecer a participação democrática no processo de integração possibilitando a construção de uma consciência integracionista e pluralista que permita o exercício pleno dos direitos civis e sociais dos cidadãos e da região, diminuindo a heterogeneidade entre nossos sistemas educativos e os contextos sociais? Ou favorecerão a criação de um novo sujeito econômico que responda aos desafios do contexto internacional (competitividade) no marco de uma

Na tentativa de resolução deste problema, analisam-se mais alguns dados do setor educacional dos quatro países que fazem parte do Mercosul e as políticas educativas expostas no Plano Trienal.

As profundas inovações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas fazem sentir seu impacto transformador tanto nos processos econômicos como nos sociais e políticos. Seus efeitos se manifestam não só nos modos de produção e acumulação de capital, mas também na organização e gestão do trabalho e da empresa. Por sua vez, eles estão gerando mudanças institucionais nos mecanismos de participação, de associação de intermediação e de consenso entre os distintos atores sociais.

A revolução tecnológica do presente faz primar as vantagens comparativas adquiridas sobre as vantagens naturais, flexibilizando os processos de produção e permitindo a integração dos processos produtivos e as inovações incrementadas, o que conduz na prática a uma nova divisão internacional de trabalho, instaurando-se assim um novo paradigma técnico econômico.

Nesse novo paradigma já não interessa tanto a mão-de-obra intensiva nem os processos em série na organização da produção. Interessa muito mais a capacitação e integração dos recursos humanos do sistema produtivo, a estruturação de núcleos flexíveis de produção dentro de um modelo sistêmico, apoiado fundamentalmente em inovações tecnológicas contínuas e crescentes que garantam uma maior competitividade internacional.

Uma competitividade apoiada no progresso técnico e no conhecimento que, além de conquistar novos mercados e aumentar as exportações, possibilita também aumentar o nível de vida da população a partir

do aumento da produtividade, provavelmente constituindo a única fórmula que permita uma real convergência entre competitividade e sustentabilidade social.

Numa sociedade em que o conhecimento e sua aplicação tem chegado a constituir-se no verdadeiro capital e o principal recurso gerador de riqueza e poder, a educação como modeladora da sociedade está chamada a exercer um importante papel político. A educação será, então, responsável pela formação e capacitação dos cidadãos com vistas a uma consciente e efetiva participação social e política.

Educar para participar dos diferentes processos de troca operacionalizados em nosso tempo é de uma urgência inadiável. Isto se dá porque a competitividade desenfreada entre desiguais vivenciada hoje a nível mundial se não estiver acompanhada de uma participação responsável dos sujeitos sociais pode levar a uma luta, cujo fim último seja o crescimento hegemônico dos mais fortes em detrimento do bem estar e da sobrevivência dos demais.

Para Roberto Follari: *“A educação deve ser uma preparação para a vida e não só para a produtividade”*⁴⁵. Partindo das bases que o pós-modernismo tem implicado um afloramento da capacidade crítica, da idéia de troca coletiva com compromisso social e político, o autor considera que a preparação educativa deve ir muito mais longe que a preparação meramente produtiva, para ocupar precisamente da formação do homem como cidadão, como ser social e político. Assim, a escola deve atender aos conteúdos que se aprendem e para fazer, aos conhecimentos constituídos desde as disciplinas científicas, que são tão necessários, como aos saberes não científicos que formam parte do acervo cultural e social.

⁴⁵ Roberto FOLLARI, “Quien vá a pensar en el siglo XXI?” in: Iris M. Laredo, Estado Mercado y Sociedad En El MERCOSUR, 1994, p. 123.

Em um processo de crescente democratização e de integração regional em ascensão atualmente vivenciado, a educação deve exercer um papel essencial estimulando a participação social a partir do conhecimento e da motivação. A não existência da pedagogia democrática, participativa e integradora que abranja além do ensino técnico-científico o desenvolvimento de atitudes, implicará em comportamentos antidemocráticos, desintegradores e egoístas entre os homens. É o contrário que deve buscar a pedagogia, é uma educação embasada no seu agente principal — o ser humano na sua plenitude — que se deve lutar.

A integração e a democracia não são suscetíveis de improvisações e seu crescimento e profundidade deve fomentar-se e expandir-se em todas as direções. Daí a necessidade de uma educação voltada para os interesses da maioria.

Nesse sentido faz-se necessário retomar a questão levantada anteriormente. As políticas educativas elaboradas no âmbito do Mercosul estão voltadas para quais interesses?

Conforme nos coloca de uma forma brilhante a professora Maria Graciela de Ortúzar em seu trabalho sobre as políticas educativas no âmbito do Mercosul, a proposta contida no Plano Trienal é a mesma da Teoria do Capital Humano da década de 70 que coloca a educação subordinada à economia.

“Em outras palavras, a teoria subjacente aos pressupostos da política educativa do Mercosul não é outra que a velha Teoria do Capital Humano desenvolvida na década de 70. Comparemos os seguintes parágrafos, pertencendo o primeiro ao Plano Trienal.

'O incremento dos níveis educativos e formativos da população economicamente ativa constitui uma das bases essenciais do incremento nos níveis de produtividade das economias, do melhoramento da qualidade dos bens e serviços produzidos, e portanto de uma posição mais competitiva e vantajosa nos mercados mundiais'. (Plano Trienal).

'Na década de 70, a educação era concebida como uma ferramenta estratégica para elevar a produtividade da mão de obra'. (T. do Capital Humano).

'Não somente havia de vê-la como um bem em si mesmo e desde o ponto de vista pedagógico, senão ver como ela contribuía ao crescimento econômico. Então, correspondia centrar o esforço nos setores educativos que aumenta a produtividade da mão-de-obra e determinar quantificadamente os recursos necessários em cada sociedade nacional para si cumprirem esses objetivos'. (T. do Capital Humano).

'Encontramo-nos frente ao rejuvenescimento do T. do Capital Humano devido às novas mudanças tecnológicas'

"O novo paradigma produtivo requer em forma crescente recursos humanos como uma sólida formação geral, que permita pensar e escutar ao mesmo tempo. Neste marco, a educação básica de todos os cidadãos torna-se uma condição decisiva para o crescimento e a competência dos nacionais"⁴⁶. (Plano Trienal)

⁴⁶ Maria G. de ORTÚZAR. Políticas educativas en el ambito del Mercosur, p. 14.

No decorrer de todo o trabalho da Prof^a Ortúzar, ela procura demonstrar com clareza e simplicidade que a política do Plano Trienal está voltada para atender aos interesses das transnacionais pois, através de subsídios do Banco Mundial, OEA, CEPAL, UNESCO, UNICEF e outros organismos, internacionais, os governos latino-americanos e mais especificamente os países do Mercosul procuram implementar essa política educacional baseada na proposta neoliberal, mesmo que deficiente.

A transformação dos sistemas educativos surge das exigências de competitividade emanadas do contexto internacional, ignorando os graves problemas de nossos sistemas e as desigualdades que os mesmos geram.

A reconversão do setor produtivo e o incremento dos níveis de produtividade requerem a formação de recursos humanos competitivos com conhecimentos, atitudes, valores e habilidades para apropriar-se das inovações tecnológicas.

O sujeito ou cidadão do Mercosul, longe de desempenhar um papel histórico no processo de integração, é funcional enquanto recurso humano competitivo, eficiente. Ele só deve adquirir habilidades que o permita adaptar ao novo modelo de acumulação flexível.

A conscientização cidadã favorável ao processo de integração e a participação social e histórica no processo não são os pilares da política educativa do Mercosul.

A “*educação para todos*” e a aquisição de “*competências básicas*” constituem as bases da política educativa delineada no Plano Trienal,

inspirada na política educativa universalista do Banco Mundial e o conceito de “*cidadão trabalhador*” e cidadão moderno da CEPAL.

Segundo essa concepção, a educação seria tanto o elemento das políticas sociais - equidade social, justiça social, compensação social - como a estratégia central de desenvolvimento dos nossos países.

Com respeito ao conceito “educação para todos”, a igualdade de oportunidades a que se referem tanto o Plano Trienal como o Banco Mundial não se refere a valores, não promove o exercício de direitos civis e sociais. A expansão quantitativa e qualitativa (a qualidade educativa vista como um requisito necessário do novo modelo de acumulação baseada em competências adquiridas), a eficiência baseada através da descentralização, a desburocratização e a privatização dos processos educativos não garantem a eliminação dos privilégios e discriminações presentes nas estruturas econômicas, sociais e políticas. Na década de 70, a política universalista de expansão da educação não possibilitou a igualdade de oportunidades, muito pelo contrário, aprofundou ainda mais as desigualdades sociais que se fizeram visíveis na década de 80.

No presente contexto social e ante o desenvolvimento de políticas educativas universalistas no marco do Mercosul, não se pode deixar de concluir que ante a porcentagem do PIB destinados à educação pelos países membros, todos eles inferiores a 5% sugerido pelas Nações Unidas, não implica uma política destinada à inclusão social e participação dos cidadãos com pleno exercício de seus direitos.

O objeto da política educativa do Mercosul centra-se exclusivamente na formação de recursos humanos, sendo a homologação de

títulos um instrumento para favorecer a livre circulação de pessoas, capitais, bens e serviços.

As fortes desigualdades existentes no interior e entre os sistemas educativos dos países membros do Mercosul, devido aos diferentes perfis dos estabelecimentos, o contexto social, a falta de sincronia e o isolamento dos sistemas, não parecem obstaculizar o reconhecimento dos estudos, de nível fundamental e médio não técnico. A flexibilização dos mecanismos de reconhecimento de estudos, baseada em critérios formais e não em conteúdos curriculares que permitam harmonizar os sistemas e referenciar a identidade cultural são prova do caráter instrumental que inspira a compatibilização em áreas da livre mobilidade de pessoas.

Não se busca a formação de uma consciência solidária latino-americana, que favoreça o desenvolvimento equilibrado da subregião a partir de interesses comuns necessários para a integração.

O cidadão do Mercosul desconhece o processo no qual se encontra imerso, não sendo partícipe de sua própria história.

A formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração, parte I do Plano Trienal, tem ficado relegada e subordinada à formação de recursos humanos competitivos reclamado pelo mercado internacional.

O presente modelo de integração não considera essencial a formação de uma consciência sócio-histórica compartilhada que permita revalorizar a identidade cultural dos povos.

Respondendo ao delineamento da política educativa internacional hegemônica (Banco Mundial) e a teoria pedagógica que sustenta a teoria do capital humano, a educação no Mercosul seria uma estratégia para aumentar a produtividade através da formação de recursos humanos competitivos.

Os organismos internacionais como Banco Mundial, BIRD, UNESCO, OEA, OEI, entre outros, financiam projetos específicos destinados exclusivamente à formação de recursos humanos.

Beneficiando-se do avanço do setor privado através da desregulamentação e subsídios, as políticas educativas dos países do Mercosul geram desigualdades e privilégios. As universidades públicas se acham desprezadas frente à intensa atividade das universidades privadas, centradas na capacitação de recursos humanos e dirigentes, vinculação do setor empresarial e educativo, e no desenvolvimento de cursos de pós-graduação simultâneos nos quatro países membros.

Voltando ao problema colocado no início deste capítulo, entendemos que as políticas educativas no âmbito do Mercosul, hoje, respondem aos parâmetros das políticas educativas internacionais que promovem a formação de recursos humanos competitivos para o sistema produtivo internacional, contribuindo para o aumento da exclusão social, e não favorecem a participação e conscientização cidadã no processo de integração.

As políticas educativas no âmbito do Mercosul deveriam valorizar mais a questão cidadania no processo de integração; isso, com certeza promoveria a inclusão social que permitiria superar as desigualdades e impulsionar a criatividade e inovação visando um desenvolvimento equilibrado dos países do Mercosul.

No que diz respeito à participação institucional dos Estados partes em relação à questão educacional, consegue-se constatar através dos documentos oficiais, neste caso os boletins de Integração Latino-Americana, que foram diversas as reuniões entre os Ministros da Educação dos países do Cone Sul nas quais se discutiram os princípios que mostraria a proposta de educação para o Mercosul. A nona reunião no vinte de junho de 1996, caracteriza-se pelos avanços obtidos pelo Comitê Coordenador Regional no que se refere a:

- Educação básica e média não-técnica;
- Educação tecnológica;
- Educação superior,

Deve-se recomendar ao comitê que avance no estudo do tema referente à pós-graduação nos países do Mercosul.

Fazendo uma análise das decisões encaminhadas pelos Ministros nessas reuniões, percebe-se que a temática educacional está tendo um desdobramento muito aquém do esperado pela comunidade acadêmica de uma maneira geral em função da importância que tem a educação para o processo de integração no Cone Sul.

O documento “Mercosul 2000 - Metas e Desafios do Setor Educacional” é a demonstração de que há uma preocupação por parte dos Ministros da Educação em oferecer condições que torne setor educacional mais eficiente no cumprimento de seus objetivos no processo de integração latino-americano Mercosul.

Todavia, não se pode negar que existiram avanços significativos no setor educacional, principalmente neste ano de 1996.

Esses avanços aconteceram por diversos fatores, entre eles encontra-se a importância da educação na própria efetivação do Mercosul, uma vez que as inovações tecnológicas radicais e a reestruturação dos sistemas produtivos estão associados à transformação e reelaboração de paradigmas culturais que afetam de modo direto o sistema educacional.

Um outro fator foi o crescente envolvimento da população de uma maneira geral e mais especificamente da comunidade acadêmica com a temática do Mercosul. Dessa forma, as cobranças aumentaram junto aos governos no sentido de fazer com que o setor educacional participasse da pauta de prioridade desses governantes.

Um outro ponto a ser ressaltado é que, mesmo com a lentidão das decisões tomadas pelos ministros, muitas delas estão voltadas para a formação de recursos humanos capacitados que venham atender as exigências das empresas transnacionais no suprimento de mão-de-obra qualificada para suas indústrias.

O Programa I do Plano Trienal — a formação da consciência social favorável no processo de integração — com os seus devidos desdobramentos encontra-se estática a não ser umas tímidas e incipientes iniciativas referentes à implantação do ensino do português na Argentina e do espanhol no Brasil. Essas iniciativas, pelo menos a nível de Brasil, encontram-se engavetadas.

A demora na efetivação do ensino do espanhol no Brasil está longe de tornar-se realidade em todo o território nacional devido a não existência de verbas suficientes, segundo representantes do MEC. Inclusive a participação



do MEC em congressos para a questão educacional do Mercosul tem-se a iniciativas individuais isoladas de universidades públicas e privadas e de alguns Estados, como os do Centro-Sul, que com muito esforço estão tentando viabilizar o ensino de espanhol em suas respectivas instituições.

Adiantando-se um pouco na questão do ensino de espanhol e do português, pergunta-se: quem mais vai se beneficiar com esta medida? As mais beneficiadas serão as grandes indústrias que terão mão-de-obra qualificada para as suas filiais onde quer que estejam necessitando. Constatase, dessa forma que dentro do programa I a prioridade é a formação de recursos humanos para atender às necessidades do desenvolvimento econômico em vez de ser a *“informação e reflexão sobre o impacto do processo de integração do Mercosul”*.

No Brasil a maioria das iniciativas existentes em relação à temática educacional está a cargo da sociedade civil organizada de uma forma geral. Estas estão tentando encaminhar algumas decisões, seja no sentido de implementar o ensino do espanhol no país, seja no sentido de ampliar a discussão da integração latino-americana de maneira tanto quanto específica.

A título de ilustração, há na União Européia o resultado de pelo menos cinquenta anos de debates, discussões, acordos, avanços e retrocessos na caminhada e a discussão educacional naquela comunidade tem pelo menos vinte anos e muito ainda há para discutir e encaminhar nesta área.

Com os governos dos países integrantes do Mercosul acontece o contrário da União Européia. Sabedores que são das dificuldades que têm pela frente na implementação do projeto integracionista, insistem na manutenção de prazos que, como nos mostra a história, são impossíveis de serem cumpridos. Se

a União Européia, que há mais de duas décadas vem debatendo a questão educacional e não chegou a um denominador comum, imaginem os países integrantes do Cone Sul, que pouca vontade política tem demonstrado no encaminhamento da problemática.

Uma das grandes contradições é justamente a forma de se viabilizar uma integração entre os países do Cone Sul, mesmo nos moldes do neo-liberalismo, num prazo tão curto sendo indispensável a vontade política dos governantes e ela não estando presente.

Se a questão é demorada e envolve negociações, acordos (e decisões) que não permitem rápidas decisões, por que insistirem nos prazos tão exímios que constam nos documentos, ou ainda, por que não se começa a tomar iniciativas que realmente possam contribuir para o avanço dos debates?

Por que não priorizam no Ministério da Educação a Subsecretaria de Assuntos para Educação no Mercosul? Quando se fala em priorizar, isso querem dizer que a liberação de verbas suficientes aos integrantes dessa subsecretaria para que comecem a colocar em prática as suas metas de trabalho.

Os projetos existentes entre universidades brasileiras e universidades e instituições de ensino dos demais países que compõem o Mercosul não são iniciativas do governo federal, mesmo aqueles projetos que pertencem a universidades públicas, uma vez que estas instituições têm uma certa autonomia financeira e administrativa em relação aos poucos recursos que recebem do MEC. Cabe a elas investirem segundo as suas necessidades e prioridades.

A Associação dos Supervisores do Rio Grande do Sul juntamente com a Universidade Federal daquele Estado a UFRGS e com outras instituições elaboraram um projeto denominado: *“O Desenvolvimento da educação no Mercosul/Cone Sul: suas realidades e suas perspectivas de políticas públicas educacionais comuns”*, contendo em seu interior treze subprojetos que eles chamaram de ações. Esse projeto foi encaminhado ao MEC várias vezes, retornando sem aprovação pois ele não têm recursos disponíveis para a aprovação do mesmo, mesmo admitindo ser o projeto excelente.

Como se pode constatar, não é por falta de iniciativas da comunidade acadêmica que o debate em torno da educação não está muito mais avançado. É a governo brasileiro que falha por carência de uma maior e melhor política votada para esse assunto.

Agora cabe sim à comunidade acadêmica, continuar insistindo junto ao MEC com seus projetos. Dessa forma, se contribuirá para o empenho daquela instituição. Caso contrário não há perspectiva a curto e médio prazo da implementação de pelo menos alguns pontos que constam do Plano Trienal, mesmo que estes programas, não atendam aos interesses da maioria da população brasileira, nem dos demais países do Mercosul.

Não há necessidade de muito esforço analítico para se convencer de que não faz parte das prioridades do governo brasileiro a questão educacional. Somente a título de ilustração, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que desde 1988 ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional e o Governo não tem feito nenhum esforço no sentido de agilizar a aprovação da mesma. A título de ilustração dessa idéia, retoma aqui o que já foi dito

anteriormente. Para a aprovação legal precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional a nossa Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB).

Os meios de comunicação propagam o discurso em favor do ensino fundamental em detrimento dos demais níveis de ensino. Discurso esse que não é originário de instâncias do Governo Federal, mas sim do Banco Mundial, que por sua vez traz embutido o discurso do neo-liberalismo.

Não se argumenta contra a importância do ensino fundamental. O problema é que nas últimas resoluções do Banco Mundial está explícita a prioridade daquela instituição em liberar verbas àqueles países que investirem no ensino fundamental, tendo como objetivo a formação de recursos humanos e mão-de-obra mais qualificada para atender às necessidades de desenvolvimento econômico.

“Se prevê que mantenha a tendência em oferecer uma maior proporção de serviços à educação primária e secundária de primeiro ciclo, com preferência para os países mais pobres... Dentro da educação básica, se está fomentando de forma mais sistemática a qualidade juntamente com a equidade”⁴⁷

Por outro lado, a nível de ensino superior, o que se vê, são cada vez mais subsídios e ajudas financeiras às instituições particulares e um verdadeiro sucateamento das universidades públicas, com claras intenções privatistas.

⁴⁷ PRIORIDADES y ESTRATEGIAS para la educacion. Estudio Setorial del Banco Mundial, mayo de 1995.

Em linhas gerais, a idéia é deixar ir ao fundo do poço a qualidade de ensino das universidades públicas, proibindo a contratação de novos professores, não investindo em pesquisa e capacitação de recursos humanos, achatando cada vez mais os orçamentos das universidades, para num segundo momento fortalecer o discurso privatista junto à sociedade, afirmando entre outras coisas que a universidade pública é inviável do ponto de vista econômico, que as instituições privadas são muito mais produtivas, que oferecem melhores qualidades de ensino e pesquisa e que quem entra em universidade pública são os filhos da burguesia que fizeram o primeiro e o segundo grau nas melhores escolas particulares.

Quando da elaboração do projeto de pesquisa, um questionamento, foi feito: *“Será que hoje a educação sequer consegue transmitir o saber historicamente acumulado pela humanidade?”* Do modo como vem sendo trabalhada, pode-se afirmar que a educação brasileira, hoje, sequer está cumprindo a sua função primeira de transmissora do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

Mas, por outro lado, a problemática da questão educacional no Mercosul, está aí, é real, não tem como ser negada, e a evidência mais forte é o Plano Trienal. Se os responsáveis pela implementação da proposta deixaram para segundo plano o programa I que fala da *“formação da consciência social favorável ao processo de integração”*, e procuram desenvolver os outros programas que vem de encontro com as imposições do Banco Mundial e do neoliberalismo, para a formação de recursos humanos que atenda às necessidades da nova conjuntura mundial aí posta, é uma questão de opção.

Cabe a todos aqueles que estão envolvidos e interessados na temática educacional, sem poder de decisão no governo, se organizarem e exigirem das autoridades competentes condições para que a educação cumpra o seu papel histórico na sociedade e este mude de opção em relação aos princípios e programas de educação no Mercosul.

Neste sentido, merece destaque todo especial, pela clareza das posições e pela repercussão das mesmas, o movimento iniciado pela Associação dos Supervisores da Educação do Rio Grande do Sul que conta também com a imediata parceria de muitas outras entidades, igualmente vinculadas à problemática.

Cinco documentos foram produzidos até o momento, todos eles frutos de discussão coletiva:

- a) A Carta de Bagé (agosto de 1992).
- b) O Documento nº 2 - Marco Referencial (novembro de 1992).
- c) Carta de Porto Alegre (agosto de 1993).
- d) Carta de Porto Alegre (agosto de 1994).
- e) Carta de Assunção-Paraguai (agosto de 1995).

Todos os documentos vêm reafirmando, com crescente vigor, a necessidade de ultrapassar o caráter predominantemente mercantilista do projeto do Mercosul e passar para um processo de integração que vise à construção de identidade sócio-cultural, política e econômica dos povos ibero-americanos.

Esta integração deve ser um processo de intensa reflexão e discussão, com ampla base democrática, na qual se incluam todas as forças vivas da sociedade civil.

O objetivo final deve ser a construção coletiva de uma sociedade mais justa, mais humana, mais solidária, em que tenha vez e voz os setores historicamente excluídos por serem os mais numerosos.

A educação, em seu caráter libertador e transformador, respaldada na visão democrática, deve oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas que, respeitando as peculiaridades de cada formação social específica, contribuam para a preparação de educadores críticos e eficazes na formação de cidadãos, capazes de tomar decisões e de transformar a sociedade atual, manifestamente injusta.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Com o decorrer das leituras, participação em Congressos, Seminários e opiniões expressadas no desenvolvimento do trabalho pode-se afirmar que os governos brasileiros e argentinos como os principais protagonistas desse processo de integração econômica, social, cultural e política entre os dois países não estão credenciados para induzir uma integração autônoma, livremente, sem e sem objetivos hegemônicos.

Em função das disparidades geopolíticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais, a integração desses países não é tarefa para hoje, muito menos para o futuro. É um objetivo a longo prazo, cuja concretização vai depender da capacidade de ambos países conseguirem insuamar amplas e profundas reformas em cada um dos dois países.

Fendo outra referência:

"que 350 mil crianças entre 0 e 5 anos de idade morrem anualmente (dados da UNICEF); que 86 milhões de brasileiros estão subnutridos ou passam fome (dados

CONCLUSÃO

Com o decorrer das leituras, participação em Congressos, Seminários e opiniões expressadas no desenvolvimento do trabalho pode-se afirmar que os governos brasileiros e argentinos como os principais protagonistas desse processo de integração juntamente com a burguesia brasileira e argentina na atualidade totalmente comprometidas com objetivos antinacionais e antipopulares, não estão credenciados para conduzir uma integração autêntica, socialmente justa e sem objetivos hegemônicos.

Em função das disparidades geopolíticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais, a integração desses países não é tarefa para três, cinco ou mesmo dez anos. É um objetivo a longo prazo, cuja concretização vai depender da capacidade de nossos povos conseguirem instaurar amplas e profundas reformas em cada um dos nossos países.

Tendo como referência:

“que 350 mil crianças entre 0 e 5 anos de idade morrem anualmente (dados da UNICEF): que 86 milhões de brasileiros estão subnutridos ou passam fome (dados



*da FAO); que 40 milhões de nordestinos estão condenados a morrer com quinze anos antes em média que os habitantes do Sul (dados do PNAD-88); considerando os milhões de trabalhadores rurais sem terra; os milhões de favelados, desempregados, sub-empregados, analfabetos ou semi-analfabetos, os milhões de menores abandonados e condenados ao crime e à prostituição existentes - parece evidente que não faltam problemas sociais no Brasil. Problemas que deveriam ser resolvidos, todos eles, em caráter absolutamente prioritário, antes mesmo de falar-se em Mercosul*⁴⁸.

No entanto, constata-se que no momento da assinatura do Tratado de Assunção determinando um prazo de quatro anos para que o mesmo se efetivasse, a preocupação era única e exclusivamente de marketing político do que qualquer outra.

Schilling nos coloca que a formação de um mercado comum somente pode ser decisão de um grupo de países soberanos. Ocorre que Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em razão de suas enormes dívidas externas com os bancos privados, FMI, Banco Mundial, BID, Clube de Paris, estão com suas autonomias totalmente comprometidas. As cartas de intenções freqüentemente impostas pelo FMI e assinadas pelo Brasil é uma abdicação temporária de soberania. Quem realmente decide sobre a política econômica e social do país são tecnocratas internacionais. Esta situação é uma realidade em quase toda a América Latina e perdura até a atualidade a nível de Brasil no governo do presidente Fernando H. Cardoso.

48 Paulo R. SCHILLING. Mercosul: Integração ou dominação? CEDIO, São Paulo, 1992.



Para que o Mercosul seja efetivamente uma associação de países soberanos os governos teriam primeiro que resolver o problema da dívida externa. E, por extensão, impedir a fuga de capitais e conseguir a repatriação dos capitais desviados clandestinamente pelas burguesias nacionais. O que se percebe nos últimos meses, por meio da imprensa escrita e falada, é justamente o contrário. No Brasil aumentou assustadoramente o montante de capitais que são desviados pelas empresas e pessoas físicas para os chamados paraísos fiscais, ficando quase sempre o rombo das dívidas para o contribuinte pagar.

Os governos dos países-membros do Mercosul têm tomado uma série de medidas que parecem demonstrar que os mesmos não estão acreditando seriamente na integração. Os governos do Brasil e da Argentina, tanto na época Collor e Menem, como mais recentemente Menem e FHC, não estão atuando na área internacional como aliados; ao contrário, estão passando rasteiras, um no outro: Menem participou da guerra do Oriente Médio, Collor comprou trigo subsidiado dos Estados Unidos e do Canadá; FHC faz restrições a importações de produtos argentinos aumentando um imposto de importação, Menem trabalha contra a entrada do Brasil para o Conselho de Segurança da ONU, etc.

Fazendo uma comparação das indústrias brasileiras e argentina, percebe-se com facilidade a superioridade competitiva das primeiras, menos no setor da agroindústria. Caso o Mercosul funcione como está, o que se vislumbra é a falência de milhares de indústrias argentinas, com o conseqüente desemprego de milhares de trabalhadores.

Por outro lado, a agricultura dos três estados do sul brasileiros será dramaticamente afetada pela produção Argentina. Isto sem falarmos do Paraguai e do Uruguai.

Somente com abertura gradual muito mais lenta das fronteiras econômicas, planos de desenvolvimento nacionais, e com o estabelecimento de propostas alternativas para os setores produtivos tornados anti econômicos pela integração, observando-se as diferenças existentes em cada país membro, com o envolvimento de toda a sociedade é que se evitará que a integração signifique enormes sacrifícios e retrocessos sociais.

Um outro ponto importante a ser ressaltado é que não é admissível que um plano de integração não estabeleça toda uma série de medidas em favor dos países menos desenvolvidos, neste caso Paraguai e Uruguai, assegurando-lhes um mínimo de condições de competitividade, como por exemplo uma diminuição gradual muito mais lenta das tarifas, até investimentos feito pelos sócios maiores em seus territórios, como tem feito a União Européia no caso da Grécia, Espanha e Portugal.

Concordando com a idéia de que a integração é uma medida a longo prazo e não uma medida improvisada, precipitada, oportunista, não há porque manter a integração restrita ao Cone Sul.

Nesse sentido, acorda-se com Schilling quando afirma que *“somente através de uma América Latina efetivamente integrada é que nossos povos terão o lugar que lhes corresponde no concerto mundial”*⁴⁹.

Pelas leituras e na elaboração do trabalho, constata-se que a integração regional se faz necessário em função da nova conjuntura internacional

⁴⁹ Ibid, p. 203.



vigorante com a globalização e a regionalização da economia através do avanço do poderio das transnacionais por um lado e da formação de blocos regionais com o intuito de se auto desenvolver e se auto proteger das invasões externas.

No caso do Mercosul, o que está falho não é o princípio da integração, mesmo porque essa idéia já vem amadurecendo desde o começo do século XIX, mas sim a forma como ele foi gestado e encaminhado pelos países membros no decorrer desses anos.

A sociedade civil organizada precisa participar mais ativamente desse processo de discussão para tentar mudar a direção do Mercosul. Caso contrário, a integração sonhada e querida está fadada ao fracasso.

Com relação à educação, se existe alguma prioridade, esta não é a de investir na formação do cidadão, de forma que ele tenha uma consciência histórica, solidária latino-americana a favorecer o desenvolvimento equilibrado da subregião a partir de interesses comuns necessários à integração.

O pouco que está sendo encaminhado a nível de Plano Trienal para a educação é no sentido de viabilizar a formação dos recursos humanos que supram as necessidades de mão-de-obra qualificada das grandes indústrias transnacionais exigidas pela nova ordem mundial.

A formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração, ponto I do Plano Trienal, tem ficado relegada e subordinada à formação de recursos humanos competitivos, reclamada pelo mercado internacional. O presente modelo de integração não considera essencial a

formação de uma consciência sócio-histórica que permita a revalorização da identidade cultural de nossos povos.

Respondendo aos delineamentos da política educativa internacional hegemônica, imposta pelo Banco Mundial e à teoria pedagógica que sustenta, a teoria do capital humano, a educação no Mercosul seria uma estratégia para aumentar a produtividade, através da formação de recursos humanos competitivos.

Os organismos internacionais como o Banco Mundial, UNESCO, UNICEF, entre outros, oferecem assistência técnica e financiamento destinado exclusivamente à formação de recursos humanos. Existem, inclusive, programas específicos como o Programa "*Cruzeiro do Sul*", programa oficial de cooperação entre a França, Mercosul e o Chile, destinado à capacitação de docentes em áreas significativas para o desenvolvimento de recursos humanos.

Em relação à política educacional brasileira voltada para o processo de integração latino-americana (Mercosul), constata-se que muito pouco foi encaminhado a nível oficial, além daquelas decisões tomadas enquanto grupo Mercosul.

A orientação política do governo brasileiro para as ações educativas seguem as recomendadas pelos organismos internacionais privilegiando a formação de recursos humanos em detrimento de uma formação integral do cidadão como sujeito histórico do processo de integração na América Latina. Esta decisão aparece no encaminhamento para aprovação pelo Congresso Nacional dos projetos de lei que regulamentam a equivalência de estudos e diplomas do ensino fundamental e médio não técnico e a obrigatoriedade da

- Convênio com a Universidade da República Oriental do Uruguai de Montevideu, tem como principais objetivos a promoção e o desenvolvimento do ensino superior a nível de pós-graduação.
- Convênio com a Universidade Católica do Uruguai “Damaso Antônio Larañja” de Montevideu.
Objetiva a conjugar esforços e articular ações em áreas de interesse comum, com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico da região geográfica de atuação de ambas as instituições.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - UNISUL

- Convênio de cooperação geral e assistência recíproca com a Comissão Setorial para o Mercosul do Uruguai.
- Convênio de acordo e cooperação técnico-científica e cultural com a Faculdade de Ciências e Letras de Encarnação-Paraguai.
- Convênio de cooperação técnico científica e cultural com a Escola Superior Integral de Lichenia-Argentina.
- Protocolo de intenções de cooperação técnico-científica e desenvolvimento de atividades conjuntas com a Universidade de Blas Pascal-Argentina.
- A UNISUL mantém mais seis convênios com universidades argentinas.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

implantação do ensino de espanhol no primeiro e segundo grau num período de cinco anos. A não aprovação da LDB é a maior prova de como é tratada a questão educacional no Brasil.

Num Congresso realizado em março de 95 sobre a questão educacional Coordenadora da Subsecretaria de Assuntos de Educação para o Mercosul - órgão que pertencente ao Ministério da Educação, deixou claro que aquela instituição não tem verba nem para ampliar o debate da questão e muito menos para financiar os projetos que são encaminhados àquela instituição para serem desenvolvidos. Deduz daí a importância política que o governo dá à questão: questão de verba é questão política. Se a educação no Mercosul fizesse parte das prioridades políticas do governo, a verba não faltaria.

Não se nega, contudo, a existência de uma política pública brasileira para a questão da educação no Mercosul. Ela existe. A sua implantação é que está muito aquém das necessidades postas pelo projeto Mercosul. E os avanços significativos estão abaixo do necessário para a efetivação da proposta educacional do Mercosul a nível de Brasil.

A falta de verba não se dá apenas no Ministério da Educação no setor Mercosul, mas em praticamente todas as áreas sociais: saúde, habitação, assistência aos idosos, menores abandonados, enfim, todas as áreas que requerem uma atenção especial do governo brasileiro estão fadados ao fracasso por falta de verbas. Na verdade, o Estado Brasileiro encontra-se em uma profunda crise sem grandes perspectivas no que diz respeito às áreas sociais.

Para que a educação venha a exercer o seu papel político e pedagógico no processo de integração latino americano, faz-se necessário uma



grande articulação entre o que está sendo produzindo a nível oficial e o que as instituições chamadas de “não governamentais” estão fazendo, e juntos elegerem alguns pontos básicos para serem aprofundados e trabalhados por ambas as partes.

Se existe alguma instituição credenciada que possa reverter este processo é a sociedade civil organizada, mais especificamente as universidades públicas, pesquisadores, professores. Também os funcionários, alunos, pais, sindicatos da categoria, enfim todos os que estão preocupados com a questão e que sempre se colocaram na vanguarda desse debate atuando como sujeitos históricos, não se deixando ser cooptado pelas benesses dos organismos internacionais, mas com uma proposta de atuação conjunta com vista a superar as dificuldades comuns e avançar na conscientização do Mercosul.

A carência de ambiente cultural propício à integração já não é a única coisa a ser dita quando se fala em Mercosul. Há avanços neste campo que não podem ser subestimados.

É evidente que o romantismo não é suficiente para estimular as sociedades para processos de integração como o Mercosul. Entretanto, sem a dimensão romântica, que possa ser estimulada por caminhos como o diálogo cultural e educacional, não se fará um mercado na Região Sul da América Latina.

Há ainda muito a ser feito para que se rompam os esteriótipos que alimentam as percepções que entre si têm os negócios e as sociedades dos Estados contratantes do Mercosul. Mas, mesmo com todas as dificuldades e orientações políticas ditadas muitas vezes por organismos internacionais, distância-se cada vez mais das imagens criadas pelos nacionalismos de direita e

de esquerda e da teoria conspiratória da história. Os avanços do Mercosul na área educacional tem dado a sua contribuição.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Mercosul no Contexto Regional e Internacional. São Paulo: Adusp/Unicamp, 1993.

(coord.) Mercosul: Textos Básicos. Brasília: IPRA, 1992.

BIBLIOGRAFIA

Revista Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, N. 33, p. 70-72, out/nov/dez. 1992.

O Mercosul dos Professores e Operários. Boletim de Integração Latino-Americana, Rio de Janeiro, N. 8, p. 8-12, mar. 1993.

ALMEIDA, Sandra P. G. de (coord. responsável). Informações sobre o ensino de espanhol no Brasil e de português na Argentina. Secretaria de Estado de Educação - Centro de Línguas Estrangeiras Modernas, Paraná, 1995.

ALVES, André. A revisão da bibliografia em tese de dissertação. Meus usos irrefutáveis. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, N. 81, maio, 1992.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Mercosul no Contexto Regional e Internacional. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

_____. (coord.) Mercosul: Textos Básicos. Brasília: IPRI, 1992.

_____. NAFTA: Um bloco comercial em construção - RBCE: Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro, N. 33, p. 70-72. out/nov/dez. 1992.

_____. O Mercosul dos Professores e Operários. Boletim de Integração Latino - Americana. Rio de Janeiro, N. 8, p. 8-12, mar. 1993

ALMEIDA, Sandra P. G. de (técnica responsável). Informações sobre o ensino do espanhol no Brasil e do português na Argentina. Secretaria de Estado de Educação - Centro de Línguas Estrangeiras Modernas, Paraná, 1995.

ALVES, Alda J. A revisão da bibliografia em tese de dissertação. Meus tipos inesquecíveis. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, N.81, maio, 1992.

ANDRADE, Everaldo. Gaspar Lopes de. O Mercosul e as relações de trabalho: relações individuais, relações coletivas, relações internacionais de trabalho. São Paulo, Ltr, 1993.

ASSMANN, Hugo - editor; BOFF, Hugo Pedro (tradutor). A Trilateral: nova face do capitalismo Mundial: Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

BAPTISTA, Luiz Olavo. O impacto do Mercosul sobre o sistema legislativo brasileiro. Boletim de Integração Latino-Americana. Brasília, N.5, abr/jun., 1992.

BARBOSA, Rubens Antonio. A América Latina em perspectiva: A integração regional da retórica à realidade. São Paulo: Aduaneiras, 1991.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Boletim de Integração Latino-Americana, edição especial, nº 07 - outubro - dezembro de 1992 ao nº 15 - outubro-dezembro de 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Mercosul Educativo. Boletim informativo - Setor Educação, nº 1 a 4. Gabinete do Ministro, Assessoria para Assuntos Internacionais.

CASTRO, Cláudio de Moura. A prática de pesquisa. São Paulo: Macgraw-Hill, 1978.

CEPAL/UNESCO - DREALC, Educación y conocimiento: de la transformación productiva con equidad (LC? G. 1702 [ses. 24/4]) Santiago do Chile, 1992.

COMISIÓN INTERINSTITUCIONAL DE LA WC EFA (PMUD, UNESCO, BANCO MUNDIAL) documento de referência para la Conferência Mundial sobre la educación para todas satisfación de las necesidades básicas de aprendizaje: Satisfación de las necesidades básicas de aprendizaje: uma visão para el decenio de 1990, Nueva York, 1990.

CURY, Carlos R. J. A ideologia e educação brasileira. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

DE TONI, JACKSON. A globalização mundial, o Mercosul e o papel da esquerda. In: Mercosul ou Noss Integração? Campinas, nº 5, jul/set. 1993.

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciência Sociais. São Paulo: Atlas, 1981.

DREIFUSS, Roné Armand. Problemas e Perspectiva do Brasil no Mercosul. Núcleo de Estudos Estratégicos/Universidade Federal Fluminense. Departamento de Ciência Política/Universidade Federal Fluminense, Núcleo de Estudos Estratégicos/UNICAMP - SP. 1993, 22 p.

EZPELETA, J., ROCKEWLL, E. Pesquisa participante. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

FRANCO, Maria A. Ciavotta (org.). Estudos comparados e educação na América Latina, São Paulo, livros do Tatu: Cortez, 1992.

FURTADO, Celso. Formação econômica da América Latina. 2ª ed. Rio de Janeiro, Lia editor S.A, 1970.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, Octávio. O labirinto latino-americano, Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

INSTITUTO CUESTA-DUARTE. El Mercosur después de Buenos Aires - la última oportunidad. Montevideo, 1994, 31 p. (Materiales de Formación Sindical).

JESUS, Avelino de. Mercosul: estrutura e funcionamento, São Paulo: Aduaneiras, 1993.

KUNZLER, Jacob Paulo e MACIEL João Carlos de. Mercosul e o Mercado Internacional. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científico. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.



LAREDO, Iris M. (compiladora). ESTADO, MERCADO Y SOCIEDAD EN EL MERCOSUR. - Pautas para su viabilización, Universidad Nacional de Rosario, Argentina, 1994.

Las Economías Campesinas Ante La Integración. Resumen y conclusiones del Seminario "MERCOSUR" y su impacto en el área rural del Cono Sur". BASE (investigaciones sociales), CIPAE, Assunción Paraguay - 1992.

LOPEZ, Luiz Roberto. História da América Latina. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MADEIRA, Felícia R. et. alli. Educação na América Latina: os modelos teóricos e a realidade social. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO Regina. Para entender o Mercosul, Coleção polêmica, 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1995.

MELLO, Guiomar N. Educação e a transição democrática. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.

MERCOSULI. Integração na América Latina e relações com a comunidade européia. INCA/IRES-CGIL/DESEP - CUT 1993.

Ministérios da Educação e Cultura. Plano Trienal para o setor da educação no contexto. 1992.

- MIROW, Kurt Rudolf. A ditadura dos cartéis: Anatomia de um subdesenvolvimento, 8ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1978.
- MORAES, Luís Carlos. Alterações das relações trabalhistas no processo de integração. Cadernos da CUT, SP, 8:12-24, 1993.
- MOROSINI, Marília Costa (coord.). Universidade no Mercosul: Condicionantes e desafios, São Paulo: Cortez, 1994.
- MOTTA, Veiga Pedro da. A evolução do Mercosul no período de transição: hipóteses, alternativas e cenários, Brasília: IPEA, N.269, 1992.
- ORTÚZAR, Maria Graciela de. Políticas educativas en el ámbito del Mercosur. Universidad Nacional de la Plata, Argentina, 1994.
- PRADO, Luís Carlos Delmore. Integração Regional, Mercosul e o Desenvolvimento da América Latina. In: Mercosul ou integração dos povos do Cone Sul? Rio de Janeiro: PACS/FASE/UFRJ, 1992, p. 11-37.
- PRAXEDES, Walter e PILETTI, Nelson. O Mercosul e a Sociedade Global. São Paulo: Ática, 1994.
- PROPUESTAS PARA LA COOPERACION ACADEMICA INTERNACIONAL EN EL MERCOSUR. UNIVERSIDAD METROPOLITANA de Ciencias de la Educación. Porto Alegre. 1993.

RIBEIRO, Darci. Estudos de Antropologia da Civilização: as Américas e a Civilização, processo de formação e causa do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis - RJ: Vozes, 1983.

_____. Revista do Brasil. Rio de Janeiro, nº 1, p. 94 a 107.

ROMANELLI, Otaíza de O. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.

SÁ, Elisabeth Shneida de. (coordenadora). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

SANTOS, Theotônio dos. Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

SAVIANI, Dermerval. Educação brasileira: estrutura e sistema. São Paulo: Saraiva, 1983.

_____. Política e educação no Brasil. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988.

SCHWARTZ, Gilson. América Latina volta a trazer preocupação. Folha de São Paulo, São Paulo, 28/05/95, caderno C, p. 2.

SEITENFUS, Vera Maria P. e BONI, Luís Alberto de. (coord.) Temas de integração latino-americana, Petrópolis - RJ, 1990.



SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. 16º ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.

SHILLING, Paulo R. Mercosul integração ou dominação? CEDI, 1992.

SILVA, Terezinha Carvalho da e ZIEGER Lilian (organizadores). A educação e o Mercosul: Desafio político e pedagógico. Porto Alegre: Alcance, V. 1. 1994, V.2 1995.

STORTTI, Maurênio. Como negociar no Mercosul. Curitiba: Edição Sebrae, 1994.

Tratado de Assunção, 1991.

TULCHIN, Joseph e Mário Z. Heraldo (organizadores) MEYER, Maria A. G. Correa e SILVA, Alcione T. S. da: (tradutora). A América Latina e a Política Mundial, São Paulo: Convívio, 1986.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. (organizador). O Brasil e o Plano Bush: Oportunidades e riscos numa futura integração das Américas. São Paulo: Nobel, 1991.

VIGEVANI, Tullo. Terceiro Mundo - Conceito e história. São Paulo: Ática, 1990.

ZIMMERMANN, Roque. América Latina - o não ser: uma abordagem filosófica a partir de Henrique Dussel, 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1986.

